Jornal O DIA SP

Torres do Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 38.350.109/0001-21 - NIRE 35.300.555.821

Edital para Cancelamento da Assembleia Geral Ordinária

Ficam comunicados os senhores acionistas da **Torres do Brasil S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no art. 124 da Lei nº 6.404/76, que a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que se realizaria no dia 08/05/2023, às 09:00, conforme publicações neste mesmo jornal ocorridas em 19 de abril, 20 de abril e 21/04/2023, na sede da Companhia, situada à Avenida Alfredo Egidio de Souza Aranha, n. 100, Bloco C, 3º Andar, Vila Cruzeiro, CEP 04726-908, na Cidade e Estado de São Paulo, resta cancelada. Em tempo, será publicado um novo Edital de Convocação para tratar sobre os seguintes assuntos: (i) prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022; e (ii) deliberação sobre a destinação do resultado líquido do exercício findo em 31/12/2022. São Paulo/SP, 27/04/2023. **Luis Humberto Diaz Jouanen,** Presidente do Conselho de Administração. (27, 28 e 29/04/23)

WDL Antunes Holding S.A.

CNPJ/MF nº 20.646.652/0001-05 - NIRE 35.300.467.493

Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os acionistas da **WDL Antunes Holding S.A.** ("Companhia") para a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se na sede social da Companhia, no Município de Cajamar, Estado de São Paulo, na Rua Serra Negra, nº 292/326, sala 02, Empresarial Anhanguera, CEP 07753-060, às 9 (nove) horas do dia 29 de maio de 2023, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia ("AGO"): **(a) aprovar** as contas da administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, documentos esses publicados no jornal "O Dia SP", na página 15 da edição impressa de 12 de abril de 2023, e na página 14 da edição eletrônica de 12 de abril de 2023; **(b) ratificar** o pagamento de dividendos aos acionistas, no decorrer do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, no montante total de R$ 560.000,00 (quinhentos e sessenta mil reais); **(c) reeleger,** para a Diretoria da Companhia, o Sr. **Washington Dias Janota Antunes,** brasileiro, empresário, casado sob o regime de separação total de bens, RG nº 17.277.719-7 SSP/SP, CPF/MF nº 079.439.838-31, residente e domiciliado na Rua Professor Orlando Vicente D'Angieri, 81, Chácara Malota, Jundiaí (SP), CEP: 13211-540, para o cargo de Diretor da Companhia; e a Sra. **Daniela Dias Janota Antunes Guerini,** brasileira, empresária, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, RG nº 17.277.720-3 SSP/SP, CPF/MF nº 169.422.978-52, residente e domiciliada na Alameda das Sapucaias, 2065, Condomínio Quinta da Baronesa, Bragança Paulista (SP), CEP: 12918-020, para o cargo de Diretora da Companhia, ambos para um mandato unificado que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária que vier a deliberar sobre as contas do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2025; **(d) aprovar** a fixação da remuneração anual global para os membros da Diretoria da Companhia; e **(e) autorizar** os administradores e/ou procuradores da Companhia a firmarem todos os documentos e a praticarem todos os atos necessários para a implementação das deliberações tomadas. **Instruções Gerais:** Para os fins do artigo 133 da Lei das Sociedades Anônimas, encontram-se à disposição dos acionistas e arquivados na sede social da Companhia: **(i)** o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo; **(ii)** cópia das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as quais já foram publicadas no jornal "O Dia SP", na página 15 da edição impressa de 12 de abril de 2023, e na página 14 da edição eletrônica de 12 de abril de 2023; e **(iii)** a proposta da Diretoria da Companhia para as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral Ordinária. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano e a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. Os acionistas da Companhia somente poderão ser representados na Assembleia por procurador que seja advogado ou acionista ou administrador da Companhia (artigo 126, §1º da Lei das S.A. e artigo 654, §1º e §2º do Código Civil). Cajamar, 28 de abril de 2023. *Washington Dias Janota Antunes e Daniela Dias Janota Antunes Guerini - Diretores da Companhia*.

PLANETA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME nº 07.587.384/0001-30 - NIRE 35.300.369.149

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2022

1. HORA, DATA E LOCAL: Às 8:30h do dia 30 de dezembro de 2022 na sede da Planeta Securitizadora S.A. ("Companhia"), localizada na Rua Hungria, nº 1.240, 6º andar, conjunto 62, Jardim Europa, CEP 01455-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação, nos termos do art. 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), em razão da presença de acionista representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinatura constante do Livro de Registro de Presença de Acionistas. **3. MESA: (i)** Presidente: Sra. Flavia Palacios Mendonça Bailune, e **(ii)** Secretário: Sr. Eduardo Trajber Waisbich. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre **(i)** a análise e aprovação do Protocolo e Justificação firmado em 30 de dezembro de 2022 pela Companhia, pela Nova Atlantis (conforme abaixo definida), pela Opea Capital S.A. ("Opea Capital") e pela Opea Securitizadora S.A. ("Opea Securitizadora"), tendo por objeto disciplinar as incorporações, a serem realizadas de forma sucessiva, da Companhia pela Nova Atlantis, da Nova Atlantis pela Opea Capital e a incorporação reversa da Opea Capital pela Opea Securitizadora ("Protocolo e Justificação"); **(ii)** a ratificação da nomeação da empresa de contabilidade especializada responsável pela avaliação do patrimônio líquido da Companhia; **(iii)** a aprovação do Laudo de Avaliação do patrimônio líquido da Companhia; **(iv)** a aprovação da incorporação da Companhia pela Nova Atlantis Participações Ltda, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hungria, nº 1.240, 6º andar, conjunto 62, Jardim Europa, CEP 01455-000, inscrita perante o CNPJ/ME sob o nº 11.101.923/0001-56 ("Nova Atlantis"), nos termos e condições do Protocolo e Justificação; **(v)** a autorização à Administração da Companhia para praticar todos os atos e assinar os instrumentos necessários à implementação das deliberações acima, caso aprovadas, bem como a ratificação dos atos já praticados nesse sentido; e **(vi)** o encerramento das atividades da Companhia em razão da incorporação e o consequente cancelamento do registro de companhia aberta categoria S2 da Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). **5. DELIBERAÇÕES:** Após exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os sócios da Companhia autorizaram a lavratura da ata desta Assembleia Geral Extraordinária em forma de sumário e sua publicação com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do art. 130 da Lei das S.A. e decidiram, sem quaisquer ressalvas e restrições. **(i)** Aprovação do Protocolo e Justificação. Aprovar, sem qualquer reserva ou ressalva, o Protocolo e Justificação, que se encontra autenticado pela mesa e arquivado na sede da Companhia, na forma do **Anexo I** à presente ata; **(ii)** Ratificação de Contratação: Ratificar a contratação da empresa especializada **Driver Consultoria, Investimentos e Participações Ltda,** sociedade empresária limitada com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amalia de Noronha, nº 151, 5º andar, conjunto 501, Pinheiros, CEP 05410-010, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 41.638.270/0001-21 e no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 2SP 044.730/0-2 ("Empresa Especializada"), para a avaliação do patrimônio líquido da Companhia. Nos termos da legislação vigente, a Empresa Especializada declarou: (i) não ser titular, direta ou indiretamente, de qualquer valor mobiliário ou derivativo referenciado em valor mobiliário de emissão da Companhia; (ii) não ter conflito de interesses que lhe diminua a independência necessária ao desempenho de suas funções; e (iii) não ter tido, pela Companhia, por seus controladores e/ou administradores, qualquer tipo de limitação à realização dos trabalhos necessários para a elaboração do Laudo de Avaliação; **(iii)** Aprovação do "Laudo de Avaliação: Aprovar, sem reservas ou ressalvas, o Laudo de Avaliação do patrimônio líquido da Companhia, anexo ao presente instrumento como **Anexo II** (doravante denominado simplesmente Laudo de Avaliação"), que tambem se encontra autenticado pela mesa e arquivado na sede da Companhia; **(a)** Consignar que a Empresa Especializada fixou o critério de avaliação da Companhia pelo seu valor patrimonial contábil e que o Laudo de Avaliação foi fundamentado conforme o balanço patrimonial da Companhia elaborado tendo como referencia o dia 30 de novembro de 2022 ("Data Base"), o qual é parte integrante do Laudo de Avaliação, nos termos do art. 226 da Lei das S.A.; **(b)** Consignar que, conforme o Laudo de Avaliação preparado pela Empresa Especializada, o valor do patrimônio líquido da Companhia na Data Base é de R$ 709.944,98 (setecentos e nove mil, novecentos e quarenta e quatro reais e noventa e oito centavos) ("Acervo"). **(iv)** Aprovação da Incorporação: Aprovar a incorporação da Companhia, conforme o art. 226 e seguintes da Lei das S.A., nos termos e condições estabelecidos no Protocolo e Justificação e com base no Laudo de Avaliação, consignando que, nos termos do art. 227 da Lei das S.A., uma vez aprovada a incorporação pela Reunião de Sócios da Nova Atlantis, a Nova Atlantis sucederá a Companhia, a título universal e sem solução de continuidade, em todos os bens, direitos, pretensões, faculdades, poderes, imunidades, ações, exceções, deveres, obrigações, sujeições, ônus e responsabilidades de titularidade da Companhia, sejam patrimoniais ou não patrimoniais. **(v)** Autorização a Administração. Autorizar a Administração da Companhia a praticar todos os atos necessários para a efetivação da incorporação da Companhia e seus efeitos na Companhia e das demais deliberações ora aprovadas, incluindo, quando for o caso, a celebração de documentos, requisição e obtenção de registros no Brasil, e **(vi)** Encerramento das atividades. Caso a incorporação seja aprovada pela Reunião de Sócios da Nova Atlantis, as atividades da Companhia serão encerradas e o seu registro de companhia aberta categoria S2 junto à CVM será cancelado em razão da incorporação, de forma que a Companhia será extinta de pleno direito, não sendo necessária a adoção de procedimento de liquidação ou dissolução. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos para a lavratura da presente ata, a qual, retomados os trabalhos, foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes no livro próprio. Acionista Presente: Nova Atlantis Participações Ltda. São Paulo, 30 de dezembro de 2022. **Mesa:** Flavia Palacios Mendonça Bailune - Presidente, Eduardo Trajber Waisbich - Secretário. Acionista: **Nova Atlantis Ltda.** Por: Flavia Palacios Mendonça Bailune. **Visto do Advogado:** Guilherme Bertolini Fernandes dos Santos - OAB/SP: 272.294. JUCESP nº 89.116/23-9 em 01.03.2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

CONCESSIONÁRIA DO BLOCO CENTRAL S.A.

CNPJ/MF Nº. 42.206.269/0001-79 - NIRE Nº. 35300570286 - COMPANHIA FECHADA

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2023

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 30 de março de 2023, às 10h00, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 4º andar, Sala 09, bairro Vila Olímpia, CEP 04.551-065, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA**: Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. MESA**: Presidente: Fábio Russo Corrêa. Secretário: Roberto Penna Chaves Neto. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre: **(i)** manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas apresentadas pela Diretoria, bem como as demonstrações financeiras da Companhia ("DFs"), acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022; **(ii)** examinar e opinar sobre a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31/12/2022 a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas ("AGO"); e **(iii)** convocar a AGO da Companhia. **5. DELIBERAÇÕES:** Os Senhores Conselheiros, após debates e discussões, por unanimidade de votos, deliberaram: **(i)** manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas apresentadas pela Diretoria, bem como as DFs da Companhia, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022; **(ii)** examinar e opinar sobre a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31/12/2022 a ser submetida à AGO; e **(iii)** convocar a AGO da Companhia; tudo conforme termos e condições apresentados nesta reunião. **6. ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 30 de março de 2023. **Assinaturas**: Fábio Russo Corrêa, Presidente e Roberto Penna Chaves Neto, Secretário. **Conselheiros**: **(1)** Fábio Russo Corrêa; **(2)** Gustavo Marques do Canto Lopes; **(3)** Pedro Paulo Archer Sutter; **(4)** Roberto Penna Chaves Neto; e **(5)** Waldo Edwin Pérez Leskovar. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. *Fábio Russo Corrêa - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, Roberto Penna Chaves Neto - Secretário - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.* JUCESP nº 149.486/23-6 em 19.04.2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Interligação Elétrica Ivaí S.A.

CNPJ 28.052.123/0001-95 NIRE 35.3.0050526-3

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, Realizada em 31 de março de 2023

Data, Hora e Local: 31/03/2023, às 18 h, na sede da Companhia e por videoconferência. **Convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação estabelecidas no *caput* do artigo 20 do Estatuto Social, em conformidade com o disposto no §3° do mesmo artigo. **Presenças:** Totalidade dos Conselheiros Fábio Antunes Fernandes, Gabriela Desirê Olímpio Pereira, Leonardo Bonorino Gonçalves, Carisa Santos Portela Cristal, Valéria Ramos Garcia e Wagner Yuji Okada. **Mesa:** Sr. Fábio Antunes Fernandes - Presidente; Srta. Erica Barbeiro Travassos - Secretária. **Ordem do Dia e Deliberações:** O Conselho de Administração: **(i)** Decidiram aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, a eleição do Sr. Fábio Antunes Fernandes, eleito na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de março de 2023, para exercer o cargo de Presidente do Conselho de Administração. **(ii)** Aprovou, sem ressalvas e por unanimidade a consignação das renúncias, a partir da presente data, do Sr. Vinícius Fernando Conrrado Crema do cargo de Diretor Técnico da Companhia e do Sr. Edwaldo Oliveira Lippe do cargo de Diretor Administrativo Financeiro da Companhia. Os Conselheiros presentes registraram seus sinceros agradecimentos por todo esforço, dedicação e contribuição construtiva e responsável ao longo de seu mandato como membro da Diretoria da Companhia, sempre atuando de forma ativa e ética em prol dos interesses da Companhia, na sua preparação para os desafios futuros. **(iii)** Aprovou, sem ressalvas e por unanimidade, eleger a administração da Companhia por uma Diretoria composta por até 5 (cinco) membros, Acionistas ou não, com mandato de até 3 (três) anos, os quais foram, neste ato, sem ressalvas e por unanimidade, eleitos, com mandato até a data da Assembléia Geral Ordinária de 2026, a saber: Diretor Presidente - **Rui Chammas,** brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG n° 16.153.495-8-SSP/SP e inscrito no CPF sob o n° 073.912.968-64; Diretora Executiva de Operações - **Gabriela Desirê Olímpio Pereira,** brasileira, divorciada, engenheira eletricista, portadora da cédula de identidade RG n°126788702-DICRJ e inscrita no CPF sob o n° 422.501.023-68; Diretora Executiva de Finanças - **Carisa Santos Portela Cristal,** brasileira, casada, contadora, portadora da cédula de identidade RG n° 26.524.221-SSP/SP e inscrita no CPF sob o n° 251.266.718-98; Diretora Executiva de Estratégia e Desenvolvimento de Negócios - **Silvia Diniz Wada,** brasileira, solteira, economista, portadora da cédula de identidade RG n° 32.868.008-4 SSP/SP e inscrita no CPF sob o n° 294.546.498-50; e Diretor Executivo de Projetos - **Dayron Esteban Urrego Moreno,** colombiano, casado, engenheiro eletricista, portador da carteira de registro nacional migratório CRNM F299220C, inscrito no CPF sob o n° 716.533.071-29, todos com endereço profissional no município de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, n° 14.171, Torre C - Crystal, 7º andar, CEP 04794-000. Após a eleição dos membros da Diretoria, o Conselho de Administração consignou que, seus administradores ficarão sem qualquer remuneração. Os Diretores ora eleitos, presentes a esta reunião (i) declararam, expressamente, não estar impedidos, por qualquer lei especial, de administrar sociedade mercantil em virtude de condenação criminal de qualquer natureza, incluindo por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nos termos dos Artigos 146 e 147 da Lei das Sociedades por Ações. Os membros ora eleitos tomarão posse mediante assinatura de termo de posse no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria. O termo de posse e as declarações de desimpedimento permanecerão arquivados na sede da Companhia. **Documentos:** Todos os documentos, apresentações de suporte utilizados na reunião, encontram-se rubricados pela Mesa e estão arquivados na sede da Companhia. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os membros do Conselho de Administração que participaram desta reunião. Atesto que a deliberação acima foi extraída da ata lavrada no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia. **Erica Barbeiro Travassos** - Secretária. **JUCESP** nº 149.591/23-8 em 19/04/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

LAM VIAS PARTICIPAÇÕES E CONCESSÕES S.A.

CNPJ/MF Nº. 29.206.383/0001-30 - NIRE Nº. 35300511000 - COMPANHIA FECHADA

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2023

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 17 de abril de 2023, às 09h00, na sede social da Companhia, localizada na Av. Chedid Jafet, 222, Bloco B, 4º andar, Sala 2, bairro Vila Olímpia, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA:** Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei n.º 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). **3. CONVOCAÇÃO:** Dispensados os avisos em face da presença da acionista detentora da totalidade do capital social e a observância do prazo estabelecido no caput do artigo 133, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 e parágrafo 4º, do artigo 133, da LSA. **4. PUBLICAÇÕES PRÉVIAS:** O Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, foram publicados no jornal O Dia SP (digital e impresso), respectivamente, nas páginas 9 e 34, no dia 04/04/2023. **5. MESA:** Presidente: Eduardo Siqueira Moraes Camargo. Secretário: Roberto Penna Chaves Neto. **6. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre (1) Em Assembleia Geral Ordinária: **(i)** as contas dos administradores, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022; **(ii)** a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **(iii)** a instalação do Conselho Fiscal; **(iv)** a fixação da remuneração de Administradores; e, (2) Em Assembleia Geral Extraordinária: **(v)** a alteração do artigo 9º do Estatuto Social da Companhia; e **(vi)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **7. DELIBERAÇÕES:** A acionista representando a totalidade do capital social da Companhia aprovou: **(i)** A lavratura da presente ata sob a forma de sumário conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA e a dispensa da leitura dos documentos referidos no artigo 133 da LSA; Em matéria ordinária: **(ii)** O Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, publicados conforme o item "Publicações Prévias" acima; **(iii)** O lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, no montante de R$ 181.436,46 (cento e oitenta e um mil, quatrocentos e trinta e seis reais e quarenta e seis centavos), será utilizado integralmente para absorção de parte dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores. **(iv)** A dispensa de instalação do Conselho Fiscal da Companhia, conforme facultado pelo artigo 161 da LSA e pelo artigo 17 do Estatuto Social; **(v)** A verba global e anual para a remuneração dos membros da Administração da Companhia no valor de até R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), incluindo honorários, eventuais gratificações, seguridade social e benefícios que sejam atribuídos aos administradores em razão da cessação do exercício do cargo de administrador, sendo certo que o montante aqui proposto inclui os valores referentes aos encargos sociais de FGTS que forem devidos, ficando a cargo da Acionista a fixação do montante individual e, se for o caso, a concessão de verbas de representação e/ou benefícios de qualquer natureza, conforme artigo 152 da LSA; Em matéria extraordinária: **(vi)** A alteração do Artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, visando a unificação das alíneas (o) e (p) para padronização do valor de alçada para as transações entre partes relacionadas, com a consequente renumeração das alíneas, que passa a vigorar com a seguinte redação: "**Artigo 9º.** *Sem prejuízo de outras atribuições previstas em lei ou no presente Estatuto, compete à Assembleia Geral deliberar sobre as seguintes matérias: (a) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (b) Fixação da remuneração global anual dos administradores; (c) Aumento do capital social da Companhia; (d) Redução do capital social da Companhia e/ou resgate de ações com ou sem redução do capital social; (e) Modificação dos direitos e vantagens das ações existentes; (f) Aprovação de laudo de avaliação de bens a serem eventualmente incorporados ao capital social; (g) Modificação do objeto social e quaisquer alterações deste Estatuto Social; (h) Fixação da política de dividendos da Companhia e suas alterações, incluindo a redução do dividendo mínimo obrigatório; (i) Fusão, cisão ou incorporação da Companhia; (j) Dissolução ou liquidação da Companhia; (k) Cessação do estado de liquidação da Companhia; (l) Solicitação de recuperação judicial ou pedido de autofalência pela Companhia; (m) Realização de investimentos e despesas de capital em valor superior a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); (n) Emissão de debêntures pela Companhia, e a emissão pública pela Companhia de quaisquer outros títulos ou valores mobiliários de dívida, independentemente do valor; (o) Aprovar, previamente à sua celebração, contratos e aditivos (exceto aditivos de prorrogação de prazo contratual) entre a Companhia e qualquer Parte Relacionada, conforme definido nos documentos de governança do Grupo CCR, que contempla, dentre outras, a definição prevista nas normas contábeis vigentes, em valor superior, em uma única operação ou em um conjunto de operações relacionadas, a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); (p) Celebração, contratos e aditivos (exceto aditivos de prorrogação de prazo contratual) com qualquer terceiro, com valor superior, em uma única operação ou em um conjunto de operações relacionadas, a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); (q) Aquisição, alienação, renúncia a direitos, transferência e/ou a constituição de ônus reais sobre bens do ativo permanente de valor superior, em uma única operação ou em um conjunto de operações relacionadas, a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); (r) Doação, pela Companhia, de quaisquer bens ou direitos, cujo valor seja igual ou superior, em uma única operação ou em um conjunto de operações relacionadas, de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); (s) Concessão de garantias ou contragarantias pela Companhia em valores superiores, em uma única operação ou em um conjunto de operações relacionadas, a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ficando vedadas as garantias em favor de terceiros, inclusive acionistas; (t) Empréstimos e/ou financiamentos a serem tomados pela Companhia, em valores superiores, em uma única operação ou em um conjunto de operações relacionadas, a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); (u) Resgate, amortização, recompra ou qualquer outro título de negociação com as ações ou outros valores mobiliários de emissão da Companhia; (v) Nomear e/ou destituir os auditores independentes da Companhia; (w) Aprovar a propositura de ações judiciais contra os poderes públicos federal, estaduais ou municipais, inclusive autarquias, fundações e empresas estatais; e (x) Aprovar operações ou contratos de "hedge" a serem realizados pela Companhia que não se enquadrem na política financeira do Grupo CCR.* **Parágrafo único.** *A aprovação de quaisquer matérias previstas no artigo 9º deverá observar, no que for aplicável, os documentos de governança do Grupo CCR."* **(vii)** A permanência dos demais dispositivos estatutários não alterados nesta Assembleia; **(viii)** A consolidação do Estatuto Social da Companhia, de acordo com a alteração aprovada no item acima, conforme constante do **ANEXO I**, tendo uma via levada a registro perante a Junta Comercial competente, será dispensada a sua publicação na íntegra. **8. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 17 de abril de 2023. **Assinaturas**: Eduardo Siqueira Moraes Camargo, Presidente e Roberto Penna Chaves Neto, Secretário. Acionista: **(1) CCR S.A.**, por Eduardo Siqueira Moraes Camargo. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em Livro próprio. *Eduardo Siqueira Moras Camargo - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, Roberto Penna Chaves Neto - Secretário - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.* JUCESP nº 149.457/23-6 em 20.04.2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

União Química Farmacêutica Nacional S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

Registro de Companhia Emissora Categoria B nº 2686-7

CNPJ/ME n° 60.665.981/0001-18 - NIRE: 35.300.006.658

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam os senhores acionistas da **União Química Farmacêutica Nacional S.A.** ("Companhia") convidados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada no dia **25 de maio de 2023, às 10:30 horas,** presencialmente, na sede social da Companhia, localizada na Rua Coronel Luiz Tenório de Brito, 90, Centro, CEP 06900-000, na cidade de Embu-Guaçu, Estado de São Paulo, para deliberar sobre as seguintes matérias que compõem a **ordem do dia: (i)** *(i)* o exame, discussão e votação do *Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da União Química Farmacêutica Nacional S.A. com Versão da Parcela Cindida para Sociedade a Ser Constituída*, celebrado na presente data pela Companhia ("Protocolo"); *(ii)* a ratificação da nomeação e contratação da empresa especializada responsável pela avaliação da parcela cindida da Companhia a ser vertida para a nova sociedade ("Parcela Cindida"), bem como pela elaboração do respectivo laudo de avaliação, a valor patrimonial contábil na data-base de 28 de fevereiro de 2023 ("Laudo de Avaliação"); *(iii)* o exame, discussão e votação do Laudo de Avaliação; *(iv)* a aprovação da cisão parcial da Companhia com a versão da Parcela Cindida para a nova sociedade a ser constituída ("Cisão Parcial"), cuja denominação será Monte Parnon Negócios Imobiliários S.A. ("Monte Parnon"); *(v)* a redução do capital social da Companhia, em decorrência da Cisão Parcial; *(vi)* a consequente alteração do *caput* do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia, para refletir a redução de capital deliberada no item acima; *(vii)* a constituição da Monte Parnon, incluindo a subscrição e integralização do seu capital social, a definição da sua sede, seu Estatuto Social, a eleição de seus diretores, a fixação da remuneração da administração e a definição do jornal no qual a Monte Parnon fará as suas publicações legais; *s)* a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações tomadas, incluindo, sem limitação, todos os atos necessários para a formalização da Cisão Parcial, incluindo redução do capital social da Companhia, e da constituição da Monte Parnon. **Informações Gerais:** Nos termos do artigo 9º, parágrafo único do Estatuto Social e do artigo 126 da Lei nº 6.404/76, para tomar parte na AGE, o acionista deverá depositar na sede da Companhia, com antecedência, conforme lhe for aplicável, instrumento de mandato na hipótese de representação do acionista por outro acionista, administrador ou advogado, devendo o procurador ter sido nomeado há menos de 1 (um) ano. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à AGE munido dos documentos que comprovem sua identidade. A Companhia solicita aos acionistas interessados em participar das assembleias gerais que encaminhem a versão digitalizada do documento de identidade e instrumento de mandato ao endereço eletrônico **ri@uniaoquimica.com.br,** de forma a permitir melhor coordenação dos trabalhos durante as assembleias. O envio dos documentos via e-mail não exclui a necessidade de apresentação no momento da AGE, nem tampouco constitui condição ou requisito de participação na AGE, tendo por finalidade exclusivamente organizar e acelerar os trabalhos. **Outras Informações:** Os documentos complementares contendo o detalhamento das matérias constantes da ordem do dia da assembleia ora convocada, encontram-se disponíveis na sede da Companhia. Embu-Guaçu, 28 de abril de 2023. **Paula Melo Suzana Gomes -** Presidente do Conselho de Administração.

VIGOR ALIMENTOS S.A.

CNPJ/ME nº 13.324.184/0001-97 - NIRE: 35.300.391.047

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13/01/2023

Data, Hora e Local: No dia 13/01/2023, às 10h na sede social da **Vigor Alimentos S.A.**, localizada na Cidade de SP, SP, na Rua Joaquim Carlos, 396, 1º andar, Brás, CEP 03019-900 ("Companhia"). **Convocação:** O edital de convocação foi publicado no jornal "O Dia" nos dias 28/12/2022, 29/12/2022 e 30/12/2022, nos termos do artigo 124 da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A."). **Presenças:** Compareceram acionistas representando 99,99% do capital social. **Mesa:** Luis Henrique Gennari - Presidente; Emerson Paiva Inácio - Secretário. **Ordem do Dia:** discutir e deliberar sobre: **(i)** aumento do capital social da Companhia no valor de até R$ 250.000.000,00, mediante a emissão de até 23.584.906 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de aproximadamente R$ 10,60 por cada nova ação emitida, fixado de acordo com o artigo 170, §1º, da Lei das S.A.; **(ii)** alteração do artigo 5º, *caput,* do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento de capital em questão; e **(iii)** alteração e consequente consolidação do Estatuto Social da Companhia, a fim de refletir os ajustes deliberados nos itens "i" e "ii" acima. **Deliberações:** Após exame dos itens constantes da ordem do dia, os acionistas presentes aprovaram, sem qualquer ressalva ou restrição, as seguintes matérias: **(i)** o aumento do capital social da Companhia **de** R$ 3.957.933.759,71, totalmente subscrito e integralizado **para** R$ 4.175.333.759,71, com um aumento efetivo, portanto, de R$ 217.400.000,00, valor este que representa o equivalente a 821,928,166.35 pesos mexicanos, conforme evidenciado no contrato de câmbio nº 329494911, datado de 08/12/2022, com base na taxa cambial de MXN/R$ 0.2645, mediante a emissão de 20.509.434 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de aproximadamente R$10,60 por ação, fixado de acordo com o artigo 170, §1º, da Lei das S.A. Com expresso consentimento dos atuais acionistas da Companhia presentes na assembleia, o aumento de capital deliberado acima é, neste ato, totalmente subscrito e integralizado, conforme disposto no Boletim de Subscrição anexo a esta ata como **Anexo I** ("Boletim de Subscrição"). Os demais acionistas da Companhia presentes na assembleia renunciam expressamente, neste ato, ao seu direito de preferência para subscrição das novas ações emitidas pela Companhia. **(ii)** Em decorrência do aumento ora aprovado, os acionistas aprovam a reforma do artigo 5º, *caput,* do estatuto social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte nova redação: ***"Artigo 5°*** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 4.175.333.759,71, *dividido em 376.360.436 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal."* **(iii)** Fica ainda aprovada ainda a consolidação do Estatuto Social da Companhia nos termos do **Anexo II**. **Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, nos termos do §1º do artigo 130 da Lei das S.A. que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Luis Henrique Gennari - Presidente; Emerson Paiva Inácio - Secretário. Acionistas Presentes: Lala Centroamerica, S.A. de C.V. (pp. Felipe Tonon Chiovatto) e Lala Administracion y Control, S.A. de C.V. (pp. Felipe Tonon Chiovatto). A presente é cópia fiel de ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 13/01/2023. **JUCESP** - 28.493/23-0 em 24/01/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

VIGOR ALIMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº 13.324.184/0001-97 - NIRE: 35.300.391.047

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 27/01/2023

Data, Hora e Local: Aos 27/01/2023, às 9h, na sede social da **Vigor Alimentos S.A.,** localizada na Cidade de SP/SP, na Rua Joaquim Carlos, 396, 1º andar, Brás, CEP 03019-900 ("Companhia"). **Mesa:** Alberto Alfredo Arellano Garcia - Presidente; Paula Nogueira Andrade Cunha - Secretária. **Convocação e Presença:** Devidamente formalizadas nos termos do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia. **Ordem do Dia:** deliberar sobre (i) a destituição do Sr. **Luis Henrique Gennari** do cargo de Diretor-Presidente; (ii) a eleição do Sr. **Cesar Alejandro de Los Santos Llamas** para o cargo de Diretor-Presidente; e (iii) outros assuntos de interesse dos membros presentes. **DELIBERAÇÕES:** Após exame do item constante da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram, por totalidade de votos e sem ressalvas, o seguinte: (i) Fica destituído do cargo de Diretor-Presidente o Sr. **Luis Henrique Gennari,** brasileiro, casado, administrador, RG 20.241.729-3 SSP/SP e CPF 112.166.298-62, residente e domiciliado na Cidade de SP/SP, com endereço profissional na Rua Joaquim Carlos, 396, 1º andar - Brás, SP/SP, CEP 03019-900. (ii) Fica nomeado para o cargo de Diretor-Presidente, o Sr. **Cesar Alejandro de Los Santos Llamas,** cidadão mexicano, nascido em 10/04/1980 em Coahila de Zaragoza, casado, tecnólogo, CPF 718.682.721-76, portador do passaporte G23073495, emitido pelos Estados Unidos Mexicanos, em 11/11/2016 e com validade até 11/11/2026, residente e domiciliado no México, com endereço profissional na Rua Carlos Herrera Araluce, 185, Parque Industrial Carlos A Herrera Araluce, na cidade de Goméz Palacio, Durango, México, o qual exercerá o mandato de 3 anos a contar da presente data (com procurador devidamente constituído nos termos do Artigo 146, §2º da Lei 6.404/76, o Sr. Felipe Tonon Chiovatto, cidadão brasileiro, casado, auditor interno, CPF 271.997.698-90 e RG 26.462.138-4, residente e domiciliado na Cidade de SP/SP, com endereço profissional na Av. Francisco Matarazzo, 1.350, Torre I - 7º andar, bairro Água Branca, CEP 05001-100). O Sr. **Cesar Alejandro de Los Santos Llamas** ora eleito para o cargo de Diretor-Presidente, neste ato declara, sob as penas da lei, que não está impedido, por lei especial, de exercer a administração da Companhia, e nem foi condenado ou está sob os efeitos de condenação, a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. Dessa forma, o Sr. **Cesar Alejandro de Los Santos Llamas** ora eleito, tomará posse em seu respectivo cargo mediante assinatura do respectivo termo de posse a ser lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria da Companhia em até 30 dias a contar da presente data, conforme previsto no §1º do Artigo 149 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/79). (iii) Fica ratificada a eleição dos membros da diretoria da Companhia nos seguintes termos: **(a) Cesar Alejandro de Los Santos Llamas,** cidadão mexicano, nascido em 10/04/1980 em Coahila de Zaragoza, casado tecnólogo, CPF 718.682.721-76, portador do passaporte G23073495, emitido pelos Estados Unidos Mexicanos, em 11/11/2016 e com validade até 11/11/2026, residente e domiciliado no México, com endereço profissional na Rua Carlos Herrera Araluce, 185, Parque Industrial Carlos A Herrera Araluce, na cidade de Goméz Palacio, Durango, México, nomeado para o cargo de Diretor-Presidente, tendo sido eleito neste ato para mandato de 3 anos, que se encerrará em 23/01/2026; e **(b) Emerson Paiva Inacio,** brasileiro, engenheiro civil, casado, CI 1.993.474, CPF 687.832.219-72, residente e domiciliado na Cidade de SP/SP, residente e domiciliado na Cidade de SP/SP, com endereço profissional na Rua Joaquim Carlos, 396, 1º andar - Brás, SP/SP, CEP 03019-900, nomeado para o cargo de Diretor de Finanças e de Administração e Controle, tendo sido reeleito para o cargo por meio da Reunião do Conselho de Administração realizada em 02/01/2023, a qual encontra-se devidamente registrada perante a JUCESP sob nº 23.400/23-7, em sessão de 17/01/2023, para mandato de 3 anos, que se encerrará em 02/01/2026. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme foi por todos assinada. Mesa: Alberto Alfredo Arellano García - Presidente; Paula Nogueira Andrade Cunha - Secretária. Conselheiros Presentes: Alberto Alfredo Arellano García, Manuel Alejandro Zenteno Sanchez e Daniel Espinosa Herrera. SP, 23/01/2023. Mesa: Presidente: Alberto Alfredo Arellano García; Secretária: Paula Nogueira Andrade Cunha. Conselheiros Presentes: Alberto Alfredo Arellano García (p.p. Felipe Tonon Chiovatto); Manuel Alejandro Zenteno Sanchez (p.p. Felipe Tonon Chiovatto); e Daniel Espinosa Herrera (p.p. Felipe Tonon Chiovatto). **JUCESP -** 62.015/23-0 em 07/02/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 65DF-04CB-D5F1-CFD0.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 29/04/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link: **https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal**

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 65DF-04CB-D5F1-CFD0.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/65DF-04CB-D5F1-CFD0 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 65DF-04CB-D5F1-CFD0

Hash do Documento

C54B82CC85E8422C2ECC923C14D55521E2EA8F884C9DB17EFA85392D73F6AE9A

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/04/2023 é(são) :

☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 29/04/2023 01:24 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

Avannt Consultoria em Tecnologia da informação S.A

CNPJ 10.422.452/0001-15 - NIRE 35300510992

Balanço Patrimonial - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em Reais mil)

Ativo	2022	2021	Passivo	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	2	1.488	Fornecedores	19.498	15.863
Contas a receber de clientes	2.515	7.276	Empréstimos e financiamentos	1.185	2.013
Ativos Fiscais Correntes	626	650	Obrigações trabalhistas e tributárias	1.303	1.638
Adiantamento a fornecedores	380	342	Imposto de Renda e Contribuição Social	84	180
Créditos diversos	68	71	Dividendos a pagar	1.349	1.384
Partes Relacionadas	–	–	Partes Relacionadas	–	–
Total do Ativo circulante	**3.591**	**9.827**	Outras Contas a Pagar	55	3.513
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.140	1.326	**Total do Passivo circulante**	**23.474**	**24.591**
Partes Relacionadas	23.391	19.689	Obrigações trabalhistas e tributárias	707	788
Imobilizado	62	71	Partes Relacionadas	1.194	804
Intangível	30	2	**Total do Passivo não circulante**	**1.901**	**1.592**
			Patrimônio líquido		
Total do ativo não circulante	**25.623**	**21.088**	Capital social	2.102	2.102
			Reservas de Retenção de lucros	1.737	2.630
			Total do Patrimônio líquido	**3.839**	**4.732**
Total do ativo	**29.214**	**30.915**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**29.214**	**30.915**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em Reais mil)

	Capital social	Reservas de lucros – Reserva legal	Reservas de lucros – Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31de dezembro de 2020	**2.102**	**420**	**3.801**	**–**	**6.323**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	(1.585)	(1.585)
Destinação do lucro:					
Dividendos extraordinários propostos	–	–	(6)		(6)
Constituição de reserva de retenção de lucros	–	–	(1.585)	1.585	–
Saldo em 31de dezembro de 2021	**2.102**	**420**	**2.210**	**–**	**4.732**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	(892)	(892)
Destinação do lucro:					
Constituição de reserva de retenção de lucros	–	–	(892)	892	–
Saldo em 31de dezembro de 2022	**2.102**	**420**	**1.318**	**–**	**3.840**

Demonstração de resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em Reais mil)

	2022	2021
Receita operacional líquida	30.267	28.383
Custo dos serviços prestados	(27.186)	(26.598)
Lucro Bruto	**3.081**	**1.785**
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas administrativas e gerais	(3.996)	(3.415)
Outras receitas operacionais	5	–
	(3.991)	**(3.415)**
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras liquidas e tributos	**(910)**	**(1.630)**
Receitas financeiras	27	20
Despesas financeiras	(520)	(824)
Receita (despesas) financeiras líquidas	**(492)**	**(804)**
Lucro antes do IR e CS	**(1.402)**	**(2.434)**
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(305)	(477)
Diferidos	815	1.326
	510	849
Lucro líquido do exercício	**(892)**	**(1.585)**
Atribuído a:		
Participações de acionitas controladores	(535)	(951)
Participações de acionitas não controladores	(357)	(634)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**(892)**	**(1.585)**
Lucro por Ação, em Reais - R$	**(0,08)**	**(0,14)**

Diretoria

Kleuber Pereira Batista
Diretor - CPF: 579.489.681-72

Maraisa Paes Martins
Contadora - CRC: 1SP157782-O/0 - CPF: 085.321.308-95

HRDevelopers Consultoria S.A.

CNPJ nº 04.552.132/0001-87

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	2022	2021	Passivo	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	1	13	Fornecedores	297	4.286
Contas a receber de clientes	10.904	24.218	Obrigações trabalhistas e tributárias	189	**465**
Tributos e contribuições a compensar	209	151	Imposto de Renda e Contribuição Social	22	22
Adiantamento a fornecedores	42	26	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	753	753
Outros	–	1	Outras Contas a Pagar	–	24
Total do Ativo circulante	**11.156**	**24.409**	**Total do Passivo circulante**	**1.260**	**5.550**
Partes Relacionadas	2.583	2.583	Provisão para demandas judiciais	128	128
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.863	3.456	Partes Relacionadas	27.142	23.910
Intangível	30	47	Passivo Fiscal Corrente	111	198
			Total do Passivo não circulante	**27.381**	**24.237**
			Patrimônio líquido		
Total do ativo não circulante	**6.477**	**6.086**	Capital social	2	2
			Reserva de Capital	208	–
			Reservas de Retenção de lucros	(11.218)	707
			Total do Patrimônio líquido	**(11.009)**	**709**
Total do ativo	**17.633**	**30.495**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**17.633**	**30.495**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de Capital	Reservas de lucros – Reserva legal	Reservas de lucros – Reserva de retenção de lucros	Lucros (Prejuizos) acumulados	Total
Saldo em 31de dezembro de 2020	**2**	**208**	**300**	**742**	**–**	**1.253**
Destinação do lucro:						
Constituição de reserva de retenção de lucros	–	(208)	–	208	(544)	(544)
Saldo em 31de dezembro de 2021	**2**	**–**	**300**	**950**	**(544)**	**709**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	(11.716)	(11.716)
Destinação do lucro:						
Constituição de reserva de retenção de lucros	–	–	–	(11.716)	11.716	–
Saldo em 31de dezembro de 2022	**2**	**–**	**300**	**(10.766)**	**(544)**	**- 11.008**

Demonstração de resultado Exercícios findos em31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro por ação do capital social)

	2022	2021
Receita operacional líquida	758	2.107
Custo dos serviços prestados	(1.648)	(1.166)
Lucro Bruto	**(890)**	**941**
Receitas (Despesas) operacionais		
Despesas administrativas, gerais e tributárias	(237)	(678)
Outras receitas operacionais	(10.995)	(41)
	(11.232)	**(719)**
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras liquidas e impostos	**(12.122)**	**221**
Receitas financeiras	58	616
Despesas financeiras	(60)	(1.574)
Receita (despesas) financeiras líquidas	**(2)**	**(958)**
Receitas não Operacionais	**–**	**–**
Lucro antes do IR e CS	**(12.124)**	**(737)**
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(0)	(81)
Diferidos	408	273
	408	**192**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**(11.716)**	**(545)**
Atribuído a:		
Participações de Acionitas Controladores	(7.147)	(333)
Participações de Acionitas não Controladores	(4.569)	(213)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**(11.716)**	**(545)**

Diretoria

Kleuber Pereira Batista
Diretor de Finanças - CPF: 579.489.681-72

Maraisa Paes Martins
Contadora - CRC: 1SP157782-O/0 - CPF: 085.321.308-95

PEC ENERGIA S.A. - CNPJ nº 07.157.459/0001-42

Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Sociais Encerrados em 31/12/2022 e 2021
(Valores em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanço Patrimonial

	Controladora		Consolidado	
ATIVO	2022	2021	2022	2021
Circulante	**149.632**	**93.606**	**160.458**	**103.986**
Caixa e equivalentes de caixa	1.048	612	2.045	2.388
Contas a receber	95.860	-	95.860	-
Tributos a recuperar	444	442	445	443
Adiantamentos	2.334	2.717	2.527	3.132
Ativos disponíveis para venda	49.946	89.835	59.581	98.023
Não circulante	**36.956**	**35.107**	**45.275**	**43.679**
Depósitos judiciais e cauções	280	280	426	358
Ativos disponíveis para venda	13.810	14.043	13.810	14.043
Partes relacionadas	1.242	380	380	380
Investimentos	7.406	7.480	-	-
Imobilizado	14.217	12.921	30.658	28.894
Intangível	1	3	1	4
Total do ativo	**186.588**	**128.713**	**205.733**	**147.665**

	Controladora		Consolidado	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	2021	2022	2021
Circulante	**93.702**	**13.751**	**94.093**	**15.455**
Fornecedores	4.507	6.102	4.684	6.312
Partes relacionadas	1.975	-	1.975	-
Dividendos a pagar	61.933	-	61.933	-
Adiantamentos	-	5.022	-	5.022
Obrigações tributárias	24.616	2.300	24.822	3.787
Obrigações sociais e trabalhistas	671	327	679	334
Não circulante	**32**	**-**	**4.183**	**1.826**
Fornecedores	-	-	1.564	1.826
Partes relacionadas	32	-	2.619	-
Patrimônio líquido	**-**	**114.962**	**107.457**	**130.384**
Capital social	3.002	3.002	3.002	3.002
Reserva de capital	89.252	89.252	89.252	89.252
Reserva legal	600	600	600	600
Reserva de lucros	-	22.108	-	22.108
	92.854	**114.962**	**92.854**	**114.962**
Participação de não controladores	-	-	14.603	15.422
Total do passivo e patrimonio líquido	**186.588**	**128.713**	**205.733**	**147.665**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido atribuído aos controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**3.002**	**89.252**	**600**	**4.886**	**-**	**97.740**	**10.272**	**108.012**
Lucro do exercício	-	-	-	-	59.486	59.486	11.916	71.402
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(42.264)	(42.264)	(6.766)	(49.030)
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	17.222	(17.222)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**3.002**	**89.252**	**600**	**22.108**	**-**	**114.962**	**15.422**	**130.384**
Lucro do exercício	-	-	-	-	447.652	447.652	5.705	453.357
Distribuição de dividendos	-	-	-	(22.108)	(447.652)	(469.760)	(6.524)	(476.284)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**3.002**	**89.252**	**600**	**-**	**-**	**92.854**	**14.603**	**107.457**

Demonstração do Resultado

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita operacional liquida	546.117	69.328	557.602	96.769
Custo dos produtos vendidos	(68.144)	(7.417)	(69.623)	(13.522)
Lucro bruto	**477.973**	**61.911**	**487.979**	**83.247**
Receitas (despesas) operacionais:				
Gerais e administrativas	(12.846)	(4.202)	(13.703)	(6.622)
Resultado financeiro líquido	(1.613)	15	(1.815)	96
Equivalência patrimonial	1.751	3.997	(185)	-
Lucro antes do IR e da CS	**465.265**	**61.721**	**472.276**	**76.721**
IR e CS	(17.613)	(2.235)	(18.920)	(5.319)
Lucro do exercício	**447.652**	**59.486**	**453.356**	**71.402**

	Controladora		Consolidado	
Resultado atribuivel a:	2022	2021	2022	2021
- Controladores	447.652	59.486	447.652	59.486
- Não controladores	-	-	5.705	11.916
Lucro líquido do exercício	**447.652**	**59.486**	**453.357**	**71.402**
Quantidade de ações	521.006	521.006		
Lucro líquido por ação em reais	**859,21**	**114,18**		

Demonstração do Resultado Abrangente

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro do exercício	447.652	59.486	453.356	71.402
Total do resultado abrangente do exercício	**447.652**	**59.486**	**453.356**	**71.402**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Fluxo de caixa das atividades operacionais:	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Lucro do exercício	447.652	59.486	447.652	59.486
Ajuste para reconciliar o lucro do período com recursos provenientes das atividades operacionais:				
Equivalência patrimonial	(1.751)	(3.997)	-	-
Depreciação e amortização	909	621	1.037	658
Baixa de projeto disponível para venda	68.395	4.842	69.874	9.464
Baixa no ativo imobilizado	166	88	759	89
	515.371	**61.040**	**519.322**	**69.697**
Aumento e diminuição do ativo e passivo circulante:				
Contas a receber	(95.860)	-	(95.860)	-
Adiantamento de fornecedores	383	(2.171)	605	(2.576)
Tributos a recuperar	(2)	(95)	(2)	(96)
Depósitos judiciais e cauções	-	-	(68)	-
Ativos disponíveis para venda	(28.273)	(33.318)	(31.199)	(36.286)
Fornecedores	(1.595)	5.808	(1.890)	4.743
Adiantamentos de clientes	(5.022)	-	(5.022)	-
Obrigações tributárias	22.316	(1.700)	21.035	(518)
Obrigações sociais e trabalhistas	344	101	345	102
	(107.709)	**(31.375)**	**(112.056)**	**(34.631)**
Recursos provenientes das atividades operacionais	**407.662**	**29.665**	**407.266**	**35.066**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:				
Recebimento de dividendos	2.176	3.945	-	-
Partes relacionadas	1.145	1.700	4.594	(5.100)
Movimentação em Investida	(351)	(1.690)	-	-
Adições no imobilizado	(2.369)	(7.114)	(3.557)	(7.683)
Recursos utilizados nas atividades de investimentos	**601**	**(3.159)**	**1.037**	**(12.783)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento de dividendos	(407.827)	(42.264)	(407.827)	(42.264)
Participação de não controladores	-	-	(819)	5.150
Recursos (utilizados) das atividades de financiamentos	**(407.827)**	**(42.264)**	**(408.646)**	**(37.114)**
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	**436**	**(15.758)**	**(343)**	**(14.831)**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	1.048	16.370	2.045	17.219
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	612	612	2.388	2.388
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	**436**	**(15.758)**	**(343)**	**(14.831)**

Diretoria

Carlos Andre Arato Bergamo
Gilberto Lourenço Feldman
Regina Dorea de Santana - Contadora - CRC 1SP 212769/O-4

LOOP Gestão de Pátios S.A.

CNPJ nº 19.395.452/0001-48

Demonstrações Contábeis - Findas em 31 de dezembro de 2021 e 2022 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)*

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras da Loop Gestão de Pátios S.A, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes. São Paulo, 28 de Abril de 2023. **A Diretoria**

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	31/12/2022	31/12/2021	Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	**19.281**	**17.559**	**Circulante**	**31.023**	**37.635**
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.656	76	Contas a Pagar	7.755	5.647
Aplicações Financeiras	6.438	9.477	Empréstimos e Financiamentos	17.508	28.564
Clientes	555	602	Impostos a Pagar	451	429
Outros Ativos Financeiros	1.471	1.796	Salários a Pagar	572	1.163
Ativos Fiscais	152	46	Provisões	1.342	100
Outros Ativos	9.009	5.562	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.680	433
Não Circulante	**26.698**	**26.979**	Arrendamento Mercantil	1.715	1.299
Depósitos Judiciais	193	186	**Não Circulante**	**23.436**	**4.187**
Ativos Fiscais Diferidos	14.971	14.971	Empréstimos e Financiamentos	19.600	167
Ativo Tangível	7.878	8.250	Arrendamento Mercantil	3.781	4.020
Ativo Intangível	3.656	3.572	Provisões para contingências	55	-
Total do Ativo	**45.979**	**44.538**	**Patrimônio Líquido**	**(8.480)**	**2.716**
			Capital Social	46.232	46.232
			Prejuízos Acumulados	(54.712)	(43.516)
			Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**45.979**	**44.538**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Patrimônio Líquido			
	Capital Social	Capital a Integralizar	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2020	**46.232**	**(16)**	**(34.120)**	**12.096**
Capital a Integralizar	-	16	-	16
Prejuízo do Exercício	-	-	(9.396)	(9.396)
Saldos em 31/12/2021	**46.232**	**-**	**(43.516)**	**2.716**
Prejuízo do Exercício	-	-	(9.577)	(9.577)
Ajuste do exercício anteriores	-	-	(1.619)	(1.619)
Saldos em 31/12/2022	**46.232**	**-**	**(54.712)**	**(8.480)**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas Líquidas de Prestação de Serviços	24.172	16.782
Custos dos Serviços Prestados	(11.839)	(9.831)
Lucro Bruto	**12.334**	**6.951**
Receitas (Despesas) Operacionais		
Despesas com Pessoal	(8.631)	(7.549)
Despesas Administrativas	(3.930)	(3.218)
Despesa com Depreciação e Amortização	(3.512)	(3.405)
Provisão para Perdas sobre Créditos de Liquidação Duvidosa	(449)	400
Outras Receitas (Despesas)	55	(883)
Resultado Antes das Receitas (Despesas) Financeiras	**(4.133)**	**(7.704)**
Resultado Financeiro	(5.444)	(1.692)
Lucro (Prejuízo) Antes do IR e da CS	**(9.577)**	**(9.396)**
IR e Contribuição Social Diferidos	-	
Prejuízo do Exercício	**(9.577)**	**(9.396)**
Nº de Ações (Mil)	45.575	45.575
Resultado por ação - básico e diluído	**(0,21)**	**(0,21)**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do Exercício	(9.577)	(9.396)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	**(9.577)**	**(9.396)**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo Do Exercício	**(9.577)**	**(9.396)**
Ajustes ao Prejuízo		
Provisão p/ Perda s/Créditos Liquidação duvidosas	449	(400)
Rendimentos sobre aplicações financeiras	(553)	(271)
Depreciação e Amortização	3.512	3.405
Baixas de imobilizado	699	413
Baixas de arrendamento mercantil	(1.122)	
Baixas de intangível	-	85
Juros s/ Arrendamentos mercantil	543	561
Juros s/ Empréstimos e Mútuo	2.925	1.147
Variação Cambial s/ Empréstimos no Exterior	(1.802)	(380)
Ajuste a Valor Justo de Derivativos	3.931	840
Ajuste de anos anteriores	(1.619)	-
	(2.614)	**(3.996)**
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber	(402)	168
Outras contas a receber	325	(323)
Impostos a recuperar	(106)	694
Depósitos judiciais	(7)	(1)
Outros ativos	(3.447)	(843)
Contas a pagar	2.108	591
Salários a pagar	(591)	403
Provisões	1.297	(734)
Instrumentos Financeiros Derivativos	(2.684)	(407)
Impostos a pagar	22	(144)
Caixa aplicado nas operações	**(6.099)**	**(4.592)**
Juros sobre arrendamento mercantil pagos	**(547)**	
Juros sobre empréstimos e financiamentos pagos	(656)	(465)
Caixa aplicado nas atividades operacionais	**(7.302)**	**(5.057)**
Fluxo de caixa de atividades de Investimento		
Aquisições de imobilizado	(192)	(1.379)
Aquisições de Ativo Intangível	(1.361)	(1.517)
Resgate (aplicação) de aplicações financeiras	3.592	(8.382)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	**2.039**	**(11.278)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos, líquido	7.910	16.462
Pagamentos de arrendamento mercantil	(1.614)	(856)
Integralização de Capital	-	16
Caixa gerado em atividades de financiamento	**6.843**	**15.622**
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**1.580**	**(713)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	**76**	**789**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	**1.656**	**76**
Informações Complementares: Juros Pagos	656	465

NOTAS EXPLICATIVAS

A LOOP Gestão de Pátios S.A. ("LOOP"), é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na Rua Projetada Um, 143, na Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo - Brasil, constituída em 4 de novembro de 2013 e possui como objetos sociais a operação e manutenção de pátios destinados exclusivamente à remoção, liberação e apreensão de veículos; organização, divulgação e realização de leilão de veículos e outros bens móveis ou imóveis, sejam eles presenciais ou através de internet, televisão e outros meios de comunicação; o agenciamento, a remoção e a guarda de veículos; a intermediação de negócios nas áreas comercial e de serviço relacionados aos itens aqui indicados; a compra e venda de veículos e a promoção de financiamento direto ou indireto a seus clientes.

Diretoria

Diretor Presidente - **Ricardo Ferraz Luz**
Diretor Financeiro - **Rafael Ribeiro**

Conselho de administração

Presidente - **Eduardo de Morais Jurcevic**
Conselheiro - **Emilio Sanches Salgado Junior**
Conselheiro - **Andre de Carvalho Novaes**
Conselheiro - **Luís Maria Castelo Branco de Assis Teixeira**

Contabilista

Renata Melloni - CRC 1SP 284.533/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Examinamos as demonstrações financeiras, da Loop Gestão de Pátios S.A ("**LOOP**" ou a "**Companhia**"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelo assunto mencionado na base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. São Paulo, 12 de Abril de 2023.

Mazars Auditores Independentes - CRC 2SP023701/O-8 I **Danhiel Augusto Reis** - Contador CRC 1SP254522/O-0

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 2651-8EF0-6B4D-9387.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 2651-8EF0-6B4D-9387.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 29/04/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP**. Acesse também através do link: **https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal**

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/2651-8EF0-6B4D-9387 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 2651-8EF0-6B4D-9387

Hash do Documento

3FAD846E0294E3DAEF971E333A242901598C8A336136B06D89EE5EF3BCC98FBE

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/04/2023 é(são) :

☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 29/04/2023 01:24 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

Ingazinho Investimentos S.A.

CNPJ nº 34.859.183/0001-17

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em atenção às disposições estatutárias e à legislação vigente, estamos apresentando as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, acompanhadas das notas explicativas.

São Paulo, 25 de Abril de 2023. A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL *(Em R$ 1,00)*

ATIVO	2022	2021
CIRCULANTE (Nota 2.2)		
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.442	995.091
Tributos a Recuperar	6.202	3.365
	8.644	**998.456**
NÃO CIRCULANTE		
Investimentos	5.725.670	4.225.670
	5.725.670	**4.225.670**
TOTAL DO ATIVO	**5.734.314**	**5.224.126**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	2021
CIRCULANTE		
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar (Nota 2.3)	–.–	–.–
Demais Tributos e Contribuições a Pagar	13	274
Créditos de Acionistas	70.184	10.184
TOTAL DO PASSIVO	**70.197**	**10.458**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social (Nota 2.4)	5.847.000	5.346.000
Prejuízos Acumulados	(182.883)	(132.332)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**5.664.117**	**5.213.668**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**5.734.314**	**5.224.126**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO *(Em R$ 1,00)*

	Capital Social	AFAC	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Em 1º de Janeiro de 2021	**2.250.000**	**–.–**	**(84.008)**	**2.165.992**
AFAC - Futuro Aumento de Capital	–.–	3.000.000	–.–	3.000.000
Aumento de Capital, com:				
- Créditos de Acionistas	96.000	–.–	–.–	96.000
- Integralização do AFAC	3.000.000	(3.000.000)	–.–	–.–
Prejuízo do Exercício	–.–	–.–	(48.324)	(48.324)
Em 31 de dezembro de 2021	**5.346.000**	**–.–**	**(132.332)**	**5.213.668**
AFAC - Futuro Aumento de Capital	–.–	501.000	–.–	501.000
Aumento de Capital, com:				
- Integralização do AFAC	501.000	(501.000)	–.–	–.–
Prejuízo do Exercício	–.–	–.–	(50.551)	(50.551)
Em 31 de dezembro de 2022	**5.847.000**	**–.–**	**(182.883)**	**5.664.117**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 *(Em R$ 1,00)*

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Ingazinho Investimentos S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Capital do Estado de São Paulo e que tem como objeto social e atividade preponderante a participação em outras Sociedades na qualidade de acionista ou quotista.

2 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

2.1 - Determinação do Resultado: O resultado é apurado de acordo com o regime de competência.

2.2 - Ativos Circulantes: Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

Os demais ativos circulantes estão demonstrados aos seus valores originais, adicionados, quando aplicável, pelos valores de juros e variações monetárias.

2.3 - Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar: Na apuração do ano, com base no Lucro Real não houve IRPJ e CSLL a pagar.

2.4 - Capital Social: Em 31 de dezembro de 2022, o Capital Social da Ingazinho Investimentos S.A., totalmente subscrito e integralizado é de R$ 5.847.000 (2021 - R$ 5.346.000), representado por 5.847.000 ações ordinárias (2021 - 5.346.000), sem valor nominal, obrigatoriamente nominativas.

Abel Pinto Martins - TC - CRC 1SP076.138/O-0

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO *(Em R$ 1,00)*

	2022	2021
Receitas Operacionais	**–.–**	**–.–**
Despesas Gerais e Administrativas	(54.535)	(67.358)
Tributos	(314)	(1.061)
Prejuízo Operacional	**(54.849)**	**(68.419)**
Receitas Financeiras	6.760	22.829
Despesas Financeiras	(2.462)	(2.734)
Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**(50.551)**	**(48.324)**
Imposto de Renda e Contribuição Social	–.–	–.–
Prejuízo do Exercício	**(50.551)**	**(48.324)**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO *(Em R$ 1,00)*

	2022	2021
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Prejuízo do Exercício	(50.551)	(48.324)
Variações nos Ativos e Passivos		
Tributos a Recuperar	(2.837)	(3.356)
Demais Tributos e Contribuições a Pagar	(261)	68
	(3.098)	**(3.288)**
Caixa Aplicado nas Atividades Operacionais	**(53.649)**	**(51.612)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição de Investimentos	(1.500.000)	(2.000.000)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	**(1.500.000)**	**(2.000.000)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Créditos de Acionistas	60.000	(54.314)
Integralização de Capital	501.000	3.096.000
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamentos	**561.000**	**3.041.686**
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(992.649)**	**990.074**
Caixa e Equivalentes de Caixa		
No Início do Exercício	995.091	5.017
No Final do Exercício	2.442	995.091
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(992.649)**	**990.074**

O.E. Setubal S.A.

CNPJ nº 61.074.456/0001-90

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em atenção às disposições estatutárias e à legislação vigente, estamos apresentando as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, acompanhadas das notas explicativas.

São Paulo, 25 de Abril de 2023. A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL *(Em R$ 1,00)*

ATIVO	2022	2021
CIRCULANTE (Nota 2.2)		
Caixa e Equivalentes de Caixa	136.565	182.434
Ativos Financeiros	4.597.875	2.971.913
Juros sobre Capital Próprio a Receber	1.023	2
Tributos a Recuperar	621.642	287.297
Demais Ativos Circulantes	22.936	30.508
	5.380.041	**3.472.154**
NÃO CIRCULANTE		
Demais Ativos Não Circulantes	154.626	429.750
Investimentos	1.172.764	1.377.020
Imobilizados	8.818.562	8.842.770
Intangíveis	4.012	1.130
	10.149.964	**10.650.670**
TOTAL DO ATIVO	**15.530.005**	**14.122.824**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	2021
CIRCULANTE		
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar (Nota 2.3)	200.754	–.–
Demais Tributos e Contribuições a Pagar	3.348	2.045
Créditos de Acionistas	1.975.903	1.280.740
Dividendos a Pagar	9.606	–.–
Demas Passivos Circulantes	7.175	2.789
TOTAL DO PASSIVO	**2.196.786**	**1.285.574**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social (Nota 2.4)	12.837.250	12.837.250
Reservas de Lucros:		
Legal	25.279	–.–
Especial	470.690	–.–
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**13.333.219**	**12.837.250**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**15.530.005**	**14.122.824**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO *(Em R$ 1,00)*

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Reservas de Lucros – Legal	Reservas de Lucros – Especial	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Em 1º de Janeiro de 2021	**13.550.027**	**–.–**	**–.–**	**–.–**	**–.–**	**13.550.027**
Prejuízo do Exercício	–.–	(712.777)	–.–	–.–	–.–	**(712.777)**
Redução de Capital com Absorção dos Prejuízos	(712.777)	712.777	–.–	–.–	–.–	–.–
Em 31 de dezembro de 2021	**12.837.250**	**–.–**	**–.–**	**–.–**	**–.–**	**12.837.250**
Lucro Líquido do Exercício	–.–	–.–	–.–	–.–	505.575	**505.575**
Distribuição de Dividendos	–.–	–.–	–.–	–.–	(9.606)	**(9.606)**
Constituição da Reserva Legal	–.–	–.–	25.279	–.–	(25.279)	–.–
Destinação para Reserva Especial	–.–	–.–	–.–	470.690	(470.690)	–.–
Em 31 de dezembro de 2022	**12.837.250**	**–.–**	**25.279**	**470.690**	**–.–**	**13.333.219**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 *(Em R$ 1,00)*

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A O.E. Setubal S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Capital do Estado de São Paulo e que tem como objeto social e atividade preponderante a participação em capitais de outras Sociedades e a administração de seus próprios bens de renda, móveis ou imóveis.

2 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

2.1 - Determinação do Resultado: O resultado é apurado de acordo com o regime de competência.

2.2 - Ativos Circulantes: Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

Os Ativos Financeiros estão demonstrados pelo valor das aplicações acrescidas dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço.

Os demais ativos circulantes estão demonstrados aos seus valores originais, adicionados, quando aplicável, pelos valores de juros e variações monetárias.

2.3 - Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar: O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do Balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela O. E. Setubal S.A. nas declarações de imposto de renda com relação as situações em que a regulamentação fiscal aplicável da margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento as autoridades fiscais.

2.4 - Capital Social: Em 31 de dezembro de 2022, o Capital Social da O.E. Setubal S.A., totalmente subscrito e integralizado é de R$ 12.837.250 (2021 - R$ 12.837.250), representado por 700.000 ações ordinárias (2021 - 700.000), sem valor nominal, obrigatoriamente nominativas.

2.5 - Lucro por Ação: O Lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas, pela quantidade de ações ordinárias durante o exercício.

3 - RECEITAS E DESPSAS FINANCEIRAS

	2022	2021
Receitas Financeiras		
Rendimentos de Aplicações	411.077	237.763
Variação Monetária Ativa	1.242.978	32.738
Variação Cambial Ativa	48.276	62.446
Descontos Obtidos	225	213
	1.702.556	**333.160**
Despesas Financeiras		
Despesas Bancárias	(13.770)	(8.710)
Prejuízo de Aplicação	(48.625)	(15.712)
Variação Cambial Passiva	(62.1800	(62.053)
	(124.575)	**(86.475)**

Abel Pinto Martins - TC - CRC 1SP076.138/O-0

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO *(Em R$ 1,00)*

	2022	2021
Receitas Operacionais	**1.244**	**5.527**
Despesas Gerais e Administrativas	(1.101.724)	(951.046)
Tributos	(134.950)	(15.800)
Prejuízo Operacional	**(1.235.430)**	**(961.319)**
Receitas Financeiras (Nota 3)	1.702.556	333.160
Despesas Financeiras (Nota 3)	(124.575)	(86.475)
Outras Receitas e Despesas	363.778	1.857
Lucro / Prejuízo Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**706.329**	**(712.777)**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(200.754)	–.–
Lucro / Prejuízo Antes da Reserva	**505.575**	**(712.777)**
Dividendos	(9.606)	–.–
Constituição da Reserva Legal	(25.279)	–.–
Lucro Líquido / Prejuízo do Exercício	**470.690**	**(712.777)**
Lucro por Ação (Nota 2.5)	**0,6724**	**–.–**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO *(Em R$ 1,00)*

	2022	2021
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro / Prejuízo Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	706.329	(712.777)
Ajustes		
Depreciação e Amortização	27.358	27.869
Ativos Financeiros		
Receita	(411.077)	(237.763)
Despesa	62.395	24.422
	(321.324)	(185.472)
Variações nos Ativos e Passivos		
Juros sobre Capital Próprio a Receber	(1.021)	858
Tributos a Recuperar	(334.345)	145.496
Demais Ativos Circulantes	7.572	(8.423)
Demais Ativos Não Circulantes	275.124	(43.778)
Demais Tributos e Contribuições a Pagar	1.303	1.215
Demais Passivos Circulantes	4.386	1.013
	(46.981)	96.381
Caixa Aplicado nas Atividades Operacionais	**338.024**	**(801.868)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Variação nas Aplicações Financeiras	(1.277.280)	436.056
Baixa de Investimentos	208.895	–.–
Bonificação de Ações	(4.639)	(1.857)
Aquisição / Baixa de Imobilizados	(1.446)	(1.271)
Aquisição de Intangíveis	(4.586)	(2.260)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	**(1.079.056)**	**430.668**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Créditos de Acionistas	695.163	327.658
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamentos	**695.163**	**327.658**
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(45.869)**	**(43.542)**
Caixa e Equivalentes de Caixa		
No Início do Exercício	182.434	225.976
No Final do Exercício	136.565	182.434
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(45.869)**	**(43.542)**

PRÓXIMOS LEILÕES ELETRÔNICOS. Do Condutor da Praça- A praça será realizada por MEIO ELETRÔNICO através do Portal: www.canaljudicial.com.br/goldleiloes e será conduzida pelo Gestor Leiloeiro Oficial Uilian Aparecido da Silva- JUCESP 958. Na segunda praça, o valor mínimo para a venda corresponderá a 60% (sessenta por cento) do valor da avaliação judicial, nos termos do artigo 13 do provimento CSM 1625/2009. Da comissão da Gestora Judicial- O arrematante deverá pagar a Gestora Judicial GOLD, a título de comissão o valor da porcentagem estipulada no edital, sob o preço de arrematação do imóvel. Dos lances- Os lances deverão ser ofertados pela rede internet, através do Portal www.canaljudicial.com.br/goldleiloes. Da responsabilidade do arrematante- Serão de responsabilidade do arrematante todas as providências e despesas relativas a transferência dos imóveis, tais como recolhimento do ITBI, foro, laudêmio, taxas alvarás, certidões, escrituras, registros e outras despesas pertinentes, inclusive dados apurados junto ao INSS oriundos de construção ou reformas não averbadas no Órgão competente e, ainda, dívidas relativas ao condomínio, resguardada a possibilidade de ação regressiva contra o devedor principal, perante ao Órgão competente. Débitos de IPTU- Eventuais débitos de IPTU ficam sub-rogados no valor da arrematação nos exatos termos do art. 130, parágrafo único do Código Tributário Nacional, mediante apresentação do extrato de débitos fiscais apresentado pelo arrematante. Todas as regras e condições aplicáveis estão disponíveis no Portal www.canaljudicial.com.br/goldleiloeis. A alienação obedecerá ao disposto na legislação aplicável, no Provimento CSM nº 1.625/09 do TJSP e o caput do artigo 335, do Código Penal. A publicação deste edital supre eventual insucesso nas notificações pessoais e dos respectivos patronos.

Edital de 1ª e 2ª Praça dos direitos do bem imóvel e para intimação do executado WANDERLEY FRANCISCO DE SOUZA (CPF nº 134.668.338-76), bem como s/mulher na qualidade de coproprietária e terceira interessada CLAUDIA BELINA DE JESUS (CPF nº 174.810.488-86), bem como da terceira interessada CONSTRUTORA MENDES S.A (CNPJ nº 51.863.876/0001-00) expedido nos autos da EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – DESPESAS CONDOMÍNIAIS, Processo nº. 1012588-03.2020.8.26.0008, ajuizado pelo CONDOMÍNIO REDIDENCIAL JARDINS DO TATUAPÉ (CNPJ nº 07.464.656/0001-04). O Dr. Antonio Manssur Filho, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível Regional do Foro de Tatuapé/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 236 de 13.07.2016, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.leiloesgold.com.br) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação no 1º Leilão com início no dia 08/05/2023 às 14:00h, e com término no dia 10/05/2023 às 14:00h, entregando-o a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação, ficando desde já designado para o 2º Leilão com início no dia 10/05/2023 às 14:01h, e com término no dia 30/05/2023 às 14:00h, caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que os bens serão entregues a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor de avaliação atualizada (Art. 891 parágrafo único do CPC e art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) da matricula atualizada abaixo descrita. Matricula nº 223.956 do 9º CRI de São Paulo – SP: AVALIAÇÃO ATUALIZADA: R$ 400.921,16 (quatrocentos mil, novecentos e noventa e um reais e dezesseis centavos), atualizada pela tabela do Tribunal de Justiça de São Paulo até (março de 2023).

Edital de 1ª e 2ª Praça sobre os direitos adquiridos pelo compromissário comprador do bem imóvel e para intimações dos executados espolio de JOÃO FERREIRA, EVERTON FERREIRA (CPF nº 373.277.138-59), SUELEN FERREIRA (CPF nº 372.650.818-03), bem como o coproprietário NEUSA DE BRITO FERREIRA (CPF nº 161.552.498-30) expedido no CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, Processo nº. 0006230-07.2012.8.26.0077, ajuizado pelo PAULO BARBOSA (CPF nº 004.698.688-05). O Dr. Lucas Gajardoni Fernandes, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível do Foro da Comarca de Birigui/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 236 de 13.07.2016, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.leiloesgold.com.br) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação no 1º Leilão com início no dia 08/05/2023 às 14:00h, e com término no dia 10/05/2023 às 14:00h, entregando-o a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação, ficando desde já designado para o 2º Leilão com início no dia 10/05/2023 às 14:01h, e com término no dia 30/05/2023 às 14:00h caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que os bens serão entregues a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 60% (sessenta por cento), do valor de avaliação atualizada, nos termos do art. 843 do CPC - Tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem. § 1o É reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições. § 2o Não será levada a efeito expropriação por preço inferior ao da avaliação na qual o valor auferido seja incapaz de garantir, ao coproprietário ou ao cônjuge alheio à execução, o correspondente à sua quota-parte calculado sobre o valor da avaliação. (Art. 891 parágrafo único do CPC e art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) da matricula abaixo descrita. Matricula nº 38.470 do CRI de Birigui – SP: AVALIAÇÃO ATUALIZADA: R$ 115.145,95 (cento e quinze mil e centos e quarenta e cinco reais e noventa e cinco centavos), atualizada pela tabela do Tribunal de Justiça de São Paulo até (novembro de 2022).

Edital de 1ª e 2ª Praça de bem imóvel e para intimações dos executados AGROWEST COMÉRCIO DE INSUMOS AGRÍCUOLAS LTDA ME (CPF nº 13.986.940/0001-43), JOSÉ ROBERTO TREVIZANI JUNIOR (CPF nº 310.911.418-60), ADRIANA SERINOLI TREVIZANI (CPF nº 147.634.658-10) expedido nos autos da EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – CRÉDITO RURAL, Processo nº. 1012074-91.2018.8.26.0114, ajuizado pelo FMC QUÍMICA DO BRASIL LTDA (CNPJ nº 04.136.367/0002-79). O Dr. Herívelto Araujo Godoy, Juiz de Direito da 8ª Vara Cível do Foro da Comarca de Campinas/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 236 de 13.07.2016, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.leiloesgold.com.br) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação no 1º Leilão com início no dia 08/05/2023 às 14:00h, e com término no dia 10/05/2023 às 14:00h, entregando-o a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação, ficando desde já designado para o 2º Leilão com início no dia 10/05/2023 às 14:01h, e com término no dia 30/05/2023 às 14:00h, caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que os bens serão entregues a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 60% (sessenta por cento) do valor de avaliação atualizada (Art. 891 parágrafo único do CPC e art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) da matricula abaixo descrita. Matricula nº 3.947 do CRI de Dois Córregos – SP: AVALIAÇÃO ATUALIZADA: R$ 266.313,38 (duzentos e sessenta e seis mil, trezentos e treze reais e trinta e oito centavos), atualizada pela tabela do Tribunal de Justiça de São Paulo até (março de 2023).

Edital de 1ª e 2ª Praça dos direitos aquisitivos do bem imóvel e para intimações dos executados ADALBERTO MICHAEL SOUZA DE QUEIROZ, MISLEINE AGATA SOUZA DE QUEIROZ, MARCO AURÉLIO SOUZA DE QUEIROZ expedido nos autos da EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – COMPRA E VENDA, Processo nº. 1002642-13.2014.8.26.0462, ajuizado pelo ADIMOB LTDA (CNPJ nº 62.201.108/0001/18). O Dr. Luiz Fellippe de Souza Marino, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível do Foro da Comarca de Poá/SP, na forma da lei, etc. FAZ SABER que, com fulcro nos artigos 879 a 903 do CPC, regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 236 de 13.07.2016, e art. 250 e seguintes das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da GOLD LEILÕES (www.leiloesgold.com.br) portal de leilões on-line, levará a público pregão de venda e arrematação no 1º Leilão com início no dia 08/05/2023 às 14:00h, e com término no dia 10/05/2023 às 14:00h, entregando-o a quem mais der valor igual ou superior ao da avaliação, ficando desde já designado para o 2º Leilão com início no dia 10/05/2023 às 14:01h, e com término no dia 30/05/2023 às 14:00h, caso não haja licitantes na 1ª, ocasião em que os bens serão entregues a quem mais der, não sendo aceito lance inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor de avaliação atualizada (Art. 891 parágrafo único do CPC e art. 13 do Prov. CSM n. 1625/2009) da matricula abaixo descrita. Matricula nº 73.248 do CRI de Poá – SP: AVALIAÇÃO: R$ 96.703,50 (noventa e seis mil, setecentos e três reais e cinquenta centavos), conforme laudo de avaliação.

Sum Reseller S.A.

CNPJ 11.372.452/0001-10 - NIRE 35300460880

Balanço Patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em Reais mil)

Ativo	2022	2021	Passivo	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	5	175	Fornecedores	13.478	14.410
Contas a receber de clientes	14.067	16.530	Empréstimos e financiamentos	1.435	2.438
Adiantamento Fornecedores	531	1.153	Passivo Fiscal Corrente	831	650
Créditos diversos	355	9	Imposto de Renda e Contribuição Social	383	332
Ativos Fiscais Correntes	159	141	Outras Contas a Pagar	17	201
Partes Relacionadas	–	–	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	222	222
Total do Ativo circulante	**15.116**	**18.008**	**Total do Passivo circulante**	**16.365**	**18.253**
Partes Relacionadas	276	276	**Empréstimos e financiamentos**		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.379	9.910	Partes Relacionadas	23.393	23.282
Imobilizado	–	1	Passivo Fiscal Corrente	1.288	928
Intangível	915	915	**Total do Passivo não circulante**	**24.681**	**24.210**
			Patrimônio líquido		
Total do ativo não circulante	**11.570**	**11.101**	Capital social	100	100
			Reserva legal	20	20
			Reservas de Retenção de lucros	(14.480)	(13.474)
			Total do Patrimônio líquido	**(14.360)**	**(13.354)**
Total do ativo	**26.686**	**29.109**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**26.686**	**29.109**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em Reais mil)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**100**	**20**	**(13.494)**	**–**	**(13.374)**
Lucro liquido do exercício	–	–	–	27	27
Destinações:					
Constituição de reserva de lucros	–	–	27	(27)	–
Dividendos extraordinários	–	–	(7)	–	(7)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**100**	**20**	**(13.474)**	**–**	**(13.354)**
Lucro liquido do exercício	–	–	–	(1.006)	(1.006)
Destinações:					
Constituição de reserva de lucros	–	–	(1.006)	1.006	–
Dividendos extraordinários	–	–	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**100**	**20**	**(14.480)**	**–**	**(14.360)**

Demonstração de resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em Reais mil)

	2022	2021
Receita operacional líquida	22.309	17.907
Custo dos serviços prestados	(19.164)	(16.431)
Lucro Bruto	**3.145**	**1.475**
Receitas (Despesas) operacionais		
Despesas administrativas, gerais e tributárias	(4.299)	(1.499)
	(4.299)	**(1.499)**
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras liquidas e impostos	**(1.154)**	**(24)**
Receitas financeiras	254	111
Despesas financeiras	(388)	(923)
Receita (despesas) financeiras líquidas	**(134)**	**(812)**
Receitas não Operacionais	**–**	**–**
Lucro antes do IR e CS	**(1.288)**	**(836)**
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(188)	(455)
Diferidos	469	1.318
	282	**864**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**(1.006)**	**27**

Diretoria

Kleuber Pereira Batista
Diretor de Finanças
CPF: 579.489.681-72

Maraisa Paes Martins
Contadora
CRC: 1SP157782-O/0
CPF: 085.321.308-95

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 2B3D-47DD-D58E-D1F3.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 2B3D-47DD-D58E-D1F3.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 29/04/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/2B3D-47DD-D58E-D1F3 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 2B3D-47DD-D58E-D1F3

Hash do Documento

56F89C21148211090625961E78DDB3FD89D560FF9A1CD1B96CA2B022F3514B22

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/04/2023 é(são) :

☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 29/04/2023 01:24 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

REGIDA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A.

C.N.PJ./MF 11.067.457/0001-30

Balanço Patrimonial - Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 - *(Valores expressos em reais)*

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Ativo	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	2022	2021
Circulante			**Circulante**		
Disponibilidades	13.404.877,11	8.796.863,19	Obrigações tributárias	495.452,91	228.856,42
Outros Créditos	1.452.799,17	1.728.521,17	Outras contas a pagar	23.529.332,24	22.265.877,72
Tributos a recuperar	1.291.431,46	1.166.409,01	**Total do circulante**	24.024.785,15	22.494.734,14
Despesas Antecipadas	30.114,44	21.540,04	**Não Circulante**		
	16.179.222,18	11.713.333,41	Outras Obrigações	4.297.466,26	3.317.661,64
Não circulante			**Patrimônio líquido**		
Empréstimos Coligadas	4.089.411,06	4.110.589,62	Capital Social	245.000.000,00	245.000.000,00
Dividendos a Receber	2.832.775,11	6.202.893,96	Reserva Legal	25.396.063,00	24.392.452,66
Investimentos	379.224.609,55	362.393.068,40	Reservas de Lucro	122.368.699,78	108.067.252,42
Imobilizado	18.755.028,29	18.846.247,47	**Total do Patrimônio líquido**	392.764.762,78	377.459.705,08
Intangível	5.968,00	5.968,00			
Total do não circulante	404.907.792,01	391.558.767,45	**Total do passivo e patrimônio líquido**	421.087.014,19	403.272.100,86
Total do ativo	421.087.014,19	403.272.100,86			

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social Nacional	Lucros Acumulados	Reserva de Lucros	Reserva Legal	Total
Em 31 de Dezembro de 2020	**245.000.000,00**	-	**85.007.580,59**	**22.774.230,08**	**352.781.810,67**
Lucro líquido do exercício	-	32.364.451,68	-	-	32.364.451,68
Constituição de Reserva Legal	-	(1.618.222,58)	-	1.618.222,58	-
Dividendos	-	(7.686.557,27)	-	-	(7.686.557,27)
Constituição Reserva de Lucros	-	(23.059.671,82)	23.059.671,82	-	-
Em 31 de Dezembro de 2021	**245.000.000,00**	-	**108.067.252,41**	**24.392.452,67**	**377.459.705,07**
Lucro líquido do exercício	-	20.072.206,82	-	-	20.072.206,82
Constituição de Reserva Legal	-	(1.003.610,34)	-	1.003.610,34	-
Dividendos	-	(4.767.149,12)	-	-	(4.767.149,12)
Constituição Reserva de Lucros	-	(14.301.447,36)	14.301.447,36	-	-
Em 31 de Dezembro de 2022	**245.000.000,00**	-	**122.368.699,77**	**25.396.063,01**	**392.764.762,77**

Demonstração do fluxo de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	21.103.211,93	33.203.793,13
Equivalência Patrimonial	(18.684.511,64)	(33.998.499,34)
Depreciação	743.920,08	1.620.812,84
	3.162.620,37	826.106,63
Variações no capital circulante		
Outros Créditos	275.722,00	(1.386.711,18)
Créditos tributários	(125.022,45)	(1.104.295,94)
Despesas antecipadas	(8.574,40)	2.284,65
Empréstimos com coligadas	21.178,56	275.345,43
Fornecedores	438,98	
Obrigações tributárias	486.064,75	(359.780,65)
Outras contas a pagar	(4.133,58)	(2.616,42)
Caixa gerado pelas operações	3.808.294,23	(1.749.667,48)
Dividendos recebidos	6.202.893,96	2.671.702,25
Imposto de renda	(1.250.473,37)	(1.144.314,55)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	8.760.714,82	(222.279,78)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(652.700,90)	(1.226.255,07)
Aumento de Capital Social	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(652.700,90)	(1.226.255,07)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos	(3.500.000,00)	(3.000.000,00)
Juros sobre capital próprio	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(3.500.000,00)	(3.000.000,00)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	4.608.013,92	(4.448.534,85)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	13.245.398,04	12.275.764,59
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8.796.863,19	13.245.398,04
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	4.608.013,92	(4.448.534,85)

Demonstração do resultado

	2022	2021
Receitas (despesas) operacionais		
Gerais e Administrativas	(1.667.547,92)	(4.443.883,60)
Ocupação	(25.843,44)	(57.347,12)
Tributárias	(170.038,96)	(134.543,08)
Equivalência patrimonial	18.684.511,64	33.998.499,34
Lucro operacional antes do resultado financeiro	16.821.081,32	29.362.725,54
Resultado financeiro		
Receita financeira	4.285.392,11	3.843.879,59
Despesas financeiras	(3.261,50)	(2.812,00)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	21.103.211,93	33.203.793,13
Contribuição social	(279.263,49)	(248.591,65)
Imposto de renda	(751.741,62)	(590.749,80)
Lucro líquido do exercício	20.072.206,82	32.364.451,68
Lucro líquido por ação do capital social	1,115	1,798

Demonstração do resultado abrangente

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	20.072.206,82	32.364.451,68
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**20.072.206,82**	**32.364.451,68**

Notas explicativas

1 - Objeto: participação em outras sociedades, exploração, por conta própria ou através de terceiros, de empreendimentos imobiliários; compra, venda e locação de bens móveis e imóveis; administração de bens próprios; outras atividades afins ou correlatas. **2 - Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em valores expressos em reais e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei 11.941/09. **3 - Principais práticas contábeis: a. Apuração do resultado -** O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. **b. Ativo circulante e realizável a longo prazo -** São apresentados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos. **c. Investimentos -** O investimento em controladas e coligadas é avaliado pelo método de equivalência patrimonial. **d. Imobilizado -** Está demonstrado ao custo de aquisição. **e. Passivo circulante e realizável a longo prazo -** São apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, quando aplicável, dos correspondentes encargos aplicáveis. **f. Demonstrações do fluxo de caixa -** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a seção 7 do CPC PME e correspondente ao CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. **4 - Capital Social -** Em 31 de dezembro de 2022 o capital social é composto por 18.002.000 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 900.001 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 539.998 ações ordinárias nominativas e 360.003 ações preferenciais nominativas, sendo 360.000 ações preferenciais sem classe específica e classe "A", 2 ações preferenciais e classe "B" 1 ação preferencial.

Renato Spallicci - Diretor Presidente
Adriana Gherth - Contador - CRC: 1SP215165/0

Operador Investment S.A.

CNPJ: 66.088.865/0001-60 - NIRE: 35300146166

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31/12/2022 e 2021 (Em reais)

Balanços Patrimoniais

Ativo	31/12/2022	31/12/2021	Passivo	31/12/2021	31/12/2021
Ativo circulante	322.981,66	263.139,11	**Passivo Circulante**	**394.936,07**	**289.257,75**
Disponível: Bancos e Caixas	147.379,90	32.899,74	Contas a Pagar	394.616,07	289.257,75
Empréstimos a Receber	175.358,32	230.000,00	**Patrimônio Líquido**	**4.997.027,64**	**4.950.863,41**
Impostos a Recuperar	243,44	239,37	Capital Social	9.983.161,00	9.983.161,00
Não Circulante	**5.068.982,05**	**4.976.982,05**	Prejuízos Acumulados	(4.986.133,36)	(5.032.297,59)
Realizável a Longo Prazo	**123.734,86**	**31.734,86**	**Total do Passivo**	**5.391.963,71**	**5.240.121,16**
Créditos e Valores	31.734,86	31.734,86			
Títulos a Receber	92.000,00	-			
Imobilizado	**4.945.247,19**	**4.945.247,19**			
Bens em Operação - Custo	5.053.437,19	5.154.437,19			
Depreciação	(108.190,00)	(209.190,00)			
Total do Ativo	**5.391.963,71**	**5.240.121,16**			

Diretoria

Alberto Douer
Administrador

Rogerio Horta Pochini
TC CRC: 1SP-144.291/0-5 - Contador

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Realizado	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2020	**9.983.161,00**	**(5.227.733,15)**	**4.755.427,85**
Lucro Líquido do Exercício	-	195.435,56	-
Saldo em 31/12/2021	**9.983.161,00**	**(5.032.297,59)**	**4.950.863,41**
Lucro Líquido do Exercício	-	26.164,23	-
Saldo em 31/12/2021	**9.983.161,00**	**(5.006.133,36)**	**4.977.027,64**

Demonstrações do Resultado

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas (Receitas) Operacionais	**30.964,23**	**6.274,68**
Despesas Administrativas	(320,00)	(3.100,00)
Despesas Financeiras	(1.212,60)	(101.161,10)
Outras Receitas	32.496,83	110.535,78
Créditos Vencidos e não Líquidados		
Resultado Operacional	**30.964,23**	**6.274,68**
Resultado antes dos Impostos	**30.964,23**	**6.274,68**
Contribuição Social	(1.800,00)	(24.976,48)
Imposto de Renda	(3.000,00)	(63.379,12)
Receita Não-Operacional	**-**	**277.516,48**
Ganho de Capital	-	277.516,48
Resultado do Exercício	**26.164,23**	**195.435,56**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	31/12/2022	31/12/2021
Lucro/Prejuízo do Exercício	26.164,23	195.435,56
Ajuste para Reconciliar o Lucro Líquido ao Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais		
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa gerado pelas atividades operacionais	(67.200,00)	-
(Aumento) Diminuição no Ativo Circulante e Não Circulante		
Títulos a Receber	54.641,68	(123.342,94)
Impostos a Recuperar	(4,07)	(23,95)
(Aumento) Diminuição no Passivo Circulante e Não Circulante		
Outras Contas a Pagar	105.678,32	(105.358,32)
Caixa Líq. Gerado (Utilizado) das Atividades Operacionais	**114.480,16**	**(33.289,65)**
Caixa Líq. Gerado (Utilizado) pelas Ativ. Operac., de Invest. e de Financiamentos	**114.480,16**	**(33.289,65)**
Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras		
No Início do Exercício	32.899,74	66.189,39
No Fim do Exercício	147.379,90	32.899,74
Aumento (Redução) em Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras	**114.480,16**	**(33.289,65)**

REC 2017 Empreendimentos e Participações X S.A.

CNPJ/ME nº 29.214.941/0001-00

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial - Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais)*

ATIVO	2022	2021
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	979	423
Contas a receber	8.127	-
Tributos a recuperar	151	8
Total do ativo circulante	9.257	431
Não circulante		
Despesas Antecipadas	19	-
Investimentos em coligadas	-	287.768
Propriedade para investimento	290.880	-
Total do ativo não circulante	290.899	287.768
Total do ativo	**300.156**	**288.199**

PASSIVO	2022	2021
Circulante		
Fornecedores	891	-
Impostos e contribuições	3.982	2
Outros débitos	267	-
Total do passivo circulante	5.140	2
Não circulante		
Debêntures	181.339	161.415
Capital a restituir	12.080	-
Total do passivo não circulante	193.419	161.415
Patrimônio líquido		
Capital social	139.479	139.189
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	700
Prejuízos acumulados	(37.882)	(13.107)
Total do patrimônio líquido	101.597	126.782
Total do passivo e do patrimônio líquido	**300.156**	**288.199**

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais)*

	2022	2021
Receita operacional líquida	10.038	-
Custo com locação	(11.356)	-
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(310)	(128)
Despesas Tributárias	(1.346)	-
Tributárias	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	168	995
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**(2.806)**	**867**
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	144	30
Despesas financeiras	(20.080)	(13.677)
Resultado operacional antes do imposto de renda e contribuição social	(22.742)	(12.780)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	(2.033)	-
Prejuízo do exercício	**(24.775)**	**(12.780)**

Demonstrações do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais)*

	2022	2021
Prejuízo do exercício	(24.775)	(12.780)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**(24.775)**	**(12.780)**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**89.020**	**129.230**	**(327)**	**217.923**
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	48.389	-	48.389
Aumento de capital social	176.919	(176.919)	-	-
Redução de capital social	(126.750)	-	-	(126.750)
Prejuízo do exercício	-	-	(12.780)	(12.780)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**139.189**	**700**	**(13.107)**	**126.782**
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	12.390	-	12.390
Aumento de capital social	13.090	(13.090)	-	-
Redução de capital social	(12.800)	-	-	(12.800)
Prejuízo do exercício	-	-	(24.775)	(24.775)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**139.479**	**-**	**(37.882)**	**101.597**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro - *(Em milhares de Reais)*

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(22.742)	(12.780)
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo o caixa		
Resultado de equivalência patrimonial	(168)	(995)
Depreciação	5.549	-
Juros sobre retenção	(199)	13.676
Linealização	(2.751)	-
Juros e correção monetárias sobre debêntures	20.069	-
Efeitos da incorporação	543	-
Variações nas contas de ativo e passivo		
Contas a Receber	(1.152)	-
Tributos a recuperar	(143)	(2)
Fornecedores	(2.010)	(1)
Impostos e contribuições	261	-
Outros débitos	267	1
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	**(2.476)**	**(101)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital em investidas	(3.047)	(68.860)
Aquisição de edificações	(5.446)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(8.493)**	**(68.860)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Redução do capital social	(720)	(126.750)
Debêntures	(145)	147.739
Adiantamentos para futuro aumento de capital	12.390	48.389
Caixa líquido gerado das atividades de financiamentos	**11.525**	**69.378**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**556**	**417**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	423	6
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	979	423
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**556**	**417**

Diretores: Luiz Felipe Gurtler Bueno **Pedro Eduardo Cassab Carraz**
Contador: Pier Paolo Atti - CRC SP -154001/O-0

As Notas Explicativas referentes a estas Demonstrações Financeiras, estão a disposição dos Srs. Acionistas e parceiros na sede da Companhia.

MDR Participações S.A.

CNPJ nº 15.558.758/0001-17

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as contas relativas ao período findo em 31/12/2022.

São Paulo, 28 de abril de 2023. **A Diretoria**

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota explicativa	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.264	1.261	6.117	7.424
Contas a receber	4	-	-	12.664	10.533
Estoques	5	-	-	9.514	6.315
Impostos a recuperar		-	-	9	-
Outros créditos	6	419	468	1.300	613
Total do ativo circulante		**2.683**	**1.729**	**29.604**	**24.885**
Não circulante					
Investimentos	7	58.414	47.000	-	-
Deposito judicial	13	-	312	4.313	3.291
Outros créditos	6	589	1.955	-	
Imobilizado	8	70	68	45.077	34.900
Intangível	9	28	40	1.204	2.269
Total do ativo não circulante		**59.101**	**49.375**	**50.594**	**40.460**
Total do ativo		**61.784**	**51.104**	**80.198**	**65.345**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Circulante					
Fornecedores	10	368	261	6.732	4.666
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	11	409	274	4.653	3.738
Obrigações tributárias	12	40	22	2.210	2.080
Dividendos a pagar		-	62	-	62
Mútuos a pagar	15	-	-	7.030	-
Outras obrigações	14	9.738	1.119	189	98
Total do passivo circulante		**10.555**	**1.738**	**20.814**	**10.644**
Não circulante					
Obrigações tributárias		-	-	131	239
Provisão para riscos	13	-	-	8.023	5.096
Total do passivo não circulante		**-**	**-**	**8.154**	**5.335**
Patrimônio líquido					
Capital social	16	53.959	53.959	53.959	53.959
Prejuízos acumulados		(2.730)	(4.593)	(2.730)	(4.593)
Total do patrimônio líquido		**51.229**	**49.366**	**51.229**	**49.366**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**61.784**	**51.104**	**80.197**	**65.345**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais:					
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		9.302	5.579	10.747	6.345
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	19	1.065	1.063	3.737	3.479
Provisão (Reversão) para créditos de liquidação duvidosa	4	-	-	(114)	(4)
Resultado de equivalência patrimonial	7	(10.911)	(7.338)	-	-
Baixa de imobilizado e intangível	8/9	-	-	-	-
Provisão para riscos	13	-	(28)	2.927	4.053
Outros		91	(1)	(207)	301
Variação nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber	4	-	-	(2.131)	(5.070)
Estoques	5	-	-	(3.199)	(1.423)
Impostos a recuperar		-	-	(9)	1
Outros créditos	6	1.727	(1.336)	(1.709)	(2.706)
Fornecedores	10	107	78	2.066	1.879
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	11	135	110	915	1.338
Obrigações tributárias	12	18	(48)	130	27
Outras obrigações		8.619	1.119	6.951	(568)
Imposto de renda e contribuição pagos		-	-	-	-
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		**10.153**	**(802)**	**20.104**	**7.652**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:					
Investimentos em controladas	7	(8.436)	(1.571)	-	-
Dividendos recebidos de controladas	7	6.798	6.169	-	-
Aquisição de imobilizado e intangível	8/9	(12)	-	(12.466)	(1.739)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		**(1.650)**	**4.598**	**(12.466)**	**(1.739)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:					
Antecipação de dividendos a controladores		(7.439)	(6.500)	(7.439)	(6.500)
Distribuição de dividendos	7	(61)	-	(1.506)	(766)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		**(7.500)**	**(6.500)**	**(8.945)**	**(7.266)**
Redução em caixa e equivalentes de caixa		**1.003**	**(2.704)**	**(1.307)**	**(1.353)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3	1.261	3.965	7.424	8.777
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3	2.264	1.261	6.117	7.424

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receita líquida de vendas	18	-	-	**126.107**	**83.851**
Custo das mercadorias vendidas	19	-	-	(94.744)	(63.859)
Lucro bruto		**-**	**-**	**31.363**	**19.992**
Receitas (Despesas) operacionais					
Com vendas	19	-	-	(2.601)	(2.241)
Gerais e administrativas	19	(1.668)	(1.847)	(12.863)	(12.102)
Resultado de equivalência patrimonial	7	10.911	7.338	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	19	(38)	(25)	(1.523)	3.236
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**9.205**	**5.466**	**14.376**	**8.885**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	19	172	150	514	232
Despesas financeiras	19	(18)	(9)	(213)	(258)
Lucro (Prejuízo) operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social		**9.359**	**5.607**	**14.677**	**8.859**
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	17	(57)	(28)	(3.930)	(2.514)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		**9.302**	**5.579**	**10.747**	**6.345**
Atribuível a:					
Participação dos controladores	7	9.302	5.579	9.302	5.579
Participação dos não controladores	7	-	-	1.445	766

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais - R$)

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	**9.302**	**5.579**	**10.747**	**6.345**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**9.302**	**5.579**	**10.747**	**6.345**
Atribuível a:				
Participação dos controladores	9.302	5.579	9.302	5.579
Participação dos não controladores	-	-	1.445	766

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas (Em milhares de reais - R$)

1) Contexto operacional: A MDR Participações S.A. é uma companhia fechada, com prazo de duração indeterminada, localizada na cidade de São Paulo/SP, podendo abrir e encerrar filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante deliberação da Assembleia Geral, e tem por objeto social a exploração como *Holdings* de instituições não financeiras.

2) Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária.

3) Principais práticas contábeis: Apuração de resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência mensal. Investimentos: Avaliados pelo custo de aquisição, acrescidas da equivalência patrimonial credoras.

4) Eventos subsequentes: Em 31/12/2022, não houve qualquer evento subsequente relevante que requer ajustes ou divulgações para as demonstrações apresentadas.

5) Capital social: O capital social subscrito e integralizado é de R$ 53.959.195,86 (Cinquenta e três milhões e novecentos e cinquenta e nove mil e cento e noventa e cinco reais e oitenta e seis centavos) representado por 698.952 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Diretoria

Rodrigo Brandão dos Santos Baptista
Diretor de Operações

Adriana Lurdes Michel
Diretora *Controller*/Administrativa Financeira

Edson Donizette Pires
Contador CRC - 1SP234409/O-6 - CPF 254.583.358-48

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros - Reserva legal	Reserva de lucros - Reserva de lucros	Lucros (Prejuízo) acumulados	Total do patrimônio líquido (controladora)	Participação não controladores	Total do patrimônio líquido (consolidado)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**53.959**	**1.180**	**-**	**(4.852)**	**50.287**	**-**	**50.287**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	5.579	5.579	766	6.345
Destinação do lucro líquido:								
Distribuição de dividendos a não controladores	7	-	-	-	-	-	(766)	(766)
Distribuição de dividendos a controladores	16	-	-	-	(6.500)	(6.500)	-	(6.500)
Transferência da reserva de lucros		-	(1.180)	-	1.180	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**53.959**	**-**	**-**	**(4.593)**	**49.366**	**-**	**49.366**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	9.302	9.302	1.445	10.747
Destinação do lucro líquido:								
Distribuição de dividendos a não controladores	7	-	-	-	-	-	(1.445)	(1.445)
Distribuição de dividendos a controladores	16	-	-	-	(7.439)	(7.439)	-	(7.439)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**53.959**	**-**	**-**	**(2.730)**	**-**	**-**	**51.229**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras completas e o relatório dos auditores independentes estão à disposição na sede da Companhia.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C9F7-3512-EA45-880E.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 29/04/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/C9F7-3512-EA45-880E ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: C9F7-3512-EA45-880E

Hash do Documento

7E419DB6CBEFD17E2B437D53C0238679B851E448CB2E0CFC139CBF06348EC976

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/04/2023 é(são) :

☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 29/04/2023 01:24 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

Jornal O DIA SP

Edição Digital Certificada * sábado a terça-feira, 29 e 30/04, 1 e 2 de maio de 2023

No Zebra Network S.A.

CNPJ nº 04.883.570/0001-28

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2022 E 2021 (Expressos em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Notas	2022	2021
Ativo circulante		**19.904**	**21.035**
Caixa e equivalentes de caixa	3	9.977	10.528
Contas a receber de clientes e outros	4	8.607	8.771
Impostos a recuperar	5	765	1.391
Despesas antecipadas	-	319	171
Outros ativos	-	236	174
Ativo não circulante		**59.153**	**68.290**
Aplicações financeiras - Caução aluguel	-	84	84
Impostos a recuperar	5	890	-
Depósitos judiciais	-	265	286
Imobilizado	6	1.748	2.141
Intangível	7	56.166	65.779
Total do ativo		**79.057**	**89.325**

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	2022	2021
Passivo circulante		**8.245**	**8.014**
Fornecedores	8	327	545
Obrigações trabalhistas	9	1.155	1.071
Impostos e contribuições	10	601	1.091
Passivo de a arrendamento direito de uso	11	232	380
Outras contas a pagar	12	5.930	4.927
Passivo não circulante		**29.500**	**29.478**
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	13	3	3
Impostos diferidos	14	28.425	28.425
Passivo de a arrendamento direito de uso	11	1.072	1.050
Patrimônio líquido		**41.312**	**51.833**
Capital social	15.a	56.840	56.840
Reserva de capital	15.c	-	-
Prejuízos acumulados	-	(15.528)	(5.007)
Total do passivo e patrimônio líquido		**79.057**	**89.325**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Contexto operacional: A No Zebra Network S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 01/02/2002, de acordo com as leis brasileiras, com sede à Rua Ceará, 470, na cidade e Estado de São Paulo. A Companhia tem como atividade preponderante a venda de publicidade online em websites de conteúdo próprio e aplicativos para dispositivos móveis. Os websites de propriedade da Companhia são: Baixaki, Click Jogos, Tecmundo, Voxel, Mega Curioso, The Brief, Super Downloads e Minha Série. A Companhia também realiza a prestação de serviço de construção de websites de conteúdo além da comercialização da produção de conteúdo digital e produção de vídeos para publicidade. **2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis: 2.1.** Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **2.2.** Base de elaboração: As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.3.** Resumo das principais práticas contábeis: O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue: **2.3.1.** Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento do exercício, com liquidez imediata, e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **2.3.2.** Contas a receber de clientes: São demonstradas pelos valores nominais das notas fiscais, acrescidos de variação cambial e ajustados ao valor presente até a data do balanço, quando aplicável. A provisão para perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa é constituída através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas históricas. A provisão constituída é considerada suficiente pela Administração para cobrir potenciais perdas na realização das contas a receber de clientes. **2.3.3.** Imobilizado: Estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quanto aplicável. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizado em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **2.3.4.** Arrendamentos: Determinados contratos de arrendamento transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento, sendo registrados no momento inicial como ativo de direito de uso em contrapartida ao passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado pela taxa incremental, conforme NBC TG 06/R3 - "Arrendamentos". **2.3.5.** Intangível: Ativos intangíveis adquiridos com vida útil definida, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Os ativos intangíveis adquiridos com vida útil indefinida são registrados ao valor justo apurado na data de aquisição, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável. **i)** Ágio por expectativa de rentabilidade futura *(Goodwill)*: O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*Goodwill*) resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*Goodwill*) é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*Goodwill*) foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que uma unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio por expectativa de rentabilidade futura (*Goodwill*) é reconhecida diretamente no resultado do período. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes. **2.3.6.** Redução ao valor recuperável dos ativos ("*Impairment*"): No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos imobilizados e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. **2.3.7.** Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes: São demonstrados ao valor de custo ou realização, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e variações monetárias ou cambiais auferidos. **2.3.8.** Contas a pagar a fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são demonstradas pelos valores nominais de aquisição do produto adquirido ou do serviço recebido, acrescidos de variação cambial e ajustado a valor presente até a data do balanço, quando aplicável. **2.3.9.** Provisões: As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituída) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **2.3.10.** Apuração do resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência. **2.3.11.** Reconhecimento da receita: A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. Prestação de serviços: A receita de serviços prestados é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas: • A proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurada; • As despesas incorridas com a transação assim como as despesas para concluí-la possam ser confiavelmente mensuradas; • O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; • É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a entidade. Mais especificamente, a receita de prestação de serviços é reconhecida quando os serviços são prestados de acordo com suas ordens de serviço e/ou contratos. **2.3.12.** IR e CS: A despesa com o IR e CS representa a soma dos impostos correntes e diferidos, sendo: Impostos correntes: A provisão para IR e CS está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para IR e CS é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim de cada período do relatório. Impostos diferidos: Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas, ou até mesmo quando possui uma projeção de resultado positiva para os próximos períodos. **2.3.13.** Estimativas contábeis: As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas, vida útil do ativo imobilizado e intangível e valor justo dos instrumentos derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa às estimativas e premissas, no mínimo, anualmente. **2.3.14.** Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **2.3.15.** Novas normas e interpretações: As normas e interpretações novas e alteradas que estão em vigência a partir de 01/01/2022 não trouxeram impacto sobre as demonstrações contábeis da Companhia. A Administração avaliará no ano de 2023 os possíveis impactos, caso aplicável a Companhia. **3. Caixa e equivalentes de caixa:** Os saldos de caixa e equivalentes de caixa estão compostos como segue:

	2022	2021
Depósitos bancários	20	105
Aplicações financeiras **(a)**	9.957	10.423
Total	**9.977**	**10.528**

(a) São representadas por **(i)** aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB), e Operações Compromissadas com Debêntures, ambos remunerados em aproximadamente 100% da variação de taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário (CDI); e **(ii)** Fundo de Investimento com liquidez diária com remuneração aproximada de 100% da taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações possuem liquidez imediatas, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

4. Contas a receber de clientes e outros:	2022	2021
Nacional	7.180	6.531
Internacional	1.914	2.944
Provisão p/perdas esperadas p/crédito de liquidação duvidosa **(a)**	(487)	(704)
Total	**8.607**	**8.771**

(a) Para a constituição de provisão para perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa no exercício, foram realizadas análises individuais dos clientes com títulos vencidos acima de 360 dias. Em consequência dessa análise, a Administração concluiu sobre a necessidade de provisão nas demonstrações contábeis no montante de R$ 487 (R$ 704 em 31/12/2021). O saldo de contas a receber de clientes tem a seguinte composição por idade de vencimento:

	2022	2021
A vencer	**7.912**	**7.732**
Vencidos: Vencido até 30 dias	148	94
Vencido de 31 a 60 dias	175	260
Vencidos de 61 a 90 dias	32	78
Vencidos de 91 a 180 dias	106	221
Vencidos de 181 a 360 dias	122	269
Vencidos acima de 361 dias	599	821
Total	**9.094**	**9.475**

A movimentação da provisão para perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa está composta por:

Saldo em 31/12/2020	**1.068**
(+/-) Adições/baixa líquidas	(364)
Saldo em 31/12/2021	**704**
(+/-) Adições/baixa líquidas	(217)
Saldo em 31/12/2022	**487**

5. Impostos a recuperar:	2022	2021
PIS a recuperar	23	-
COFINS a recuperar	101	2
INSS a compensar **(a)**	315	1.317
IRPJ - Saldo negativo	43	39
CSLL - Saldo negativo	8	7
IRPJ /CSLL- Pagamento a Maior	47	25
Exclusão ISS Base PIS e COFINS **(b)**	296	-
Exclusão PIS e COFINS da Própria Base **(c)**	760	-
Outros	62	1
Total	**1.655**	**1.391**
Curto Prazo	765	1.391
Longo Prazo	890	-

(a) A Companhia contratou nos meses de abril e setembro de 2020, um trabalho de consultoria tributária realizado pela empresa AFL Consultores Associados, para levantamento de créditos previdenciários, onde foram identificadas oportunidades para aproveitamento/compensação dos valores pagos de INSS entre os anos de 2015 e 2020 sobre a verba de Terceiros (Sistema S), visto que existe um limite do teto de contribuições a terceiros, em 20 salários-mínimos. Com à apresentação pelos Consultores de legislações e decisões favoráveis, junto à emissão de opinião legal (*"legal opinion")* da Noce & Jabur Advogados Associados sobre o tema, a Administração optou pelo reconhecimento desse crédito, pois o crédito é líquido e certo. Houve atualização do trabalho e compensações de valores em 2022. **(b)** A Companhia impetrou mandado de segurança com pedido de medida liminar para suspender a exigibilidade do crédito tributário decorrente da inclusão do ISS na base de cálculo do PIS e COFINS, para o qual teve decisão favorável com respectivo processo de mandado de segurança cível (120) nº 5015534-09.2020.4.03.6100, assinado eletronicamente em 17/08/2020. Do período de vigência da medida liminar a Companhia realizou o reconhecimento no curto prazo do crédito de 08/2020 a 09/2022 no montante de R$ 165.937,06 e, permitida a compensação. Do período em trânsito em julgado a Companhia realizou o reconhecimento no longo prazo do crédito dos períodos de 02/2018 a 07/2020 no montante de R$ 129.711,99, sem possibilidade de compensação até a sentença. **(c)** Acerca de ação judicial pleiteando a Exclusão do PIS/COFINS na Própria Base, a qual teve sentença favorável proferida em Setembro de 2022 pelo Supremo Tribunal Federal, a Companhia realizou o reconhecimento do crédito tributário dos períodos de 01/2016 a 05/2022 no montante de R$ 759.767,35, sendo pela sentença procedente prolatada no período, não permitida a compensação, também pela ausência de liminar deferida. Sendo que a partir do mês de 10/2022, a Companhia iniciou no cálculo corrente a exclusão na própria base. **6. Imobilizado:** O imobilizado é composto por:

	Taxas de Depreciação	2022 Custo	2022 Depreciação acumulada	2022 Líquido	2021 Líquido
Instalações	20%	12	(12)	**-**	**1**
Máquinas, equipamentos e computadores	20%	1.763	(1.253)	**510**	**489**
Móveis e utensílios	10%	488	(356)	**132**	**158**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	33%	1.429	(1.016)	**413**	**336**
Direitos de uso imóvel arrendado (CPC 06) - Nota 10	33%	1.408	(715)	**693**	**1.157**
Total		**5.100**	**(3.352)**	**1.748**	**2.141**

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Instalações	Máquinas, equipamentos e computadores	Móveis e utensílios	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Direito de uso	Total
Saldo em 31/12/2020	**1**	**461**	**187**	**189**	**1.172**	**2.010**
Adições	-	178	9	309	1.713	**2.209**
Baixas	-	-	(6)	(52)	(1.858)	**(1.916)**
Depreciação	-	(150)	(32)	(110)	130	**(162)**
Saldo em 31/12/2021	**1**	**489**	**158**	**336**	**1.157**	**2.141**
Adições	-	193	25	303	-	521
Baixas	(1)	(112)	(22)	-	(333)	(468)
Depreciação	-	(60)	(29)	(226)	(131)	(446)
Saldo em 31/12/2022	**-**	**510**	**132**	**413**	**693**	**1.748**

Análise do valor recuperável: No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. **7. Intangível:** O intangível é composto por:

	Taxas de amortização	2022 Custo	2022 Amortização acumulada	2022 Impairment (e)	2022 Líquido	2021 Líquido
Ágio - *Goodwill* **(a)**	-	49.852	-	(10.700)	**49.852**	**57.765**
Domínios de internet **(b)**	-	2.025	-	-	**2.025**	**4.812**
Software **(c)**	20%	1.595	(609)	-	**986**	**226**
Marcas e patentes	-	78	-	-	**78**	**47**
Pesquisa e desenvolvimento **(d)**	-	4.837	(1.612)	-	**3.225**	**2.929**
Total		**58.387**	**(2.221)**	(10.700)	**56.166**	**65.779**

(a) Ágio por expectativa de rentabilidade futura proveniente da aquisição de controle da Companhia pela Vila Isabel Participações Ltda. o qual foi incorporado pela No Zebra Network S.A. em 05/01/2015 e está apresentado pelo valor líquido do *impairment*; **(b)** Refere-se a gastos com registros dos domínios dos websites, sem vida útil definida. Os domínios não são amortizados e são testados anualmente para *impairment;* **(c)** Registro dos softwares adquiridos de terceiros que são amortizados pelo prazo de licença definido em contrato; **(d)** Ativação dos custos com pessoal alocados para o desenvolvimento das plataformas NX e Gamily. Projetos iniciados em 2020, sendo o NX com o foco de automatização da interação e produção de conteúdo, onde toda a produção de conteúdo da NZN é realizada pelos Experts. E no Gamily, uma solução para empresas identificarem o nível de conhecimento dos colaboradores. Em 2021, tivemos a iniciativa do projeto TecMe, um clube de benefícios oferecido para os usuários do site Tecmundo, e onde são oferecidos conteúdos exclusivos de Tecnologia, cupons de desconto e acesso integral aos cursos do universo tecnológico da NZN Academy, em desenvolvimento em 2021 da plataforma para os usuários; Em 2022, foi identificado a ausência de retorno na geração de benefício com o Gamily onde foram baixados os custos incorridos; Em 2022, foram iniciados os projetos do Novo Tecmundo e Novo Click Jogos com os custos de pessoal alocados para plataformas tecnológicas mais modernas, para melhorar a experiência do usuário e fortalecer as marcas no mercado. O Novo Tecmundo com o foco na entrega de uma experiência mobile first, com mídia de alto impacto na Homepage e maior destaque para conteúdos comerciais (brandchannels, publieditoriais), estratégias omnichannel para entrega de Canais Sociais, Youtube e TecMundo Varejo. Garantir assim a integração do Tecme, comparador e consolidar o The Brief dentro da ferramenta, para proporcionar maior visibilidade para as marcas. O Novo Click Jogos, com o foco de tornar mais rentável e competitivo, com a atualização do acervo nas plataformas IOS e Android, construção de novos formatos vendáveis (inventário de mídia e afiliação) e na adaptação para PWA, sendo o objetivo atingir as mesmas marcas de retenção de audiência que nossos concorrentes. Em 2022, iniciou-se a amortização dos projetos com o acompanhamento de *businees plan* do retorno com benefícios futuros, para o qual pelo entendimento da administração o prazo seguirá em 3 (três) anos. **(e)** Para o exercício de 2022, a Companhia identificou necessidade de constituição de provisão para redução do valor dos ativos ao valor recuperável em 31/12/2022 no montante de R$ 10.700 mil. A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

Movimento do intangível	Softwares	Marcas e patentes	Domínios de internet	Pesquisa e desenv.	Ágio - *Goodwill*	Total
Saldo em 31/12/2020	**-**	**47**	**4.812**	**1.407**	**57.765**	**64.031**
Adições	226	-	-	1.522	-	1.748
Saldo em 31/12/2021	**226**	**47**	**4.812**	**2.929**	**57.765**	**65.779**
Adições	1.138	36	-	2.294	2.787	**6.255**
Baixas	-	(5)	(2.787)	(386)	-	**(3.178)**
Amortização	(378)	-	-	(1.612)	-	**(1.990)**
Impairment	-	-	-	-	(10.700)	**(10.700)**
Saldo em 31/12/2022	**986**	**78**	**2.025**	**3.225**	**49.852**	**56.166**

(i) Ágio por expectativa de rentabilidade futura proveniente da aquisição de controle da Companhia pela Vila Isabel Participações Ltda. o qual foi incorporado pela No Zebra Network S.A. em 05/01/2015; e **(ii)** Reconhecido IR e CS diferidos sobre a mais valia dos domínios de internet uma vez que sua dedutibilidade somente ocorrerá quando da realização do saldo. A Companhia tem por prática a avaliação e o monitoramento periódico do desempenho futuro dos seus ativos. Neste contexto, e considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 01/IAS 36 - "Redução ao valor recuperável de ativos", caso exista evidências claras de que existam ativos registrados por valor não recuperável, ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável no futuro, deverá haver o reconhecimento imediato da desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas. As principais premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperação estão listadas abaixo: • **Menor nível de unidade geradora de caixa:** no caso a operação da própria Companhia; • **Valor recuperável:** valor de uso, ou valor equivalente aos fluxos de caixa descontados; • **Apuração do valor de uso:** baseada em fluxos de caixa futuros, em moeda constante, trazidos a valor presente por taxa de desconto real e antes dos impostos sobre a renda. Os respectivos fluxos de caixa são estimados com base nos resultados operacionais realizados. Com base nas premissas acima, a Companhia identificou necessidade de constituição de provisão para redução do valor dos ativos ao valor recuperável em 31/12/2018 no montante de R$ 9.479. Para o exercício de 2020 e 2021, a Companhia não identificou necessidade de constituição de provisão para redução do valor dos ativos ao valor recuperável, conforme estudo elaborado por especialistas da administração financeira da Companhia. Para o exercício de 2022, a Companhia identificou necessidade de constituição de provisão para redução do valor dos ativos ao valor recuperável em 31/12/2022 no montante de R$ 10.700 mil.

8. Fornecedores:	2022	2021
Nacional	327	544
Internacional	-	1
Total	**327**	**545**

Os fornecedores referem-se, principalmente, aos gastos com hospedagem, conteúdo e, plataforma dos websites. O prazo médio de pagamento aos fornecedores é de 30 dias.

9. Obrigações trabalhistas:	2022	2021
Provisão de férias	875	724
Provisão para encargos de férias	117	100
INSS a recolher	91	176
FGTS a recolher	72	71
Total	**1.155**	**1.071**

10. Impostos e contribuições:	2022	2021
PIS a recolher	13	18
Cofins a recolher	64	85
ISS a recolher	247	255
Outros	277	733
Total	**601**	**1.091**

11. Passivo de arrendamento direito de uso: Até 2019, a Companhia possuía dois contratos de arrendamento do imóvel das instalações administrativas com vigência até maio/2024. Em 2020, a Companhia firmou um novo contrato de arrendamento de imóvel até 12/2024. As depreciações do ativo de direito de uso foram registradas conforme o prazo de vigência desses contratos. Em 2021, a Companhia rescindiu um contrato de aluguel, e firmou um novo contrato de arrendamento de imóvel até 06.2026, pela mudança da sede em São Paulo. A taxa incremental de captação utilizada pela Companhia para desconto do passivo de arrendamento à valor presente é de 14,03% a.a., até 2021. Em 2022 houve atualização do cálculo em virtude da taxa incremental para 28,63% para o contrato de Curitiba e 28,32% para o contrato de São Paulo. O contrato de arrendamento do imóvel de Curitiba foi negociado considerando desconto de 6 meses de 2022 em 50% do valor integral e, com isso foi renegociado a vigência do contrato até 31/01/2027. Movimentação do passivo de arrendamentos:

Provisão a pagar de arrendamento mercantil	2022	2021
Provisão com arrendamento mercantil	2.052	1.799
Ajuste a valor presente	(748)	(369)
Total	**1.304**	**1.430**
Passivo circulante	232	380
Passivo não circulante	1.072	1.050
Total	**1.304**	**1.430**

O cronograma de pagamento das parcelas do passivo de arrendamento, segue abaixo:

	31/12/2022
2022	436
2023	537
2024	537
2025	537
2026	417
2027	25
Total	**2.489**

Movimentação do passivo de arrendamento:	
Saldos em 31/12/2020	**1.440**
Adições	216
Reduções por desconto	82
Despesas com juros	424
Pagamentos	(409)
Baixas por encerramento de contrato	(323)
Saldos em 31/12/2021	**1.430**
Adições	-
Reduções por mudança de taxa incremental	87
Despesas com juros	380
Pagamentos	(511)
Baixas por encerramento de contrato	(82)
Saldo em 31/12/2022	**1.304**

12. Outras contas a pagar: O montante registrado de R$ 5.930 em 31/12/2022 (R$ 4.927 em 31/12/2021) é composto principalmente de saldo junto ao acionista controlador. As transações entre partes relacionadas estão conforme condições pactuadas entre as partes. **13. Provisões para riscos fiscais e trabalhistas:** A Administração da Companhia, assessorada por seus consultores jurídicos, avalia os processos em que é parte envolvida e constitui provisão para os processos passivos em que a probabilidade de perda é provável. Em 31/12/2022 a entidade possuía constituídas provisões para riscos fiscais e trabalhistas nas demonstrações contábeis individuais no montante de R$ 3 (R$ 3 em 31/12/2021), advindos do curso normal de operações. Em 31/12/2022 existem contingências classificadas como riscos de perda possível de natureza municipal no montante de R$ 1.303 (R$ 583 em 31/12/2021), conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos. A movimentação da provisão de contingências esta apresentada a seguir:

Saldo em 31/12/2020	**3**
(+) Adições	-
(-) Reclassificação	-
(-) Baixas	-
Saldo em 31/12/2021	**3**
(+) Adições	-
(-) Reclassificação	-
(-) Baixas	-
Saldo em 31/12/2022	**3**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Notas	2022	2021
Receita operacional líquida	16	**24.376**	**25.181**
(-) Custo dos serviços prestados	17	(13.302)	(12.801)
Lucro bruto		**11.074**	**12.380**
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas comerciais	17	(1.099)	(1.003)
Despesas gerais e administrativas	17	(8.044)	(5.587)
Outras (despesas) receitas	18	(11.087)	(146)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		**(9.156)**	**5.644**
Receitas financeiras	19	692	278
Despesas financeiras	19	(477)	(305)
Variação cambial, líquida	19	(294)	(53)
Lucro (prejuízo) antes do IR e CS		**(9.234)**	**5.564**
(-) IR e CS - Corrente	20	23	(1.203)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**(9.211)**	**4.361**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2020		**55.566**	**1.370**	**(10.735)**	**46.201**
Aumento Capital Social	15.a	1.274	-	-	1.274
Absorção da reserva de capital	15.b	-	(1.370)	1.370	-
Ajuste por Incorporação Santa Teresa		-	-	(4)	(4)
Lucro do exercício		-	-	4.362	4.362
Saldos em 31/12/2021		**56.840**	**-**	**(5.007)**	**51.833**
Lucro do exercício		-	-	(9.211)	(9.211)
Juros sobre capital próprio		-	-	(1.310)	(1.310)
Saldos em 31/12/2022		**56.840**	**-**	**(15.528)**	**41.312**

14. Impostos diferidos: Os impostos diferidos são compostos dos seguintes montantes:

Amortização do ágio para fins fiscais	2022	2021
Saldo ágio decorrente da incorporação reversa Vila Isabel	**83.602**	**83.602**
Amortização do ágio em 2015 a 2019	(83.602)	(83.602)
Saldo a amortizar	**-**	**-**
Alíquotas vigentes	34%	34%
IRPJ e CSLL diferidos às alíquotas vigentes	**28.425**	**28.425**
Total IRPJ e CSLL diferidos	**28.425**	**28.425**

A Companhia realizou o reconhecimento do IR e CS diferidos sobre o ágio por rentabilidade futura pelo prazo de amortização fiscal de 60 (sessenta) meses, entre os anos de 2015 e 2019. A amortização se encerrou em 31/12/2019, onde o saldo dos impostos diferidos, serão mantidos e sem variação, até a realização do saldo de ágio. **15. Patrimônio líquido: a)** Capital social: O Capital Social, subscrito e integralizado em 31/12/2022 e 2021, no valor de R$ 56.840, está representado por um total de 1.500.000 ações pertencentes da Manaslu Brasil Partners IK - FIP. **b)** Reserva de capital: A referida reserva, poderá ser utilizada para: **(i)** absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucro; **(ii)** resgate, reembolso de compras de ações; **(iii)** resgates de partes beneficiárias; e **(iv)** incorporação ao capital social. A Companhia absorveu a reserva de capital para compensação de prejuízos acumulados em 31/12/2021. **c)** Reserva de lucros: **c.1)** Reserva legal: O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados na constituição da reserva legal, conforme trata o art. 193 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, até o limite de 20% do capital social integralizado. **c.2)** Reserva de retenção de lucros: Conforme previsto no art. 199 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social; atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. **d)** Dividendos: De acordo com o Estatuto Social, aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 5% do lucro líquido do exercício. Por deliberação da Administração, a Companhia poderá elaborar balanços e demonstrações contábeis em periodicidade semestral, bimestral, trimestral ou mensal, e distribuir os lucros intercalares. Não foram distribuídos dividendos durante os exercícios de 2021 e 2022.

16. Receitas:	2022	2021
Serviços prestados - Mercado interno	15.943	14.989
Serviços prestados - Mercado externo	11.299	12.767
Cancelamento de serviços	(413)	(155)
Total receita operacional bruta	**26.829**	**27.601**
Deduções - Impostos		
Impostos sobre vendas **(a)**	(2.453)	(2.420)
Receita operacional líquida	**24.376**	**25.181**

(a) Os impostos e contribuições incidentes sobre a receita são PIS, COFINS, ISS e CPRB. **17. Informação sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado:** A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2022	2021
Despesa com pessoal **(*)**	11.812	10.751
Conteúdo, plataforma e hospedagem	2.094	1.735
Serviços de terceiros	4.263	3.928
Publicidade/marketing	460	433
Infraestrutura	244	274
Aluguel	96	167
Viagens e eventos	645	480
Impostos e taxas	49	72
Provisão/(reversão) para devedores duvidosos	481	317
Depreciação e amortização	2.725	600
Outros	(424)	634
Total	**22.445**	**19.391**
Custo dos serviços prestados	13.302	12.801
Despesas comerciais	1.099	1.003
Despesas administrativas	8.044	5.587

(*) Inclui salários, benefícios e encargos.

18. Outras receitas (despesas) líquidas:	2022	2021
Créditos previdenciários	201	(89)
Impairment sobre ágio (Nota nº 7)	(10.700)	-
Outras receitas	30	9
Outras despesas	(618)	(66)
Total de outras receitas (despesas) operacionais	**(11.087)**	**(146)**

19. Receitas e despesas financeiras:

Receitas financeiras	2022	2021
Receitas de aplicações financeiras	714	369
Juros Selic s/ créditos previdenciários - INSS - (2015 a 2019)	3	(113)
Outras receitas	(25)	22
Total	**692**	**278**
Despesas financeiras		
Encargos financeiros	(422)	(246)
Despesas bancárias	(24)	(28)
IOF	(30)	(31)
Total	**(476)**	**(305)**
Variação cambial, líquida		
Variações cambiais ativas	196	644
Variações cambiais passivas	(490)	(697)
Total variação cambial, líquida	**(294)**	**(53)**
Resultado financeiro	**(78)**	**(80)**

20. Resultado do IRPJ e CSLL:	2022	2021
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos	**(11.586)**	**5.963**
(+) Adições	13.349	4.778
(-) Exclusões	(1.641)	(4.171)
Resultado tributável	**121.805**	**5.994**
Compensação 30% Saldo Prejuízos/Base Negativa	(36)	(1.280)
Alíquotas vigentes	34%	34%
IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	**23**	**1.203**

21. Cobertura de seguros (não auditado): Considerando a natureza das atividades da Companhia e relevância dos itens do ativo imobilizado, a Companhia adota a política de contratar cobertura de seguro parcial para os seus bens do imobilizado. Adicionalmente, a Companhia contrata seguros para a proteção dos imóveis alugados para o desenvolvimento de suas atividades, com o objetivo de cumprir com o acordado no contrato de locação. Em 31/12/2022, a cobertura de seguros contra incêndio, danos materiais, roubo/furto e lucros cessantes é de R$ 3.500 (R$ 3.525 em 31/12/2021). O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros. **22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros:** A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais. A Companhia entende que não está exposta, de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional. A Administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controles e determinação de limite de posições. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa em derivativos ou qualquer outro instrumento de risco. Instrumentos financeiros: Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologia de estimativa poderão ter um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Baseada nessa estimativa, a Administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros se aproxima a seu valor de mercado em razão de suas características e condições comerciais pactuadas. Em 31/12/2022, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir: • **Caixa e bancos** - está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil; • **Aplicações financeiras** - está representado por certificados de depósitos bancários, classificados como disponíveis e recebíveis e apresentam valor justo aproximado do seu valor contábil; • **Contas a receber** - são classificados como recebíveis, apresentadas pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento desses instrumentos; • **Fornecedores** - são classificados como outros passivos, apresentados pelo valor de custo amortizado. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento desses instrumentos. **Gestão de risco financeiro:** Os fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia não a expõem aos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia, através de monitoramento e gerenciamento dos impactos financeiros no fluxo de caixa. **i)** Concentração de risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido às variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos. Em 31/12/2022, a Companhia possuía os seguintes ativos/passivos denominados em Dólares Norte-Americanos conforme tabela a seguir:

	2022	2021
Contas a receber - US$	367	528
Fornecedores - US$	-	-
Total	**367**	**528**

A Companhia gerencia o risco mantendo uma carteira equilibrada entre contas a receber e fornecedores a pagar sujeitos a taxas fixas e taxas variáveis. **ii)** Concentração de risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalente de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras são aceitos títulos de entidades classificadas pela Administração da Companhia como de primeira linha. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com limites estabelecidos pela Administração. **iii)** Risco de liquidez: A gestão do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e a capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado, que compreende linhas de créditos não utilizadas, caixa e equivalentes de caixa. **23. Transações não envolvendo o caixa:** A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros aos quais a Companhia entende que não está exposta, de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional. **24. Aprovação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão em 24/04/2023.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2022	2021
Lucro (prejuízo) antes do IR e CS	**(9.234)**	**5.564**
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com o caixa aplicado nas atividades operacionais		
Depreciação	2.303	292
Amortização dos direitos de uso - IFRS 16	131	(130)
Constituição (reversão) de provisão para perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(217)	(364)
Resultado da incorporação	-	(4)
Baixa líquida de imobilizado e intangível	3.315	58
Baixa líquida de direitos de uso	333	1.858
Despesas de juros sobre arrendamentos	380	400
Baixas de contratos e reduções por taxa incremental (IFRS 16)	5	-
Provisão para impairment de Intangível (Ágio)	10.700	-
	7.716	**7.674**
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(+/-) Contas a receber	381	(1.495)
(+/-) Impostos a recuperar	(264)	1.189
(+/-) Depósitos judiciais	21	(8)
(+/-) Despesas antecipadas	(148)	(104)
(+/-) Outros ativos	(62)	34
(+/-) Fornecedores	(218)	(364)
(+/-) Obrigações trabalhistas	84	277
(+/-) Impostos e contribuições	(490)	267
(+/-) Outras contas a pagar	1.003	(950)
(+/-) IR e CS pagos	23	(1.203)
(=) Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**8.046**	**5.317**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(521)	(2.209)
Aquisição de intangível	(6.255)	(1.748)
(=) Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(6.776)**	**(3.957)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de arrendamento direito de uso	(511)	(409)
Aumento e redução capital social	-	1.274
Pagamento de juros sobre capital proprio	(1.310)	-
(=) Caixa líquido (aplicado) das atividades de financiamentos	**(1.821)**	**865**
(=) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(551)**	**2.225**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	10.528	8.303
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	9.977	10.528
(=) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(551)**	**2.225**

Conselho de Administração

Rodrigo Brandão Feitosa - Presidente

Felipe Franco da Silveira **Verena Sanchez Bohrer**

Marcia Aparecida Lipinski - Contadora -CRC/PR 062.899/O-3

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da **No Zebra Network S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da No Zebra Network S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da No Zebra Network S.A. ("Companhia") em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional; e • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba, 24/04/2023. **Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda. -** CRC 2SP-025.583/O-1, **Ricardo Engel -** Contador CRC 1PR-052.941/O-5.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6726-FFF9-92C8-E714.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 29/04/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 6726-FFF9-92C8-E714.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/6726-FFF9-92C8-E714 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 6726-FFF9-92C8-E714

Hash do Documento

D8ADF5909B01D0551A96225474B91CC9127452F9943E560ADB39CF200B2123A6

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/04/2023 é(são) :

☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 29/04/2023 01:24 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

PROMAX

MOVE SEU MUNDO

PROMAX PRODUTOS MÁXIMOS S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ: 61.531.620/0001-41

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A PROMAX Produtos Máximos S/A Indústria e Comércio é uma empresa sólida, com 69 anos de atividade no mercado de Lubrificantes e Aditivos e, em 2022, sob o comando do seu Presidente, Ricardo Halasz Galvão, e seus Diretores Executivos, Roberta Halasz Galvão e Marcelo Escarabajal, deu continuidade às mudanças iniciadas em 2019.
A Direção focou na gestão do caixa, administração de seu endividamento, reestruturação de sua área comercial e voltou a investir em novas máquinas e equipamentos.
Mesmo diante de um contexto macroeconômico complexo com a economia mundial em desaceleração, o aumento da taxa básica de juros e os osbstáculos impostos pelo conflito Rússia x Ucrânia, crescemos em vendas em 10% em relação a 2021, ao apresentar Receita Operacional Bruta de R$ 348 milhões em 2022 comparativamente aos R$ 316 milhões em 2021. As margens tiveram um aumento em 2022 fechando em 27% contra 26% em 2021; mesmo com a escassez de Matéria Prima onerando nossos Custos de Produção, esperamos que o mercado volte a estabilidade ainda em 2023, mantendo assim, um equilíbrio financeiro e o aumento contínuo de nossas margens.
Em cumprimento às determinações Legais e Estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.
A Diretoria coloca-se à disposição dos prezados Acionistas, Fornecedores, Clientes e Instituições Financeiras para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

A ADMINISTRAÇÃO

Balanços Patrimoniais 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	NOTAS	2022	2021
CIRCULANTE		**53.013**	**67.046**
Caixa e Equivalentes de Caixa		423	438
Clientes	3	23.271	29.905
Adiantamentos		937	856
Estoques	4	24.012	22.574
Impostos a Compensar	5	3.840	12.318
Despesas do Exercício Seguinte		530	955
NÃO CIRCULANTE		**88.351**	**86.807**
Despesas Financeiras a Amortizar		205	530
Títulos a Receber		83	167
Cauções e Depósitos Judiciais		3.396	2.199
Direitos e Garantias	6	61.463	57.046
Imobilizado	7	22.788	26.241
Intangível	8	415	623
TOTAL DO ATIVO		**141.364**	**153.853**

PASSIVO	NOTAS	2022	2021
CIRCULANTE		**37.289**	**49.144**
Fornecedores	9	21.576	25.418
Adiantamentos de Clientes		275	13
Empréstimos e Financiamentos	10 e 12	8.404	13.305
Outras Obrigações		252	985
Contribuições Sociais a Recolher		646	639
Provisão para Férias		2.108	2.685
Impostos a Pagar	11	4.028	6.099
NÃO CIRCULANTE		**68.954**	**69.583**
Empréstimos e Financiamentos	10 e 12	972	2.557
Outras Contas a pagar	13	2.283	2.031
Provisão para Contingências	14	7.608	6.807
Impostos (Precatórios)	14 c)	57.137	57.137
Impostos e Contr. s/Reserva de Reav. e Ajuste Patrimonial		954	1.050
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**35.121**	**35.126**
Capital	15	27.000	27.000
Reservas de Capital		172	172
Reserva de Lucros		229	229
Reserva de Reavaliação		1.679	1.777
Ajuste de Avaliação Patrimonial		8.553	8.646
Prejuízos Acumulados		(2.512)	(2.698)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**141.364**	**153.853**

Demonstração do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NOTAS	2022	2021
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		**348.949**	**315.662**
DEDUÇÕES DAS RECEITAS		**(99.703)**	**(92.242)**
Impostos Faturados		(92.844)	(87.575)
Devoluções e Abatimentos		(6.859)	(4.667)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**249.246**	**223.420**
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados		(182.958)	(159.486)
LUCRO BRUTO		**66.288**	**63.934**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		**(62.220)**	**(52.292)**
Despesas Comerciais	16	(33.708)	(35.206)
Despesas Gerais/Administrativas	17	(29.875)	(30.873)
Receitas/Despesas Tributárias	18	1.217	17.329
Outros Resultados Operacionais	19	146	(3.542)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		**4.067**	**11.642**
Despesas Financeiras		(5.808)	(4.104)
Receitas Financeiras		1.985	1.551
Resultados Não Operacionais		74	901
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS		**318**	**9.989**
Imposto de Renda PJ		(302)	(1.546)
Contribuição Social s/Lucro Líquido		(118)	(579)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**(101)**	**7.864**
Lucro (prejuízo) por Ações		(0,004)	0,291

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

DESCRIÇÃO	CAPITAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	AJUSTE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAIS
SALDOS EM 31/12/2020	**27.000**	**172**	**229**	**1.875**	**8.740**	**(10.636)**	**27.380**
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-	(148)	-	148	-
Impostos Diferidos sobre Reavaliação	-	-	-	49	-	-	49
Realização do Ajuste Aval. Patrimonial	-	-	-	-	(140)	140	-
Impostos Diferidos s/ Aj. Aval. Patrimonial	-	-	-	-	47	-	47
Resultado Incorporação e-Promax	-	-	-	-		(214)	(214)
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	7.864	7.864
SALDOS EM 31/12/2021	**27.000**	**172**	**229**	**1.777**	**8.646**	**(2.698)**	**35.126**
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-	(148)	-	148	-
Impostos Diferidos sobre Reavaliação	-	-	-	49	-	-	49
Realização do Ajuste Aval. Patrimonial	-	-	-	-	(140)	140	-
Impostos Diferidos s/ Aj. Aval. Patrimonial	-	-	-	-	47	-	47
Resultado Incorporação e-Promax	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	(101)	(101)
SALDOS EM 31/12/2022	**27.000**	**172**	**229**	**1.679**	**8.553**	**(2.511)**	**35.121**

Demonstração dos Fluxos de Caixa – MÉTODO INDIRETO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	NOTAS	2022	2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do Período		(101)	7.865
(+) Depreciação / Amortização		2.042	2.130
(-) Resultado por Incorporação e-Promax		-	(214)
		1.941	**9.781**
Variação nos Ativos e Passivos			
Clientes		6.634	60
Outros Créditos		(80)	(270)
Estoques		(1.438)	(7.202)
Impostos a Compensar		8.477	(12.111)
Cauções e Depósitos Judiciais		(1.197)	(208)
Demais Ativos		833	2.034
Fornecedores		(3.841)	9.961
Salários e Encargos Sociais		(570)	(93)
Impostos a Pagar		(1.820)	1.515
Provisão p/Contingências		802	4.632
Demais Credores		(470)	(1.946)
Acréscimos dos Impostos sobre Reserva de Reavaliação		(49)	(49)
Acréscimos dos Impostos s/Ajuste Avaliação Patrimonial		(47)	(47)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**9.175**	**6.056**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de Imobilizado/Investimentos/Intangível		(2.938)	(967)
Baixa Liquida de Imobilizado		43	1.472
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIV. INVESTIMENTOS		**(2.895)**	**505**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Financiamentos de Curto Prazo		(4.901)	(2.459)
Financiamentos de Longo Prazo		(1.586)	(3.901)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIV.DE FINANCIAMENTO		**(6.487)**	**(6.360)**
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL			
Ajuste Avaliação Patrimonial Terrenos/Edifícios Líq. Impostos		192	192
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA		**(15)**	**392**
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes		438	47
Saldo Final de Caixa e Equivalentes		423	438
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES		**(15)**	**392**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. **Contexto operacional** A Sociedade denomina-se PROMAX PRODUTOS MÁXIMOS S/A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO, com sede, foro e administração à Rua Promax n° 1 – Distrito de Jordanésia, no Município de Cajamar. Tem por objeto: a produção, o comércio, a distribuição, a importação e exportação de produtos químicos, graxas, detergentes, lubrificantes, preservativos contra a oxidação e deterioração de material, velas de ignição, autopeças em geral, aparelhos e instrumentos de medição, sinalização, alarme, controle de poluição, proteção e segurança; a industrialização de produtos sob encomenda; o comércio atacadista de lubrificantes; o armazenamento de produtos de terceiros; a locação de armazém e/ou de espaço para estocagem de mercadoria de terceiros; a prestação de serviços a veículos, tais como lavagem, lubrificação e outros inerentes a tal atividade; a exploração de qualquer produto através de lojas (shop); a exploração do ramo de restaurante industrial. As Demonstrações Contábeis incluem o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e suas correspondentes notas explicativas. A autorização para a conclusão das Demonstrações Contábeis foi dada pela Diretoria em 15/04/2023. 2. **Resumo das principais práticas contábeis 2.1. Base de preparação**- As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas e com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os Pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que estão em consonância com as normas internacionais de contabilidade, bem como a legislação fiscal e tributária. Estão sendo divulgadas de forma comparativa as do exercício anterior. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas a seguir, as quais vêm sendo aplicadas de modo consistente e uniforme em todos os exercícios apresentados. **2.2. Estimativas contábeis** - Na elaboração das Demonstrações Contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações em razão de eventuais variações, conforme CPC 23. As Demonstrações Contábeis da Empresa incluem, portanto, estimativas necessárias referentes às provisões, créditos a receber e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa** - Inclui o caixa e os depósitos bancários a vista. **2.4. Contas a receber de clientes** - As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela industrialização de produtos no decurso normal das atividades. **2.5. Imobilizado** - Os bens do imobilizado estão mensurados pelo seu custo histórico, menos os encargos de depreciação. A depreciação é calculada usando o método linear durante a vida estimada dos bens. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, no fim de cada exercício. **2.6. Avaliação do valor recuperável de ativos (Teste de "Impairment")** - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituído ajuste no valor contábil. **2.7. Fornecedores e contas a pagar** - São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, classificadas como Passivo Circulante, pois o vencimento é devido no período de até um ano. **2.8. Férias e encargos** - Foram calculadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço e incluem os encargos sociais incidentes. **2.9. Impostos e contribuições a recolher** - Referem-se às retenções de contribuições e impostos na folha de pagamento e sobre pagamentos de serviços a pessoas físicas e jurídicas, cujo vencimento ocorrerá em até 12 meses. **2.10. Instrumentos financeiros** - Os instrumentos financeiros utilizados pela Entidade restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo, contas a receber e fornecedores, em condições normais de mercado. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, a rentabilidade e a minimização de riscos. A Entidade não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos. A Sociedade apresenta em seu Balanço Patrimonial ativos e passivos financeiros, caracterizados como Instrumentos Financeiros, conforme descrito na Instrução CVM nº 235/95. Os passivos financeiros em aberto na Empresa em 31 de dezembro de 2021 não são objetos de negociação no mercado financeiro. Não é aplicável, portanto, a comparação dos saldos dos instrumentos financeiros da Companhia com os correspondentes valores de mercado. Na data de encerramento das Demonstrações Contábeis, a Empresa não possuía operações com derivativos. **2.11. Provisões para contingências** - A empresa efetua o reconhecimento de provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e impostos) quando há uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados e seja provável a saída de recursos necessária para liquidar a obrigação, bem como o valor tiver sido estimado com segurança. **2.12. Reconhecimento da receita** - A receita Operacional Bruta inclui a prestação de serviços, sendo registrada no mês em que os serviços são prestados. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. A receita é apresentada liquida dos abatimentos e descontos e da devolução de serviços. **2.13. Ajuste a valor presente (AVP) de ativos e passivos** - A Empresa não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes. **2.14. Seguros** - Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Instituição efetua contratações de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros.

3. **Clientes**

Descrição	2022	2021
Duplicatas a Receber- Mercado Interno	23.548	30.377
Duplicatas a Receber- Mercado Externo	411	162
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa- PCLD	(688)	(634)
TOTAL	**23.271**	**29.905**

A Empresa, no decorrer do exercício de 2022, elevou seu Faturamento médio mensal para R$ 29 milhões (em 2021 foi R$ 26 milhões). O Prazo Médio de Recebimento foi reduzido de 34 dias em 2021 para 24 dias em 2022, reflexo de uma Administração Comercial mais eficiente. A Promax tem como prática considerar como Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa as duplicatas vencidas a mais de 120 dias. Os recebíveis de clientes com vencimentos a mais de 180 dias são baixados no resultado como perda efetiva.

4. **Estoques**

Descrição	2022	2021
Produtos Acabados (a)	10.980	9.215
Produtos em Elaboração (a)	2.166	1.602
Matéria Prima	6.492	6.981
Material de Embalagem	3.092	2.113
Material de Propaganda	339	249
Material para Revenda	732	2.169
Material para Consumo/ Manutenção	211	245
TOTAL	**24.012**	**22.574**

(a) O aumento nos estoques, em Produtos Acabados/Elaboração, se fez necessário, visando atender demandas de faturamento em início de mês, além do crescimento substancial do Faturamento como observado na Nota 3.

5. Impostos a Compensar

Descrição	2022	2021
ICMS/ST/IPI	181	144
IRRF a Compensar	-	45
FGTS a Recuperar	19	49
ICMS base PIS e COFINS a compensar (a)	3.640	12.080
TOTAL	**3.840**	**12.318**

(a) – Créditos de Exclusão ICMS na base do PIS / COFINS com decisão definitiva e valores já habilitados em 2021. Início da compensação em mai/21.

6. Direitos e Garantias

O saldo de R$ 61.463, está composto dos seguintes valores:
a) Aquisição de Precatórios e Creditórios adquiridos durante os exercícios de 2015 a 2020 no valor de R$ 57.046, que foram reconhecidos pelos valores de face. A empresa optou por esta forma de investimento, com a finalidade de liquidação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), com base na resolução nº 115, de 29/06/2010, do (CNJ) Conselho Nacional de Justiça, combinado com os parágrafos 9 e 10 do Artigo 100 da Constituição Federal e artigo 78 § 2º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Para tal, foram protocolados requerimentos junto ao SEFAZ SP de fevereiro a junho e agosto/2015. A partir de setembro/2015, houve uma mudança no procedimento, isto é, os valores compensados foram inseridos diretamente na apuração do ICMS e declarados na EFD ICMS/IPI/PIS/COFINS e GIA. A Receita Federal do Brasil (RFB) ainda não se manifestou contrária quanto aos requerimentos e o procedimento de inserção dos valores de precatórios diretamente na apuração do imposto. Porém, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ SP), indeferiu as compensações, gerando assim um contencioso tributário. Os advogados responsáveis pela defesa, classificam o risco como possível (vide nota 14). Este tipo de investimento e compensação de imposto foi encerrado em janeiro/2020 com relação aos Impostos Federais (IPI/PIS/COFINS), e em novembro/2020 com relação ao ICMS.
b) A PROMAX possuía um helicóptero que fazia parte dos bens do seu Ativo Imobilizado. Em outubro de 2022 houve um acidente aéreo, onde a aeronave teve perda total. A empresa aguarda indenização da Seguradora, o processo está sendo acompanhado pela nossa Assessoria Jurídica. Até que haja conclusão e indenização do respectivo bem, o valor residual de R$ 4.417 foi reclassificado para esta conta. Até a publicação deste balanço não foi possível mensurar o valor a ser indenizado.

7. Imobilizado Movimentação do Imobilizado

CONTAS	Saldo em 31/12/2021	Aquisição	Baixas	Saldo em 31/12/2022	Depreciação Acumulada	Reclassif.	Saldo em 31/12/2022
Terrenos	12.802	-	-	12.802	-	-	12.802
Edifícios	10.753	-	-	10.753	(7.729)	-	3.024
Máquinas e Equipamentos	3.860	201	-	4.061	(2.543)	-	1.517
Móveis e Utensílios	355	-	(2)	353	(313)	-	41
Veículos/ Aeronaves	13.442	131	(228)	13.345	(7.559)	(4.417)	1.369
Reservatórios e Bombas	1.285	-	-	1.285	(1.238)	-	47
Instalações	4.306	2.322	-	6.628	(3.147)	-	3.481
Computadores e Periféricos	1.091	42	(3)	1.129	(1.029)	-	101
Imobilizado em Andamento	173	233	-	406	-	-	406
Depreciação Acumulada	(21.826)	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**26.241**	**2.929**	**(233)**	**50.763**	**(23.558)**	**(4.417)**	**22.788**

8. Intangível Movimentação do Intangível

CONTAS	Saldo em 31/12/2021	Aquisição	Baixas	Saldo em 31/12/2022	Amortização Acumulada	Saldo em 31/12/2022
Software/ Implantação	1.038	-	-	1.038	(623)	415
Software/ Incorporação	423	-	-	423	(423)	-
Amortização Acumulada	(838)	-	-	-	-	-
TOTAL	**623**	**-**	**-**	**1.461**	**(1.046)**	**415**

9. Fornecedores

Descrição	2022	2021
Fornecedores Nacionais	19.776	21.541
Fornecedores Estrangeiros	-	1.040
Serviços e Consumo	1.800	2.837
TOTAL	**21.576**	**25.418**

10. Empréstimos e Financiamentos

Descrição	2022	2021
Capital de Giro – Itaú	2.557	6.553
Capital de Giro – Bradesco	-	2.384
Conta Garantia – Daycoval	1.370	-
Partes Relacionadas (a)	5.351	5.349
Emprést. Consig. Funcs /Dvrs	30	33
Finimp – Financ. Compras	-	1.473
Financiam. (CDC) – Imobilizado	67	71
TOTAL	**9.375**	**15.863**
Curto Prazo	8.404	13.305
Longo Prazo	972	2.557

São empréstimos efetuados principalmente com capital de giro, financiados junto à Instituições Financeiras, além de financiamento de bens na forma de operação de Leasing, contabilizados de acordo com o CPC 06 e sistemas informatizados para utilização em suas operações. (a) Refere-se a Empréstimos com Partes Relacionadas (Vide nota 12).

11. Impostos a Pagar

Descrição	2022	2021
IPI / PIS / COFINS	515	595
ICMS e ICMS ST	3.251	3.600
IRPJ e CSLL	-	1.654
Outros Impostos (Retidos na Fonte)	262	250
TOTAL	**4.028**	**6.099**

12. Transações com Partes Relacionadas A Empresa realizou transações no exercício com as seguintes partes relacionadas:

Empresa	Transação	Saldo a Pagar	Movimentação Financeira 2022	Movimentação Financeira 2021
R. Galvão Participações	Financeira	1.585	-	-
Roberto Andrade Galvão	Financeira	3.481	-	-
Ricardo Halasz Galvão	Financeira	285	-	-
(a)Subtotal	**Financeira**	**5.351**	-	-
R. Galvão Participações	Locação	52	990	1.582
TOTAL		**5.403**	-	-

Transações com preços, prazos e condições normais e usuais de mercado.

13. Outras Contas a Pagar – Longo Prazo

Descrição	2022	2021
INSS	2.283	2.031
TOTAL	**2.283**	**2.031**

O valor de INSS se refere a um processo por pagamento em duplicidade, que foi depositado judicialmente e vem sendo atualizado pela taxa SELIC.

14. Provisão para Contingências Há processos de natureza cível, trabalhistas e tributárias, cujos valores mensurados pelas Assessorias Jurídicas são:
Valores conforme relatórios dos advogados:

Grau de Risco Provável	Grau de Risco Possível	Total
8.038 (A)	136.440 (B)	**144.478**

(A) Dos R$ 8.038, R$ 1.701 refere-se a processos trabalhistas, a PROMAX juntamente com a Assessoria Jurídica Interna avalia os casos individualmente e provisiona aproximadamente 80% do valor atualizado informado pela Assessoria Jurídica Externa; dos processos cíveis R$ 1.073 e tributários R$ 5.264, foram provisionados integralmente os valores atualizados informados pelos advogados externos.
(B) Dos R$ 136.440, R$ 110.302 trata-se dos processos referentes aos precatórios. Do montante mencionado pelos advogados, provisionamos os valores conforme quadro abaixo:

Descrição	2022
Contingência Tributária (Precatórios) (C)	57.137
Contingência Tributária	5.264
Contingência Trabalhista	1.271
Contingência Cível	1.073
Total Contabilidade	**64.745**

C)Contingência Tributária (Precatórios)	2022	2021
ICMS (1)	39.049	39.049
IPI (2)	7.182	7.182
PIS (2)	1.950	1.950
COFINS (2)	8.956	8.956
TOTAL	**57.137**	**57.137**

1) O saldo do ICMS refere-se a valores a recolher apurados entre fev/15 e out/20, compensados e garantidos com créditos Precatórios (vide nota 6), cujos valores foram indeferidos pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Os advogados responsáveis pela defesa, classificam o risco como possível, razão pela qual não foi registrada integralmente nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, o valor atualizado é de R$ 110.302.
2) O saldo de IPI/PIS/COFINS refere-se a valores apurados entre mar/16 e dez/19 compensados com Precatórios (vide nota 6), cujos valores ainda não foram homologados pela RFB. Contudo não foi aberto nenhum processo contrário a compensação.

15. Capital Social Está representado por 27.000.000 Ações Ordinárias Nominativas, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma.

16. Despesas Comerciais

Descrição	2022	2021
Pessoal	9.411	9.430
Bonificação e Promoções	1.539	2.068
Comissões s/ Vendas	6.243	8.033
Fretes s/ Vendas	10.892	9.332
Locação de Veículos	930	1.094
Seguros	50	70
Distrato Comerciais	714	694
Frota (Combustível/Pedágio/Manutenção etc.)	1.264	1.655
Água, Energia Elétrica e Telefonia	367	223
Serviços de Consultoria	981	556
Depreciação	229	273
Viagens, Refeições, Confraternizações	236	232
Provisão Créditos Liquidação Duvidosa- PCLD	330	1.160
Diversos Consumo	189	168
Outros Gastos (Materiais/Formação Profissional etc.)	333	218
TOTAL	**33.708**	**35.206**

17. Despesas Gerais/Administrativas

Descrição	2022	2021
Pessoal	16.983	15.880
Patrocínio e Publicidade	391	330
Locação (veículos)	561	689
Serviços de Consultoria Jurídica/Trabalhista	5.139	6.439
Coleta de Óleo (Logística Reversa)	1.735	1.911
Manutenção Predial	728	566
Depreciação/Amortização	1.395	1.940
Contribuições/Taxas e Despesas Legais	282	349
Softwares/Marcas Patentes	86	77
Água, Energia Elétrica e Telefonia	537	489
Gastos Com Frota (manutenção/combustível/Pedágio/etc...)	687	859
Material Consumo/Assinaturas	340	295
Viagens/Refeições/Confraternizações	222	89
Multas Diversas/Despesas Indedutíveis	212	350
Formação Profissional	79	71
Uniformes Profissionais	90	148
Seguro	230	336
Doações	43	43
Outros Gastos	135	12
TOTAL	**29.875**	**30.873**

18. Receitas/ Despesas Tributárias

Descrição	2022	2021
Créditos/débitos de PIS e COFINS	1.481	2.187
Outros impostos s/Remessas	(264)	(268)
Créditos de ICMS na base do PIS e COFINS	-	15.410
TOTAL	**1.217**	**17.329**

19. Outros Resultados Operacionais

Descrição	2022	2021
Recuperações de Despesas	515	1.090
Receita Diversas	433	-
Provisão de Contingências Diversas	(802)	(4.632)
TOTAL	**146**	**(3.542)**

20. Conflito Rússia x Ucrânia Em decorrência do conflito Rússia x Ucrânia a Companhia enfrentou escassez e ruptura de Matéria Prima no Mercado para atender sua demanda de Vendas. Esse contexto refletiu tanto no aumento de umas das nossas principais Matérias Primas quanto na sua disponibilidade; e aliada à alta do dólar impactou sobremaneira em seus Custos, mesmo assim foi possível reverter o cenário e atingir o aumento de 1% em suas Margens. O conflito entre os dois países persiste até a data da publicação das Demonstrações Contábeis e a expectativa é de que perdure durante o exercício de 2023, podendo gerar volatilidade significativa nos preços das commodities, como o Petróleo.

DIRETORIA

RICARDO HALASZ GALVÃO – Diretor Presidente

MARCELO ESCARABAJAL – Diretor Executivo

CONTADOR

PAULO RICARDI EXPEDITO DE OLIVEIRA
Contador – CRC 1SP 298600/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

PROMAX PRODUTOS MÁXIMOS S.A – INDÚSTRIA E COMÉRCIO
São Paulo – SP

OPINIÃO

Examinamos as Demonstrações Contábeis da **PROMAX PRODUTOS MÁXIMOS S.A – INDÚSTRIA E COMÉRCIO**, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **PROMAX PRODUTOS MÁXIMOS S.A – INDÚSTRIA E COMÉRCIO,** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

ÊNFASE

Conforme mencionado na Nota Explicativa n° 6, os valores adquiridos de Precatórios e, em sua maioria já compensados, foram inseridos diretamente na apuração do ICMS/IPI/PIS/COFINS e declarados na EFD ICMS/IPI/ CONTRIBUIÇÕES e GIA. A Receita Federal do Brasil- RFB ainda não se manifestou quanto aos requerimentos e ao procedimento de inserção dos valores de precatórios diretamente na apuração do imposto, no entanto a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ SP) indeferiu os valores compensados de ICMS. A Empresa mantém em seu passivo o valor principal desses impostos, não considerando os respectivos valores de juros e multa, pois, a Assessoria Jurídica avalia esses processos com probabilidade de perda possível, conforme Nota 14.
Nossa opinião não está modificada em razão desse assunto.

OUTROS ASSUNTOS

As Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração, foram por nós auditadas, conforme Relatório dos Auditores Independentes, datado de 20 de abril de 2022, com parágrafo de ênfase sobre os precatórios.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório e na adequada divulgação no Relatório da Administração e Nota 1, das medidas e premissas que levam a Administração a manter a base da continuidade. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 25 de abril de 2023.
PGBR RODYOS AUDITORES INDEPENDENTES S.S
CRC 2SP 002000/O-0
Member
PrimeGlobal | An Association of Independent Accounting Firms

MILTON MIRANDA RODRIGUES
Sócio - Diretor
CONTADOR - CRC 1SP 112905/O-5

JÉSSICA MENDONÇA RODRIGUES
Sócia
CONTADORA – CRC 1SP 248744/O-3

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código DD1A-1183-60F2-A907.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 29/04/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código DD1A-1183-60F2-A907.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/DD1A-1183-60F2-A907 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: DD1A-1183-60F2-A907

Hash do Documento

C7F77481D1B8A4CA6DD92DDB6D540AF06455DCBF299098F7128B5933C86B8B7D

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/04/2023 é(são) :

☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 29/04/2023 01:24 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

Jornal O DIA SP

Polo Films Indústria e Comércio S.A.

CNPJ nº 26.051.817/0001-82

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2022 E 31/12/2021 (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma informado)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativos	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Caixa e equivalentes de caixa	6	21.893	2.079	33.841	2.928
Aplicações financeiras		2.000	757	11.828	24.327
Contas a receber de clientes	7	164.217	140.239	140.300	112.839
Estoques	8	90.656	100.047	96.641	109.279
Impostos a recuperar	9	1.179	23.119	20.012	40.013
Outras contas a receber	10	13.612	7.287	13.692	7.287
Total do ativo circulante		**293.555**	**273.528**	**316.314**	**296.673**
Impostos a recuperar LP	9	2.132	1.681	2.132	1.681
Tributos diferidos		133.718	-	133.718	-
Partes relacionadas	11	25.113	16.659	-	-
Depositos judiciais		21	21	21	21
Outras contas a receber LP		47	-	47	-
Total do realizável a longo prazo		**161.031**	**18.360**	**135.917**	**1.702**
Imobilizado	12	179.659	169.157	179.659	169.157
Total do ativo não circulante		**340.690**	**187.518**	**315.577**	**170.859**
Total do ativo		**634.245**	**461.046**	**631.891**	**467.532**

Passivos	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Fornecedores	13	45.573	37.574	46.743	38.089
Empréstimos e financiamentos	14	43.972	22.471	43.972	22.471
Passivo de arrendamento		863	1.177	863	1.177
Impostos a recolher	15	3.718	1.555	5.131	7.850
Salários e encargos sociais	16	12.242	12.127	12.242	12.127
Debêntures	17	-	21.697	-	21.697
Outras contas a pagar	18	19.830	24.767	22.433	25.830
Total do passivo circulante		**126.198**	**121.366**	**131.384**	**129.241**
Empréstimos e financiamentos LP		-	790	-	790
Passivo de arrendamento LP		8.021	7.330	8.021	7.330
Provisão para perda de investimento	19	7.239	1.334	-	-
Outras contas a pagar LP		13.183	-	13.183	-
Debêntures LP	18	-	97.345	-	97.345
Total do passivo não circulante		**28.442**	**106.799**	**21.203**	**105.465**
Patrimônio líquido		**479.604**	**232.881**	**479.303**	**232.826**
Capital social		641	641	641	641
Adiantamento para futuro aumento de capital		527.073	486.955	527.073	486.955
Reserva de capital		156.620	114.859	156.620	114.859
Prejuízos acumulados		(204.730)	(369.574)	(204.730)	(369.574)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		**479.604**	**232.881**	**479.604**	**232.881**
Participação de acionistas não controladores		-	-	(301)	(55)
Total do passivo e patrimônio líquido		**634.245**	**461.046**	**631.891**	**467.532**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Resultado do exercício	**206.604**	**122.996**	**206.358**	**123.053**
Resultado abrangente total	**206.604**	**122.996**	**206.358**	**123.053**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Capital social subscrito	Capital a integralizar	AFAC	Reservas de Lucros	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1°/01/2020		651	(10)	451.643	55.922	(453.859)	53.705	-	53.706
Aumento de capital com acervo líquido recebido		-	-	15.453	-	-	15.453	-	15.453
Incentivos fiscais		-	-	-	24.821	(26.831)	-	-	(2.010)
Prejuízo/Lucro do exercício		-	-	-	-	22.236	22.236	(112)	22.124
Saldos em 31/12/2020		651	(10)	467.096	80.744	(458.455)	91.394	(112)	89.272
Saldos em 1°/01/2021		651	(10)	466.454	80.744	(458.455)	89.384	(112)	89.272
Aumento de capital com acervo líquido recebido		-	-	20.501	-	-	20.501	-	20.501
Incentivos fiscais		-	-	-	34.115	(34.115)	-	-	-
Prejuízo/Lucro do exercício		-	-	-	-	122.996	122.996	57	123.053
Saldos em 31/12/2021		651	(10)	486.955	114.859	(369.574)	232.881	(55)	232.826
Saldos em 1°/01/2022		651	(10)	486.955	114.859	(369.574)	232.881	(55)	232.826
Aumento de capital com acervo líquido recebido		-	-	40.118	-	-	40.118	-	40.118
Incentivos fiscais		-	-	-	41.761	(41.761)	-	-	-
Prejuízo/Lucro do exercício		-	-	-	-	206.604	206.604	(246)	206.358
Saldos em 31/12/2022		651	(10)	527.073	156.620	(204.731)	479.604	(301)	479.303

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receita operacional líquida	985.716	879.588	1.008.220	911.817
Custos das mercadorias vendidas	(779.556)	(704.455)	(791.734)	(716.531)
Lucro bruto	**206.160**	**175.133**	**216.486**	**195.286**
Despesas administrativas e gerais	(18.194)	(11.739)	(26.991)	(12.012)
Despesas com vendas	(19.205)	(16.252)	(18.522)	(16.146)
Outras (receitas) e despesas	2.258	14.408	2.766	3.153
Resultado de equivalência patrimonial	(5.905)	1.353	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	**165.114**	**162.903**	**173.739**	**170.281**
Receitas financeiras	3.287	5.948	5.085	6.651
Despesas financeiras	(93.055)	(38.130)	(103.723)	(45.791)
Resultado financeiro líquido	**(89.768)**	**(32.182)**	**(98.639)**	**(39.140)**
Lucro ou prejuízo antes dos impostos	**75.346**	**130.721**	**75.100**	**131.141**
Imposto de renda e CS	131.258	(7.725)	131.258	(8.088)
Lucro ou prejuízo do exercício	**206.604**	**122.996**	**206.358**	**123.053**
Lucro líquido atribuível a:				
Participação aos acionistas controladores	-	-	206.604	122.996
Participação aos acionistas não controladores	-	-	(246)	57
Lucro ou prejuízo do exercício	-	-	**206.358**	**123.053**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo/Lucro do exercício	206.604	122.996	206.358	123.053
Ajustes para: Depreciação	26.120	22.033	26.120	22.033
Resultado de equivalência patrimônial	5.905	(1.353)	-	-
Despesas financeiras debêntures	40.118	33.289	40.118	33.289
Provisão para perda de estoque	-	3.102	-	3.102
Impostos de renda e contribuições	(133.718)	7.725	(131.258)	8.088
Provisão (resersão) para crédito liquidação duvidosa	-	(3.791)	-	(3.791)
Baixa de bens do ativo imobilizado	(1.460)	3.995	(1.460)	3.995
Variações nos ativos e passivos: Estoques	9.392	(40.099)	12.638	(31.590)
Aplicações financeiras	(1.240)	(757)	12.499	(5.898)
Contas a receber de clientes	(23.978)	(33.242)	(27.462)	(48.110)
Outras contas a receber	(6.372)	11.751	(6.451)	11.752
Impostos a recuperar	21.489	(18.472)	17.090	(26.574)
Outros contas a pagar	8.246	13.546	9.786	14.452
Impostos a recolher	2.164	(13.173)	(2.719)	(7.241)
Partes relacionadas	(8.455)	(11.338)	-	-
Fornecedores	7.999	11.969	8.654	11.144
Salários e encargos sociais	115	2.446	115	2.446
Fluxo de caixa líquido utilizado nas ativ. operacionais	**152.929**	**110.627**	**164.029**	**110.150**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captações de emprestimos	26.580	27.579	26.580	27.579
Pagamentos de empréstimo	(790)	(14.905)	(790)	(14.905)
Pagamentos de passivo de arrendamento	(4.702)	(2.422)	(4.702)	(2.422)
Pagamento das debêntures	(119.042)	(89.892)	(119.042)	(89.892)
Fluxo de caixa proveniente das ativ. de financiamento	**(97.954)**	**(79.640)**	**(97.954)**	**(79.640)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	(35.161)	(29.703)	(35.161)	(29.703)
Fluxo de caixa proveniente das ativ. de investimento	**(35.161)**	**(29.703)**	**(35.161)**	**(29.703)**
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**19.814**	**1.284**	**30.914**	**807**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	2.079	795	2.928	2.122
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	21.893	2.079	33.841	2.928
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	**19.814**	**1.284**	**30.914**	**806**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A Polo Films Indústria e Comércio S.A. "Companhia" é constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil e controlada 100% pela Mais Films Holding S.A., seu endereço comercial é na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 750 18° andar, em São Paulo/SP e sua unidade industrial está localizada na Rodovia BR 386, Km 423, Distrito Industrial de Montenegro/RS. A Companhia foi constituída em 29/08/2016 e iniciou suas atividades em agosto de 2017, tendo por objeto social a industrialização e comercialização de filmes bi-orientados de polipropileno (BOPP), de embalagens e materiais plásticos em geral, a prestação de serviços relacionados com os seus produtos e participação em outras sociedades, civis ou industriais, a administração, e importação e exportação de bens próprios ou terceiros. As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõem que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações nos próximos exercícios. A Companhia apresenta, em 31/12/2022, prejuízos acumulados no montante de R$204.730, no entanto, parte deste prejuízo é decorrente da operação de venda de investimento no exercício de 2017. O resultado da companhia é impactado pelo reconhecimento dos juros das debêntures (vide Nota nº 17), no entanto, parte destes juros não acarretam desembolsos imediatos de caixa, tendo sua obrigação no vencimento do contrato, havendo ainda a possibilidade de capitalização desta dívida. **Cumprimento de obrigações contratuais de instrumentos financeiros:** Em 31/12/2022, a Companhia estava em acordo com determinadas cláusulas restritivas ("*covenants*"), referente à índices financeiros, constantes em contratos de debêntures, que poderiam exigir o vencimento antecipado dos passivos vinculados a esses contratos. **2. Entidades do grupo:** Em 31/12/2022, as entidades do grupo econômico são as seguintes:

Controladas	Nota explicativa	País	Participação acionária
Polo Films Importação, Exportação e Distribuição de Embalagens Plásticas Ltda.	19	Brasil	96%

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: 3.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), com observâncias aos pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 31/03/2023. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **3.1.1.** Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo. **3.2.** Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. **3.3.** Uso de estimativas e julgamentos: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise de recuperabilidade dos Imóveis a comercializar e dos demais riscos para determinação de outras provisões. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir: **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. **Tributos:** A Companhia está sujeita no curso normal dos nossos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que seja movido contra a Companhia, seu desempenho pode ser adversamente afetado, independente do respectivo resultado final. A Companhia é periodicamente fiscalizada por diferentes autoridades, incluindo fiscais, trabalhistas, previdenciárias e ambientais. Não é possível garantir que estas autoridades não autuarão a Companhia, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais. **4. Principais políticas contábeis: a) Base de consolidação: (i) Controlada:** A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **(ii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método de equivalência patrimonial:** O investimento da Companhia em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais compreende suas participações em controladas. **(iii) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações entre empresas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre empresas, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas investidas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **b) Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira na data da apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças de moeda estrangeira resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado. **c) Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração:** Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do período. **d) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros reconhecidos da Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, classificados na categoria de aplicações financeiras e recebíveis. **e) Passivos financeiros: (i) Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo, classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, por meio do método dos juros efetivos (taxa de juros efetiva). Os passivos financeiros da Companhia incluem principalmente fornecedores e contas a pagar. Os passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **f) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras pré-fixadas, e com baixo risco de variação no valor de mercado, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. **g) Estoque:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. **h) Imobilizado: (ii) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo do ativo imobilizado inclui fatos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração. O software adquirido que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado com parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação com o valor contábil do item), são reconhecidos em outras despesas e receitas operacionais no resultado. **(iii) Custos subsequentes:** Máquinas, equipamentos e instalações da Companhia requerem inspeções, substituições de componentes e outras manutenções em intervalos regulares. A Companhia realiza paradas programadas em intervalos regulares para realizar essas atividades. Estas paradas podem envolver a planta como um todo, parte dela, ou mesmo equipamentos relevantes. Paradas que ocorrem a cada período maior, são geralmente realizadas para a manutenção de plantas industriais como um todo. Os gastos de cada parada programada são agregados aos itens do ativo imobilizado objetos da parada e são totalmente depreciados até o início das seguinte correspondente parada. Os gastos com mão de obra própria, o consumo dos pequenos materiais de manutenção e os correspondentes serviços de terceiros são registrados no resultado, quando incorridos. **(iv) Depreciação:** A depreciação é conhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas anuais estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Edifícios	4% ao ano
Máquinas e equipamentos	10% ao ano
Móveis e utensílios	10% ao ano
Equipamento de computação	20% ao ano
Benfeitorias	4% ao ano
Veículos	20% ao ano
Instalações, ferramentas e instrumentos	10% ao ano
Peças e materiais de reposição	10% ao ano

i) Ativos mantidos para venda: Os ativos classificados como não circulante ou grupos mantidos para venda ou distribuição são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo. Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e, então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base *pro rata*, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado. Uma vez classificados como mantido para venda ativos intangíveis e imobilizados não são mais amortizados ou depreciados. **j) Receita operacional: (i) Venda de bens:** A receita operacional é reconhecida quando: (i) a obrigação de performance ao transferir as mercadorias estiver satisfeita; (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia; (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável; (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos; e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. **k) Fornecedores:** Contas a pagar à fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. **l) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e quando for possível mensurar com segurança seu custo ou valor de aquisição. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais (quando aplicável) incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando da ocorrência de efeitos relevantes, são registrados a valor presente, com base em taxas de juros que reflitam o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido ativo e/ou passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **m) Impostos de renda e tributos: (i) Imposto de renda e CS:** O IR e CS do exercício corrente e diferido são calculados nas alíquotas de 25%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para IR e para a CS 9% sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CS, limitada a 30% do lucro real do exercício. **(ii) Imposto corrente:** O imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente ativo e passivo compensados somente se alguns critérios forem atendidos. **(iii) Imposto diferido:** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de IR e CS diferido ativo é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. **n) Apuração do resultado:** O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **o) Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: **(i)** A Companhia tem uma obrigação presente formalizada ou não (obrigação construtiva) adquirida, resultante de eventos passados; **(ii)** É provável que haja um desembolso futuro para liquidar uma obrigação presente; **(iii)** quando o valor pode ser estimado com razoável segurança. **5. Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS): IFRS 16/CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil:** A norma IFRS 16/CPC 06 (R2) é aplicável a partir de 1º/01/2019, e tem como objetivo unificar os princípios de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos arrendamentos mercantis, de maneira que o arrendatário reconhecerá o direito de uso e a obrigação para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as características que estão no alcance da isenção da norma. A Companhia aplicou o IFRS 16/CPC 06 (R2) inicialmente em 1º/01/2019 considerando retrospectivamente o efeito cumulativo na data da adoção inicial. Foi utilizado o expediente prático com relação à definição de contratos de arrendamentos, ou seja, não foram considerados contratos cujo ativo subjacente foi considerado de baixo valor na data da adoção inicial. A Companhia possui quinze contratos de arrendamentos, dos quais um refere-se a aluguel de imóvel, um referem-se a aluguel de máquinas e equipamentos, cinco refere-se a aluguéis de veículos e um refere-se a aluguéis de itens utilizados nas instalações. Para este último, a Companhia utilizou o expediente prático de bens de baixo valor, logo não foi valorizado. Os prazos de arrendamento para o cálculo do IFRS 16 foram os explícitos nos contratos de arrendamento, conforme combinação de prazo não cancelável, prazo coberto pela opção de prorrogação, prazo coberto pela opção de rescisão e, principalmente, a intenção da Administração quanto ao prazo de permanência em cada contrato. Os fluxos de pagamento do aluguel do imóvel e dos demais contratos de arrendamento valorizados, são ajustados a valor presente, considerando a taxa de desconto incremental de 8,42% a.a. e 16,94% a.a., respectivamente, visto que melhor refletem a taxa a ser obtida pela Companhia para obter ativos similares, considerando prazos e garantias semelhantes aos contratos. Os valores reconhecidos do IFRS 16/CPC 06 (R2) no período de 2022 está apresentado a seguir:

Ativo	Consolidado
Em 1º/01/2022	**7.538**
Adições - Novos arrendamentos	464
Remensuração do ativo	-
Baixas	(17)
Despesas de depreciação	(252)
Saldo em 31/12/2022	**7.733**
Passivo	
Em 1º/01/2022	**8.507**
Adições - Novos arrendamentos	3.155
Remensuração do passivo	-
Baixas	(634)
Pagamentos	(3.292)
Juros apropriados	1.148
Total	**8.884**

Os montantes reconhecidos no resultado do exercício decorrentes da aplicação da norma estão apresentados nas Notas nº 23 - Custo da mercadoria vendida e nº 25 - Resultado financeiro líquido.

6. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Caixa em espécie	58	22	58	22
Contas correntes	21.835	2.057	33.783	2.906
Total	**21.893**	**2.079**	**33.841**	**2.928**

As aplicações financeiras são de curto prazo e possuem alta liquidez, podendo ser prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente ao Certificado de Depósito Bancário (CDB), remunerados a taxa média de 100% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7. Contas a receber de clientes:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Contas a receber clientes MI	35.306	1.523	82.747	53.381
Contas a receber clientes ME	57.552	59.457	57.553	59.458
Contas a receber Partes Relacionadas (Nota nº 11)	71.359	79.259	-	-
Total	**164.217**	**140.239**	**140.300**	**112.839**

A perspectiva de realização dos recebíveis é dada como segue:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
A vencer	126.468	87.988	115.421	76.538
Vencidos de 1 a 30 dias	22.163	45.245	11.728	31.859
Vencidos de 31 a 60 dias	8.723	3.963	4.159	2.630
Vencidos de 61 a 90 dias	3.909	713	7.467	1.090
Vencidos a mais de 90 dias	2.952	2.330	1.525	722
Total	**164.217**	**140.239**	**140.300**	**112.839**

Perdas para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD): Com base no CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 09), a Companhia efetuou análises referentes a possível impacto sobre seus recebíveis. Neste exercício, a Administração julgou por não ser necessária a constituição de provisões PCLD. **8. Estoques:** Os saldos de estoque por grupo são assim representados:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Matéria-prima	23.173	22.541	23.173	22.541
Produtos acabados/mercadorias	14.388	28.679	20.373	37.911
Produtos em elaboração	4.286	6.062	4.286	6.062
Embalagem e auxiliares de produção	2.254	3.050	2.254	3.050
Almoxarifado	12.606	11.477	12.606	11.477
Material em terceiros	29.147	26.346	29.147	26.346
Material em trânsito	1.278	1.709	1.278	1.709
Material de reposição	3.619	4.908	3.619	4.908
(-) Reserva para perda em estoque	(95)	(4.725)	(95)	(4.725)
Total	**90.656**	**100.047**	**96.641**	**109.279**

9. Tributos a recuperar:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
ICMS a recuperar	-	-	9.797	6.370
IPI a recuperar	-	16.083	-	16.083
Reintegra	313	1.192	313	1.192
PIS a recuperar	9	379	1.507	2.167
COFINS a recuperar	48	2.948	6.929	11.184
Outros tributos a recuperar	809	2.517	1.466	3.017
Ativo circulante	**1.179**	**23.119**	**20.012**	**40.013**
ICMS a recuperar Imobilizado	2.132	1.681	2.132	1.681
Ativo não circulante	**2.132**	**1.681**	**2.132**	**1.681**
Total	**3.311**	**24.800**	**22.144**	**41.694**

10. Outras contas a receber:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Adiantamento a fornecedores	9.522	3.976	9.522	3.976
Despesas antecipadas	3.706	2.786	3.706	2.786
Outros créditos	384	525	464	525
Total	**13.612**	**7.287**	**13.692**	**7.287**

11. Partes relacionadas: Remuneração de pessoal-chave da Administração: A Administração da Companhia, que contempla a diretoria, obteve como remuneração em 31/12/2022 no montante de R$3.156 (R$2.864 em 2021) na controladora, registrados no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários e benefícios diretos e indiretos. A Companhia e sua controlada não possuem outros tipos de remuneração ao pessoal-chave da Administração, tais como, benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Outras transações com partes relacionadas:

Ativo circulante	2022	2021
Contas a receber de clientes (Nota nº 7)		
Polo Films Importação, Exportação e Distribuição de Embalagens Plásticos Ltda.	71.358	79.259
Polo Indústria e Comércio S/A	-	-
	71.358	**79.259**
Ativo não circulante: Partes relacionadas:		
Polo Films Importação, Exportação e Distribuição de Embalagens Plásticos Ltda.	25.113	16.659
	25.113	**16.659**
Resultado do exercício: Receita bruta (Nota nº 22):		
Polo Films Importação, Exportação e Distribuição de Embalagens Plásticos Ltda.	517.633	532.506
	517.633	**532.506**
Custo das mercadorias vendidas:		
Polo Films Importação, Exportação e Distribuição de Embalagens Plásticos Ltda.	517.633	532.506
	517.633	**532.506**

Os saldos das transações entre partes relacionadas são decorrentes de vendas de produtos, visto que a controlada Polo Films Importação, Exportação e Distribuição de Embalagens Plásticos Ltda. revende os produtos industrializados pela Companhia. Essas transações são efetuadas em condições acordadas entre as partes e poderiam ser diferentes se realizadas com terceiros.

12. Imobilizado:

Controladora e Consolidado

Custo do imobilizado	2021 Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	2022 Saldo final
Edificações	32.517	-	-	-	32.517
Máquinas e equipamentos	347.627	-	(175)	12.451	359.903
Instalações, ferramentas e instrumentos	45.553	-	(13)	1.928	47.467
Móveis e utensílios	1.068	-	(35)	45	1.078
Equipamentos de computação	3.976	-	(844)	208	3.341
Veículos	-	-	(10)	2.255	2.245
Terrenos	165	-	-	-	165
Benfeitorias	2.876	-	-	-	2.876
Softwares	1.678	-	-	76	1.753
Obras em andamento	26.774	34.697	-	(16.963)	44.508
Marcas e patentes	-	-	-	-	-
Bens intangíveis	64	-	(64)	-	-
Direito de uso - IFRS 16	9.343	464	(17)	-	9.791
Total	**471.641**	**35.161**	**(1.158)**	**-**	**505.645**

Controladora e Consolidado

Depreciação	2021 Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	2022 Saldo Final
Edificações	(15.412)	(1.304)	13	-	(16.703)
Máquinas e equipamentos	(243.626)	(19.760)	1.683	-	(261.702)
Instalações, ferramentas e instrumentos	(37.353)	(2.641)	26	-	(39.967)
Móveis e utensílios	(955)	(24)	54	-	(924)
Equipamentos de computação	(2.358)	(505)	841	-	(2.022)
Veículos	-	(672)	-	-	(672)
Benfeitorias	(938)	(90)	-	-	(1.028)
Softwares	(38)	(872)	-	-	(910)
Direito de uso - IFRS 16	(1.805)	(253)	-	-	(2.058)
Total	**(302.484)**	**(26.120)**	**2.618**	**-**	**(325.986)**
Saldo líquido do ativo imobilizado	**169.157**	**9.041**	**1.460**	**-**	**179.659**

Controladora e Consolidado

Custo do imobilizado	2020 Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	2021 Saldo final
Edificações	60.585	-	(28.068)	-	32.517
Máquinas e equipamentos	389.012	-	(52.360)	10.975	347.627
Instalações, ferramentas e instrumentos	54.379	-	(9.449)	623	45.553
Móveis e utensílios	2.020	-	(966)	14	1.068
Equipamentos de computação	3.185	-	(532)	1.324	3.976
Terrenos	165	-	-	-	165
Benfeitorias	2.808	-	-	68	2.876
Softwares	1.364	-	-	313	1.678
Obras em andamento	14.479	28.705	(3.094)	(13.316)	26.774
Bens intangíveis	-	64	-	-	64
Direito de uso - IFRS 16	8.486	857	-	-	9.343
Total	**536.484**	**29.626**	**(94.469)**	**-**	**471.641**

Controladora e Consolidado

Depreciação	2020 Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	2021 Saldo Final
Edificações	(42.137)	(1.330)	28.056	-	(15.412)
Máquinas e equipamentos	(275.899)	(19.211)	51.484	-	(243.626)
Instalações, ferramentas e instrumentos	(44.589)	(2.208)	9.443	-	(37.353)
Móveis e utensílios	(1.876)	(37)	958	-	(955)
Equipamentos de computação	(2.606)	(284)	532	-	(2.358)
Benfeitorias	(848)	(90)	-	-	(938)
Material de reposição	(3.000)	3.000	-	-	-
Softwares	(32)	(5)	-	-	(38)
Direito de uso - IFRS 16	(871)	(934)	-	-	(1.805)
Total	**(371.859)**	**(21.099)**	**90.474**	**-**	**(302.484)**
Saldo líquido do ativo imobilizado	**164.625**	**8.527**	**(3.995)**	**-**	**169.157**

13. Fornecedores:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Fornecedores nacionais	30.963	32.395	32.134	32.910
Fornecedores estrangeiros	14.609	5.179	14.609	5.179
Total	**45.573**	**37.574**	**46.744**	**38.089**

14. Impostos a recolher:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
IPI a recolher	1.417	-	2.830	6.285
ICMS a recolher	2.008	1.481	2.008	1.481
Outros impostos	294	74	293	84
Total	**3.718**	**1.555**	**5.131**	**7.850**

15. Salários e encargos sociais:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Provisão de férias	3.208	2.808	3.207	2.808
Provisão de encargos sociais sobre férias	1.114	983	1.114	983
Provisão PPR	5.931	6.963	5.931	6.963
INSS a recolher	796	760	796	760
IRRF a recolher	1.263	-	1.263	-
FGTS a recolher	308	242	308	242
Outras obrigações trabalhistas	(378)	371	(378)	371
Total	**12.242**	**12.127**	**12.241**	**12.127**

16. Empréstimos e financiamentos:

	% - taxa média	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
ACC	6,5% a.a.	41.737	22.471	41.737	22.471
FINIMP	5,63% a.a.	-	790	-	790
Leasing	6,5% a.a	2.235	-	2.234	-
Total		**43.972**	**23.261**	**43.972**	**23.261**
Passivo circulante		43.972	22.471	43.972	22.471
Passivo não circulante		-	790	-	790

17. Debêntures:

Descrição	Encargos	Vencimento final dos contratos	Valor contratado	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Debêntures PLIN (i)	100% do CDI + 2% a.a.	1º/10/2027	249.947	-	51.789	-	51.789
Debêntures PORG (i)	100% do CDI + 2% a.a.	1º/10/2027	331.281	-	67.253	-	67.253
Total				-	**119.042**	-	**119.042**
Circulante				-	21.697	-	21.697
Não circulante				-	**97.345**	-	**97.345**

As principais características das debêntures são apresentadas a seguir:

Título de dívida	Emissão	Vencimentos	Indexador	Quantidade	Valor	Amortizações	Garantias
Debêntures 1º emissão				**248.251**	**226.714**	* 1º Série: Mensal a partir de 01/11/2018 * 2º, 3º e 4º Séries: única em 01/10/2027	Penhor de ações Polo Films, hipoteca do imóvel de Montenegro.
3ª Série	21/06/2017	01/10/2027	* CDI 3º e 4º Séries	68.975	96.634		
4ª Série		01/10/2027		98.033	133.080		
Debêntures 2º Emissão				**329.313**	**300.359**	* 1º Série: Mensal a partir de 01/11/2018 * 2º, 3º e 4º Séries: única em 01/10/2027	Penhor de ações Polo Films, hipoteca do imóvel de Montenegro.
3ª Série	21/06/2017	01/10/2027	* CDI 3º e 4º Séries	78.321	106.185		
4ª Série		01/10/2027		143.220	194.174		

A movimentação de saldo das debêntures são representadas abaixo:

Movimentação das debêntures	31/12/2021 Saldo inicial	Apropriação de juros	Aporte de Capital	Pagamento de principal	31/12/2022 Saldo final
Debêntures 1ª Emissão	51.789	17.896	(17.896)	(51.789)	-
Debêntures 2ª Emissão	67.253	22.222	(22.222)	(67.253)	-
Total movimentação	**119.042**	**40.118**	**(40.118)**	**(119.042)**	**-**

	31/12/2020 Saldo inicial	Apropriação de juros	Aporte de Capital	Pagamento de principal	31/12/2021 Saldo final
Debêntures 1ª Emissão	86.224	12.277	(9.145)	(37.567)	51.789
Debêntures 2ª Emissão	114.233	16.700	(11.356)	(52.325)	67.253
Total movimentação	**200.458**	**28.977**	**(21.501)**	**(89.892)**	**119.042**

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgados na Nota nº 27 - Instrumentos financeiros. **Cláusulas contratuais restritivas (*covenants*):** Em 31/12/2022, o financiamento proveniente da emissão de sua segunda Debênture possuía as seguintes cláusulas restritivas: Vencimento antecipado e imediatamente exigíveis, na ocorrência dos eventos estabelecidos abaixo; **a.** Inadimplemento de obrigações pecuniárias ou não pecuniárias pela emissora aos debenturistas; **b.** Decretação de vencimento antecipado de quaisquer outros instrumentos financeiros que somadas superem R$3 milhões ou, individualmente, supere R$2 milhões; **c.** Atribuição de materialidade incorreta para as garantias; **d.** Alienação de bens que ultrapasse 10% do total de ativos ou R$5 milhões de reais sem a anuência prévia dos debenturistas; **e.** Cisão, fusão ou incorporação sem anuência prévia dos debenturistas; **f.** Modificações no controle societário; **g.** Redução de capital social; **h.** Protesto de títulos com valor individual ou somado maior que R$3 milhões; **i.** Solicitação por parte da Emissora de moratória, suspensão de pagamento, recuperação judicial, extrajudicial ou falência; **j.** Encerramento das atividades empresariais; **k.** Mudança relevante de condições econômicas, conforme Instrução CVM nº 358, de 3/01/2002. **l.** No caso da irregularidade no uso do Imóvel de Montenegro. Conforme 5º Aditamento a escritura de emissão da debênture, a Companhia é requerida a apresentar os índices financeiros, tendo por base as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, a partir, inclusive, relativas a 31/12/2022. *Covenants* financeiros de "Dívida Líquida/Ebitda" que não poderá ser superior a 3,5 (três inteiros e uma metade); e de Dívida Máxima que não poderá exceder 180 milhões. Não havendo quebra dos *covenants* no exercício findo em 31/12/2022.

18. Outras contas a pagar:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Outras provisões	2.810	11.650	2.810	11.650
Provisão de fretes	2.971	1.187	3.044	1.259
Fornecedores de imobilizado	-	39	-	39
Adiantamentos de clientes	13.923	262	16.453	1.252
Outras contas a pagar	126	11.630	126	11.630
Passivo Circulante	**19.830**	**24.768**	**22.433**	**25.830**
Outras contas a pagar LP	13.183	-	13.183	-
Passivo não circulante	**13.183**	**-**	**13.183**	**-**
Total	**33.013**	**24.768**	**35.616**	**25.830**

19. Provisão para perda de investimento: Polo Films Importação, Exportação e Distribuição de Embalagens Plásticos Ltda.

Movimentação	Investimento em controlada: 2022	2021
Participação inicial na data de aquisição	1.334	2.687
Equivalência patrimonial	5.905	(1.353)
Provisão para perda em investimento	**7.239**	**1.334**

Composição do investimento:

	Capital social	Quantidade de ações ordinárias	Participação	Total do ativo da investida	Resultado da investida	Patrimônio líquido da investida em 31/12/2021	Proporcional Polo Films	Valor em 31/12/2022
(Polo Films Indústria)	0,5	500	96%	94.117	(6.151)	(7.541)	(7.239)	(7.239)

20. Provisão para contingências: A Companhia é parte envolvida em ações judiciais junto a tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas. Periodicamente, a Administração avalia os riscos contingentes, tendo como base fundamentos jurídicos, com o objetivo de classificá-los, segundo suas chances de ocorrência e de exigibilidade, como prováveis, possíveis ou remotos, levando em consideração, conforme o caso, as análises de seus assessores jurídicos, sendo que as práticas contábeis adotadas no Brasil requerem a contabilização dos riscos de perda considerados com prováveis pelos assessores jurídicos ou pela Administração. Em 31/12/2022, a Companhia é parte envolvida em contingências de natureza trabalhista, para as quais os assessores jurídicos reputam com possível a expectativa de perda e, desta forma, não estão provisionadas nas demonstrações financeiras no valor de R$1.412 (R$940 em 2021). A controlada Polo Films Importação, Exportação e Distribuição de Embalagens Plásticos Ltda. não possuía nenhuma causa, bem com sua Administração não havia conhecimento de nenhum litígio envolvendo a mesma. **21. Patrimônio líquido: 21.1.** Capital social: O capital Social subscrito em 31/12/2022 e 2021 é de R$642 (seiscentos e quarenta e dois mil reais), composto por 642 (seiscentos e quarenta e dois mil) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R$1,00 (um real) cada uma. No total a Companhia possui 651 (seiscentos e cinquenta e um mil) ações ordinárias nominativas, sendo que nove mil ações estão a integralizar. Atualmente 96% das ações da Polo Films Importação, Exportação e Distribuição de Embalagens Plásticos Ltda. pertencem a sua acionista Polo Films Indústria e Comércio S.A.

Empresa	Ações ordinárias	Valor (reais)
Polo Films Indústria e Comércio S.A.	1.000	1
Total	**1.000**	**1**

21.2. Reserva de capital: Referem-se às parcelas de incentivos fiscais apuradas e acumuladas até 31/12/2022. **21.3.** Bônus de subscrição: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º/09/2017 foram emitidos 383.066 Bônus de Subscrição pela Companhia, se exercidos integralmente, darão direito aos titulares em conjunto a deter um total de 88% do capital social total e votante da Companhia após a emissão das ações em decorrência do exercício dos direitos conferidos pelos respectivos Bônus de Subscrição (Percentual Capital). Na data de emissão o percentual do capital é representado por 4.774.220. A opção de seus titulares poderá ser exercida no período que se inicia na presente data e se encerra após o prazo de 15 anos contados da data de emissão do Bônus de Subscrição. Esses Bônus referem-se as debêntures de série Junior emitidas cujo preço será apurado pelo preço de emissão para cada nova ação: R$80,92x taxa de correção que se refere a 100% do CDI. **21.4.** Adiantamento para futuro aumento de capital: Em 31/12/2022, está registrado como adiantamento para futuro aumento de capital o valor de R$527.073 (quinhentos e vinte e sete milhões e setenta e três mil de reais), referentes a 388.549 debêntures, que deverão ser convertidas em capital no prazo de vencimento das mesmas. **22. Receita líquida:** As receitas do grupo são oriundas da comercialização de filmes bi-orientados de polipropileno (BOPP) de embalagens e materiais plásticos em geral, sua composição é dada como segue:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Venda de produtos - Mercado interno	352.225	9.170	957.130	826.790
Venda de produtos - Mercado externo	353.521	364.800	353.521	364.800
Venda de produtos - Partes relacionadas (Nota nº 11)	517.633	689.027	-	-
Receita bruta	**1.223.379**	**1.062.997**	**1.310.651**	**1.191.590**
Impostos sobre vendas	(190.116)	(132.010)	(237.113)	(211.187)
Incentivo fiscal	41.754	37.639	41.754	37.639
Despesas armazenagem/outras	(89.300)	(89.038)	(107.072)	(106.225)
Deduções	**(237.662)**	**(183.409)**	**(302.431)**	**(279.773)**
Receita líquida	**985.716**	**879.588**	**1.008.219**	**911.817**

23. Custos das mercadorias vendidas:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Custos de materiais	(742.739)	(675.040)	(746.536)	(679.220)
Custos logísticos	(2.860)	(2.035)	(11.240)	(9.931)
Fretes sobre vendas	(10.894)	(5.755)	(10.893)	(5.755)
Depreciações	(23.064)	(21.625)	(23.064)	(21.625)
Total	**(779.556)**	**(704.455)**	**(791.734)**	**(716.531)**

24. Despesas por função e natureza:

Despesa por função	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Despesas com vendas	(19.205)	(16.252)	(18.522)	(16.146)
Despesas gerais e administrativas	(18.194)	(11.739)	(26.991)	(12.012)
Outras receitas e (despesas)	2.258	14.409	2.766	3.153
Total de despesas por função	**(35.141)**	**(13.582)**	**(42.747)**	**(25.005)**
Despesas por natureza: Pessoal	(21.735)	(16.518)	(21.735)	(16.518)
Comissões de vendas	(6.461)	(5.539)	(6.461)	(5.539)
Amostras	(1.130)	(1.255)	(1.130)	(1.255)
Manutenção adm. e comercial	(60)	(31)	(60)	(31)
Materiais indiretos adm. e comercial	(25)	(37)	(25)	(37)
Serviços terceiros adm. e comercial	(4.461)	(1.969)	(4.461)	(1.969)
Gastos gerais adm. e comercial	(5.855)	(2.047)	(5.855)	(2.047)
Ganhos na venda de imobilizado	48	6.577	48	6.577
Receita/despesa corporativa *intercompany*	8.455	11.338	562	-
Outros	(3.917)	(4.101)	(3.630)	(4.185)
Despesas de vendas, administrativas e gerais por natureza	**(35.141)**	**(13.582)**	**(42.747)**	**(25.005)**

As receitas/despesas corporativas *intercompany* referem-se a notas de débito transacionadas entre e Companhia e sua controlada derivadas de rateio de despesas corporativas.

25. Resultado financeiro líquido:

Receitas financeiras	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Rendimentos sobre aplicações financeiras	-	-	1.517	629
Variação cambial ativa	3.276	5.408	3.276	5.408
Juros ativos	11	540	227	614
Outras receitas	-	-	65	-
	3.287	**5.948**	**5.085**	**6.651**
Despesas financeiras: Juros passivos	(75.540)	(34.454)	(85.575)	(41.570)
Juros de arrendamento - IFRS 16	-	(795)	-	(795)
Variação cambial passiva	(8.205)	-	(8.210)	-
Despesas bancárias	(1.212)	(1.893)	(1.644)	(2.438)
Outras despesas	(8.098)	(988)	(8.295)	(988)
	(93.055)	**(38.130)**	**(103.724)**	**(45.791)**
Resultado financeiro líquido	**(89.768)**	**(32.182)**	**(98.640)**	**(39.139)**

26. IR e CS: a) Imposto corrente e imposto diferido:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Prejuízo/Lucro antes do IR e da CS	75.346	130.722	75.100	131.141
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
IR e CS pela alíquota fiscal combinada	**(25.618)**	**(44.446)**	**(25.534)**	**(44.588)**
Prejuízos fiscais e base negativa não reconhecidos no exercício	25.618	44.446	25.534	44.588
IR e CS: Corrente	-	(7.725)	-	(7.725)
Total IRPJ/CSLL corrente	**-**	**(7.725)**	**-**	**(8.088)**
Alíquota efetiva	**-**	**17%**	**-**	**18%**
Prejuízos fiscais acumulados	(393.287)	-	(393.287)	-
Constituição diferido 100% Diferido	(133.718)	-	(133.718)	(363)
Total IRPJ/CSLL diferidos	**(133.718)**	**-**	**(133.718)**	**-**
Alíquota efetiva	**34%**	**-**	**34%**	**-**

27. Instrumentos financeiros: a) Risco de crédito: É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contra parte das suas obrigações financeiras nos termos pactuados com a Companhia. A Administração, visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha. **b) Risco de liquidez:** É aquele que pode vir a ocorrer pelo desequilíbrio entre ativos e obrigações, com o descasamento de prazos entre pagamentos e recebimentos, que possam afetar a capacidade da Companhia em cumprir as suas obrigações financeiras. A gestão desse risco é realizada pela Administração, considerando perspectivas de recebimentos e desembolsos futuros, com base em projeções de fluxos de caixa futuros, monitorados continuamente, buscando garantir liquidez suficiente à Companhia para suportar eventuais atrasos ou inadimplências em recebimentos, bem como o equilíbrio entre os fluxos de caixa de recebimentos e pagamentos. **c) Gestão de risco de capital:** A Companhia administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações por meio da otimização do patrimônio. **d) Risco de juros: Análise de sensibilidade:** A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variações de variação de taxa de juros (CDI). Com base em projeções de índices para 2022 divulgadas no mercado, a Companhia considerou essas informações para o cenário provável. Foram calculados cenários crescentes e decrescentes de 25% e 50% sobre os ativos e passivos líquidos, sendo que segue abaixo o demonstrativo da análise de sensibilidade:

Indexador	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário Provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
CDI	6,20%	9,29%	12,39%	15,49%	18,59%

Ativos e passivos líquidos	Saldo líquido 31/12/2022	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário Provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
CDI	528.693	32.755	49.133	65.510	81.888	98.265
Total	**528.693**	**32.755**	**49.133**	**65.510**	**81.888**	**98.265**

Saldos nas demonstrações financeiras	CDI		Sem indexador
Caixa e equivalentes de caixa	21.893	24.605	21.893
Aplicações financeiras	2.000	2.248	2.000
Contas a receber de clientes	164.217	184.565	164.217
Total dos ativos com riscos financeiros	**188.109**	**211.418**	**188.109**
Fornecedores e partes relacionadas	45.573	51.220	45.573
Empréstimos e financiamentos	41.737	46.908	41.737
Passivo de arrendamento	11.119	12.496	11.119
Obrigações por capital subscrito a integralizar	527.073	592.383	527.073
Outras contas a pagar	33.013	37.103	33.013
Dividendos a pagar	-	-	-
Total dos passivos com riscos financeiros	**658.514**	**740.110**	**658.514**
Total dos ativos e passivos líquidos com riscos financeiros	**470.405**	**528.693**	**470.405**

28. Seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. • Transportes nacionais - R$900.000,00; • Responsabilidade civil geral - R$10.000.000,00; • Responsabilidade civil D&O - R$50.000.000,00; • Danos Materiais - R$852.609.190,00; • Lucros Cessantes - R$204.000.000,00. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores da Companhia.

DIRETORIA

Antonio Túlio Jon Inchausti - CEO

Fábio Dias Garcia - Contador - CRC/RS 061178/O-4

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Polo Films Indústria e Comércio S.A.** Montenegro - RS. **Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras:** Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Polo Films Indústria e Comércio S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Polo Films Indústria e Comércio S.A. em 31/12/2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras: Adiantamento para futuro aumento de capital:** No exercício findo em 31/12/2022, a Companhia mantinha registrado em seu patrimônio líquido, na rubrica de adiantamento para futuro aumento de capital, o montante de R$527.073 mil (R$486.955 mil em 2021) que se refere a parte do saldo de debêntures mencionadas na Nota nº 17, no entanto, de acordo com as normas contábeis, esta operação não possui todos os critérios necessários para registro no patrimônio líquido, possuindo assim características de dívida. Consequentemente, em 31/12/2022, o passivo não circulante está a menor, e o patrimônio líquido está a maior naquele montante. **Quebra de *covenants:*** No exercício de 2022 a empresa cumpriu todas as suas metas de ("*covenants*")**.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Ênfase: Continuidade operacional:** A Companhia está em acordo com a totalidade das cláusulas restritivas ("*covenants*") constantes em contratos de debêntures, que poderiam exigir o vencimento antecipado dos passivos vinculados a esses contratos, não impactando a continuidade operacional da empresa. **Outros assuntos: Demonstrações contábeis dos valores correspondentes:** As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/2021, foram anteriormente auditados por nós e emitimos relatório, datado em 11/04/2022, com ressalva quanto ao adiantamento para futuro aumento de capital. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho das auditorias do grupo e, consequentemente, pela opinião da auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Porto Alegre, 31/03/2023. **Romeu Sabino da Silva -** CT CRC 1RS-071.263/O-0. **Grant Thornton Auditores Independentes -** CRC 2SP-025.583/O-1.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B73B-D5B0-A78B-8ADC.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 29/04/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B73B-D5B0-A78B-8ADC.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/B73B-D5B0-A78B-8ADC ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: B73B-D5B0-A78B-8ADC

Hash do Documento

7E6A3034A40BF94950886FD9D7BC8C485F332A6CE799A5A2D630C85F4C2CA85B

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/04/2023 é(são) :

☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 29/04/2023 01:25 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

SPE GL events Centro de Convenções Anhembi S.A.

CNPJ nº 41.542.832/0001-17

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Em 1995, a GL events obteve a sua primeira concessão de um espaço receptivo em Paris. Desde então, o Grupo expandiu a sua rede de locais de eventos e estabeleceu-se no estrangeiro para gerir agora 42 locais na França e 17 locais no estrangeiro. Dentre estes o Anhembi é uma das mais novas adições. Conheça o seu espaço brasileiro Distrito Anhembi! Localizado no coração de São Paulo, no Brasil, o Anhembi foi inaugurado em 1970 e rapidamente se tornou palco de eventos históricos como o Carnaval de São Paulo desde 1991, o Salão Internacional do Automóvel ou mesmo o World Skills. Também recebeu ações humanitárias e personalidades marcantes como o Dalai Lama e o Papa Bento XVI. Em janeiro de 2022, o Grupo GL events assumiu a gestão deste complexo histórico de eventos e começou a empreender importantes obras de renovação e modernização, a fim de torná-lo um lugar de entretenimento onde a vida, a inovação e os encontros se misturam, formando assim o "Distrito Anhembi". Graças à sua amplitude e versatilidade, o Distrito Anhembi é o local ideal para acolher todo o tipo de eventos: congressos, eventos empresariais, concertos, espetáculos, eventos desportivos, feiras, exposições. Tudo num complexo único que inclui auditórios, salas de reuniões, áreas de exposição e, em breve, uma arena. Este projeto pretende criar uma ligação entre os eventos acolhidos e os parceiros locais de restauração, hospitalidade e comércio. Assim diante do cumprimento às disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras referente aos exercícios sociais findos em 31/12/2022 e 31/12/2021. Estamos à inteira disposição de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 31 de março de 2023.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2022 E 2021 - Em milhares de reais

Ativo	2022	2021
Circulante	**171.861**	**10.502**
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	150.185	10.502
Contas a receber de clientes (Nota 5)	14.861	-
Despesa antecipada (Nota 6)	2.975	-
Clientes a faturar	1.581	-
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 7)	1.492	-
Partes relacionadas (Nota 12)	193	-
Outros	574	-
Não circulante	**60.416**	**53.740**
Imobilizado (Nota 08)	8.732	-
Intangível (Nota 09)	51.684	53.740
Total do ativo	**232.277**	**64.242**

Passivo	2022	2021
Circulante	**28.617**	**35.850**
Fornecedores e outras contas a pagar (Nota 10)	18.112	35.827
Adiantamento de clientes (Nota 11)	3.693	-
Partes relacionadas (Nota 12)	4.564	-
Obrigações trabalhistas a pagar	1.386	-
Impostos e contribuições a recolher (Nota 13)	482	-
Outros passivos	380	23
Não circulante	**643**	**-**
Adiantamento de clientes (Nota 11)	643	-
Patrimônio líquido (nota 14)	**203.017**	**28.392**
Capital social	200.392	19.435
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	8.957
Reserva de lucro	2.625	-
Total do passivo e patrimônio líquido	**232.277**	**64.242**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais: A SPE GL events Centro de Convenções Anhembi S.A. ("Companhia") foi constituída em 12/04/2021, com o propósito específico de realizar a reforma, gestão, manutenção, operação e exploração do Distrito Anhembi por trinta anos, visando a realização de feiras, exposições e eventos e à instalação de equipamentos de apoio, com o objetivo de observar, cumprir e fazer cumprir o disposto no Contrato de Concessão de Direito e Uso e Exploração de Bem Público nº GCO/CCN 014/2021. A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede no município de São Paulo - SP. Em 26/05/2021 foi assinado o contrato de concessão São Paulo Turismo S.A. e SPE GL events Centro de Convenções Anhembi S.A. Em 10/11/2021 foi emitido a Ordem de Início sendo a mesma publicada no dia 12/11/2021 no Diário Oficial da Cidade de São Paulo. Entretanto a transferência da gestão operacional do Distrito Anhembi ocorreu apenas em 05/01/2022 data esta que se iniciou efetivamente a administração do Anhembi pela empresa do grupo GL Events. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 31/03/2023. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. **2.1 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e, somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a determinação de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Administração da Companhia deliberou pela reemissão das demonstrações financeiras originalmente emitidas em 31/03/2023. As demonstrações financeiras reemitidas não apresentam diferença no resultado do exercício e/ou no patrimônio líquido da Companhia quando comparadas com as demonstrações financeiras emitidas em 31/03/2023. O único impacto relevante refere-se à nova apresentação do saldo de adiantamento de clientes (nota 11), que originalmente possuía saldo integralmente apresentado no passivo não circulante de R$ 4.336 e nas demonstrações financeiras reemitidas este saldo foi corretamente segregado entre passivo circulante e passivo não circulante, sendo a primeira classificação no montante de R$ 3.693 e a segunda no montante de R$ 643. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão registradas ao custo, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço, que não superam o valor de mercado ou de realização. **2.4 Ativos financeiros: Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial da contratação. Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos no circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes", "Outras contas a receber" e "Caixa e equivalentes de caixa". **Reconhecimento e mensuração:** Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros em vigor. **Avaliação da recuperabilidade dos ativos: Ativos financeiros:** A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Em 31/12/2022, não havia evidência que indicasse que o valor contábil líquido excedesse o valor recuperável. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **2.5 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela locação de espaço ou venda de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*, se necessária. As contas a receber no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data de encerramento do balanço. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. **2.6 Ativos imobilizados: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui todos os gastos diretamente atribuíveis à aquisição do ativo, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, das perdas de redução ao valor recuperável acumulada *(impairment)*. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **Depreciação:** A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear e em função da vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado. Esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. O valor de um ativo é reduzido imediatamente para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. **2.7 Intangível:** O intangível da Companhia é constituído do direito de exploração do espaço de exposições Anhembi e das áreas adjacentes (Distrito Anhembi) por trinta anos, tempo de concessão de uso. O ativo está sendo amortizado linearmente no período de 30 anos que corresponde ao tempo de vigência do contrato de concessão. Cabe ressaltar que o contrato de concessão em vigor na Companhia não se enquadra na interpretação da norma IFRIC 12, as condições relativas à definição dos serviços prestados e determinação dos preços não sendo cumpridas. Neste caso, o contrato de concessão corresponde a um contrato de locação operacional registrando apenas os pagamentos do aluguel. **2.8 Contas a pagar a fornecedores:** Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, os fornecedores são apresentados como passivo não circulante. Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.9 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: (a) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.10 Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **2.11 Imposto de Renda e Contribuição Social:** A Companhia adota o regime de Lucro Real para a apuração e registro do Imposto de Renda e Contribuição Social. Cabe ressaltar que a provisão para o Imposto de Renda é calculada quando se apura base tributável, aplicando-se a alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% e a Contribuição Social à alíquota de 9% sobre o lucro líquido antes do cálculo do IR, nos termos da legislação vigente. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferido (impostos diferidos) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. **2.12 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de locação de espaço e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando, simultaneamente: (a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança, (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. **(a) Receita com locação de centro de convenções:** As receitas são reconhecidas, pelo regime de competência, quando do primeiro dia de realização da feira e evento. **(b) Receita com locação de área para exploração de estacionamento:** As receitas são reconhecidas, pelo regime de competência, quando da utilização da área de estacionamento dos veículos destinados às feiras e eventos. **(c) Receita com serviços:** As receitas pela prestação de serviços de apoio aos eventos, como equipamentos elétricos, telefonia e internet, estruturas suspensas, serviços gráficos e comissionamento de receita com alimentos e bebidas, são reconhecidas pelo regime de competência, quando da prestação dos serviços contratados. **3. Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • Alteração ao IAS 1 "Apresentação das demonstrações financeiras": emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um *waiver* ou quebra de *covenant*). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 01/01/2023. • Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 01/01/2023. • Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 01/01/2023. • Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 01/01/2023.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2022	2021
Recursos em caixa e depósitos bancários a vista	-	-
Aplicações financeiras	150.185	10.502
	150.185	**10.502**

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de variação de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário, com liquidez imediata e rentabilidade média entre 100% da variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

5. Contas a receber de clientes:

	2022	2021
Recebíveis - Receita de locação	13.529	-
Recebíveis - Estacionamento	1.257	-
Recebíveis - Outros serviços	75	-
Total	**14.861**	**-**

Em 31/12/2022, o montante de contas a receber de clientes com terceiros no total de R$ 14.861 estava composto conforme demonstrado abaixo:

	2022	2021
Contas a receber de clientes a vencer	**699**	**-**
Contas a receber de clientes vencidos		
De um a três meses	269	-
De três a seis meses	6.605	-
De seis a doze meses	7.288	-
Acima de doze meses	-	-
Contas a receber de clientes, líquidas	**14.861**	**-**

Os recebíveis vencidos referem-se a parcelas recebidas pelo poder concedente no período de transição da concessão, porém referente a serviços prestados pela SPE Anhembi. Não foi efetuada provisão para perda em relação a esses montantes, tendo em vista que a Companhia possui saldos a pagar junto ao poder concedente e ambos efetuarão um encontro de contas no decorrer de 2023.

6. Despesas antecipadas:

	2022	2021
Despesas antecipadas (fora grupo)	2.975	-
	2.975	**-**

As despesas antecipadas referem-se a gastos incorridos em período anterior à realização dos eventos. Como exemplo: a) seguro patrimonial; e b) gastos com customização dos espaços locados para os eventos.

7. Impostos e contribuições a recuperar:

	2022	2021
Crédito de COFINS	942	-
Crédito de PIS	215	-
IR sobre aplicação financeira	312	-
COFINS a recuperar	18	-
PIS a recuperar	5	-
	1.492	**-**

A expectativa da Administração é que esses valores sejam realizados no curto prazo; ou seja, no curso normal das operações da Empresa, sendo parcialmente compensados com créditos fiscais, podendo utilizar o saldo negativo da base de IRPJ ou até mesmo com procedimento administrativo perante a Receita Federal utilizando o ressarcimento ao contribuinte através da PERDCOMP. **8. Imobilizado:** Os itens do ativo imobilizado são apresentados ao custo de aquisição ou construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui os custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, contudo o saldo R$ 8.724 apresentado em 31/12/2022 de "Construção em Andamento", não foi objeto do cálculo de depreciação em razão das benfeitorias que serão realizadas no Distrito Anhembi, como previsto no contrato de concessão onerosa.

	2021	Aquisições	Depreciação	2022
Benfeitorias em imóveis de terceiros - Em andamento	-	8.724	-	8.724
Móveis e utensílios	-	9	(1)	8
	-	**8.733**	**(1)**	**8.732**

9. Intangível:

	2021	Aquisições	Amortização	2022
Software	-	36	(2)	34
Concessão do Distrito Anhembi	53.740	-	(2.090)	51.650
	53.740	**36**	**(2.092)**	**51.684**

O saldo correspondente ao software registrado no ativo da Empresa, basicamente refere-se ao sistema de comunicação VPN, que permite controle de acesso ao banco de dados para seus colaboradores em suas atividades operacionais. A amortização do software é determinada de acordo com a expectativa de vida útil-econômica estimada em cinco anos. A amortização do contrato de concessão de uso é calculada pelo método linear em 360 meses, tendo sido determinada de acordo com o contrato de concessão, onde prevê a exploração do distrito pelo período de 30 anos. O início da amortização foi programado com base no edital de publicação da "Ordem de Início", através do Diário Oficial da Cidade de São Paulo em 12/11/2021, contudo em razão dos impactos econômicos ocasionado pela crise sanitária da Covid-19 a Administração optou em realizar a exploração da concessão em janeiro 2022, com base na declaração de fim da pandemia pelos órgãos públicos responsáveis em avaliar a crise pandêmica.

10. Fornecedores:

	2022	2021
Contrato de concessão SP TURIS - São Paulo Turismo S.A.(a)	10.578	35.827
Provisões a pagar fora grupo	6.492	-
Fornecedores fora grupo	1.042	-
	18.112	**35.827**

(a) Com o início das atividades no Distrito Anhembi, a Administração realizou o cálculo da outorga variável referente ao exercício de 2022 com base no contrato de concessão "Processo 7210.2020/0000956-3 Concorrência Internacional nº 001/2020", em suas cláusulas 20 e 21 e anexo IV, ressalta-se que a outorga variável mínima é de R$10.000 milhões, caso o percentual de 12,5% da "Receita Operacional Bruta" seja inferior ao mínimo estipulado, este valor será atualizado pelo índice de reajuste IPCA, anualmente, portanto a outorga será auferida considerando a proporcionalidade do valor mínimo, previsto no anexo IV item 3.6 a 3.8 e deverá ser apurada até o dia 20 (vinte) do mês de maio de cada ano, compreendendo o período fiscal de janeiro a dezembro. Portanto, com base nas cláusulas de regra da outorga variável mínima e devidamente atualizada, a Administração registrou em seus livros o montante de R$10.578 milhões, que deverá desembolsada em doze parcelas mensais, iguais e sucessivas, sendo seu primeiro desembolso em 10 (dez) dias da sua apuração que será em 30/05/2024. As demais composições que fazem parte do saldo da rubrica de fornecedores fora grupo, representa atividades que estão sendo desenvolvidas no decorrer do exercício, assim como a programação dos seus eventos com data programada para o período subsequente. Primeira parcela da outorga variável: De acordo com o item 3.7 do contrato de concessão, excepcionalmente, a primeira parcela da outorga variável será auferida considerando a proporcionalidade entre a outorga variável mínima referente a 365 dias; e os dias corridos entre a ordem de início e o término do ano-calendário. Apesar de a ordem de início ser datada de 12/11/2021, a Administração da Companhia entende que esta data não reflete a data de início das operações, uma vez que a concessão só ficou disponível para operação em janeiro de 2022.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2022 E 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2022	2021
Receita líquidas (Nota 18)	40.916	-
Custos dos serviços prestados (Nota 19)	(29.615)	-
Lucro bruto	**11.301**	**-**
(Despesas) receitas operacionais		
Despesas gerais e administrativas (Nota 19)	(17.172)	-
Outras receitas e (despesas) operacionais (Nota 19)	3.395	-
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	**(2.476)**	**-**
Resultado financeiro líquido (Nota 20)	5.101	-
Lucro ou prejuízo antes do IR e CS	**2.625**	**-**
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente e diferido (Nota 16)	-	-
Lucro do exercício	**2.625**	**-**
Quantidade de ações ordinárias ao final do exercício	**200.392.346**	**-**
Lucro por ação do capital social em reais	**0,01**	**-**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2022 E 2021 - Em milhares de reais

	2022	2021
Lucro do exercício	2.625	-
Total do resultado abrangente do exercício	**2.625**	**-**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2022 E 2021 - Em milhares de reais

		Reserva de lucros			
	Capital social	Reserva legal	Reserva especial de dividendos	AFAC	Total
Em 31/12/2021	**19.435**	**-**	**-**	**8.957**	**28.392**
Integralização de Capital	180.957	-	-	(8.957)	172.000
Lucro Líquido do Exercício	-	131	2.494	-	2.625
Em 31/12/2022	**200.392**	**131**	**2.494**	**-**	**203.017**

11. Adiantamento de clientes:

	2022	2021
Serviço de locação	3.079	-
Estacionamento	1.257	-
	4.336	**-**
Circulante	**3.693**	**-**
Não circulante	**643**	**-**

Os adiantamentos de clientes referem-se ao fluxo de pagamentos contratuais que antecedem a realização dos eventos e feiras a serem realizados no exercício de 2023 a 2025.

12. Partes relacionadas:

	Contas a receber	Fornecedores	Custos e despesas
GL Events Exhibitions S.A.	134	31	49
GL Events Live S.A.	9	179	323
GL Events Brasil Participações	-	3.055	3.206
GL Events Centro de Convenções S.A.	8	269	410
GL Events Imobiliária	-	1	2
SPE GL Events C.C. Imigrantes	5	1.018	1.334
SPE GL Events C.C. Salvador	2	-	-
SPE GL Events C.C. Santos	35	11	13
	193	**4.564**	**5.337**

Trata-se de repasse de gastos compartilhados. Os reembolsos não são tratados como receitas operacionais, mas sim redutoras de custos ou despesas.

13. Impostos e contribuições a recolher:

	2022	2021
COFINS sobre faturamento	239	-
PIS sobre faturamento	52	-
IRRF a recolher	51	-
INSS retido de terceiros	33	-
ISS retido de terceiros	19	-
IRRF retido de terceiros	15	-
ISS sobre faturamento	13	-
Outros	60	-
	482	**-**

14. Patrimônio líquido: (a) Capital social: O capital social é de R$200.392.346,00 (vinte oito milhões, trezentos e noventa e dois mil, trezentos e quarenta e seis reais), subscrito em moeda corrente nacional, dividido em 200.392.346 em ações nominativas no valor unitário de R$1,00 (um real).

Acionista	Quantidade de ações	Valor das ações	Valor total das ações	Participação no capital social
GL EVENTS Brasil Participações Ltda.	200.392.346	R$ 1,00	R$ 200.392.346,00	100%

(b) Adiantamento para futuro aumento de Capital: Em março de 2021, a SPE Anhembi antecipou as parcelas da outorga fixa da concessão, onde após assinar o contrato com SPTURIS em maio de 2021, a SPE Anhembi assumiu o compromisso pactuado decorrente do contrato de outorga, que visa atender às necessidades de investimento da concessão, desta forma, este adiantamento fora concedido em caráter irrevogável, sendo capitalizado mediante às cláusulas contratuais. O aumento de capital corresponde ao montante de R$172.000.000,00 (cento e setenta e dois milhões de reais), dividido em 172.000.000 em ações nominativas no valor unitário de R$1,00 (um real). **(c) Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente, quando ocorre Lucro no exercício, com destinação de 5% do lucro líquido ajustado e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim proteger a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **(d) Distribuição dos lucros:** A Companhia apurou lucro no exercício em 31/12/2022, porém o lucro não foi da atividade operacional, assim a Administração não recomendou a distribuição de lucros, principalmente em razão de ser o primeiro ano de atividade, conforme a publicação em 12/11/2021 no Diário Oficial da Cidade de São Paulo com a ordem de início, desta forma não houve provisão para distribuição de lucros e dividendos. Montante não distribuído foi alocado na reserva especial de dividendos. **15. Instrumentos financeiros:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A gestão desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia, representados por aplicações financeiras, utilizam taxas compatíveis com as de mercado. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado. As informações abaixo apresentam dados sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento do patrimônio social. **Estrutura do gerenciamento de risco:** A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento dessas políticas. As políticas de gerenciamento de risco foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderências aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro em função da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais, basicamente proveniente dos créditos recebíveis de clientes da Companhia e dos outros instrumentos financeiros. **Exposição a riscos de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições e riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno. Até o encerramento do exercício de 2022, a Administração da Companhia manteve posições somente em contas correntes bancárias e financiamentos, e não operou com instrumentos financeiros derivativos. A exposição ao risco cambial é representada pelo saldo de contas a pagar com fornecedores partes relacionadas em moeda estrangeira no montante de R$ 7.001 (Euro 1.108 mil).

16. Imposto de renda e contribuição social:

	2022	2021
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	**(3.102)**	-
Benefício fiscal - Perse	**3.102**	-
	-	**-**

Em 31/12/2022, a Empresa através da sua escrituração fiscal LALUR realizou o cálculo do IRPJ e CSLL, contudo como suas atividades estão enquadradas no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) não houve impacto no resultado do exercício em razão deste benefício fiscal que concede alíquota zero durante os próximos cinco anos, a findar em fevereiro de 2027. **17. Benefício fiscal Perse:** A Coordenação-Geral de Tributação da Receita Federal do Brasil publicou duas soluções de consulta, em 6/03/2022, explicitando o entendimento do órgão sobre o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos "Perse", especialmente no que se refere ao benefício de alíquota zero, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS previsto no artigo 4º da Lei nº 14.148/2021. A RFB apreciou a questão temporal quanto à vigência da alíquota zero de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, dispondo que a redução deve ser aplicada às receitas e resultados referentes aos meses de março de 2022 a fevereiro de 2027, justamente o quanto já previsto no artigo 7º da IN RFB nº 2.114/2022. Tratou, ainda, de procedimentos relacionados com a indicação do benefício nas respectivas obrigações fiscais acessórias. Em síntese, a RFB consigna que: (i) A alíquota zero é aplicada tão somente sobre as receitas e os resultados auferidos pelas pessoas jurídicas pertencentes ao setor de eventos nas atividades relacionadas em ato do Ministério da Economia, devendo o contribuinte, portanto, realizar a segregação das receitas sobre atividades que contemplam o benefício fiscal; (ii) O benefício de alíquota zero não se aplica às empresas optantes pelo Simples Nacional; entretanto, estas empresas podem fruir da alíquota zero caso sejam desenquadradas (a requerimento ou de ofício) do regime simplificado; (iii) Não é necessário que o contribuinte realize a renegociação de dívidas (transação tributária) para fazer jus à alíquota zero; (iv) Tomas atenção em informar aos nossos clientes através dos respectivos documentos fiscais, que nossa prestação de serviços obteve o benefício da redução de alíquotas a zero, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizessem, sujeitarem-se à retenção do IR e das contribuições sobre o valor total da referida nota ou documento fiscal; há previsão específica de dispensa de retenção de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, quando o pagamento se referir a receitas desoneradas. Em 31/12/2022, a Empresa obteve o benefício fiscal da Lei 14.148/2022, assim passou a aplicar a redução de alíquotas a zero; com o advento da aplicação deste benefício, obteve um aumento em sua geração de caixa, além de um ganho em seu resultado operacional de 7%, desta forma o montante R$3.130 (três milhões cento e trinta mil reais) gerou o benefício econômico-financeiro nas demonstrações financeira do Distrito Anhembi em seu primeiro ano de atividade. A reconciliação do resultado bruto é como segue:

	2022	2021
Receita bruta sobre locação de espaços e serviços	44.404	-
Imposto sobre serviços c/ benefício Perse	(74)	-
Impostos sobre serviços (ISS, PIS e COFINS)	(3.488)	-
Benefício Perse alíquota zero (PIS e COFINS)	3.130	-
	44.330	**-**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2022 e 2021 - Em milhares de reais

	2022	2021
Lucro ou prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**2.625**	**-**
Depreciação e amortização	2.093	-
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(16.442)	-
Impostos e contribuições a recuperar	(1.492)	-
Outros ativos	(574)	-
Partes relacionadas	4.371	-
Despesas antecipadas	(2.975)	-
Fornecedores	(17.715)	35.827
Adiantamento de clientes	4.336	-
Obrigações trabalhistas a pagar	1.386	-
Impostos e contribuições a recolher	482	-
Outros passivos	357	23
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**(23.548)**	**35.850**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de intangível	(36)	(53.740)
Aquisição de imobilizado	(8.733)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(8.769)**	**(53.740)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	172.000	28.392
Caixa líquido gerados nas atividades de financiamento	**172.000**	**28.392**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**139.683**	**(10.502)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	10.502	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	150.185	10.502
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**139.683**	**10.502**

18. Receita líquida: A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2022	2021
Receita bruta sobre locação de espaços e serviços	44.404	-
Impostos sobre serviços	(3.488)	-
	40.916	**-**

19. Custos e despesas por natureza e outras receitas:	2022	2021
IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano	(12.469)	-
Contrato de concessão - ônus variável	(10.578)	-
Salários e encargos sociais	(4.952)	-
Serviços de terceiros	(2.739)	-
Energia elétrica, água e gás natural	(3.990)	-
Adequação de espaços para atender aos eventos	(1.702)	-
Contratos fixos de manutenção	(1.783)	-
Depreciação e amortização	(2.093)	-
Serviços de terceiros contratados diretamente relacionado a eventos	(3.381)	-
Créditos de PIS e COFINS	3.586	-
Outros	(3.291)	-
Custo total das vendas e despesas operacionais	**(43.392)**	**-**
Custo	(29.615)	-
Despesas gerais e administrativas	(17.172)	-
Outras receitas e despesas operacionais	3.395	-

20. Resultado financeiro líquido:	2022	2021
Rendimento de aplicação financeira	7.692	-
Juros e multas	3	-
Total de receitas financeiras	**7.695**	**-**
Juros e multas	(63)	-
Despesas bancárias	(2.135)	-
IOF, PIS e COFINS sobre receita financeira	(396)	-
Total de despesas financeiras	**(2.595)**	**-**
Resultado financeiro líquido	**5.101**	**-**

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

Milena Hoette Palumbo
Diretora Presidente

Ede Carlos Alves
Gerente de Contabilidade - CRC 1SP - 203.674/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas **SPE GL events Centro de Convenções Anhembi S.A.** São Paulo - SP. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras da SPE GL events Centro de Convenções Anhembi S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPE GL events Centro de Convenções Anhembi S.A. em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Conforme mencionado na Nota 10 às demonstrações financeiras, a Companhia está negociando junto à SPTURIS (São Paulo Turismo S.A.) o não pagamento da outorga variável do ano de 2021, estabelecida no item 3.7 do contrato de concessão, que prevê o pagamento de R$ 1.342 (um milhão, trezentos e quarenta e dois mil reais) correspondentes ao valor pro-rata dia da outorga mínima de R$ 10.000 (dez milhões de reais), que seria devida entre 12/11/2021 (data da "ordem de início") e o término do exercício em 31/12/2021. A Administração da Companhia entende que o direito de operar a concessão só foi transferido, de fato, em janeiro de 2022, razão pela qual nenhuma obrigação deveria ser reconhecida no exercício findo em 31/12/2021. Até a data do nosso relatório, a Companhia ainda não havia celebrado um acordo com a SPTURIS que a desobrigue do pagamento da outorga variável correspondente ao período findo em 31/12/2021. Como consequência, não foi possível determinarmos se haveria necessidade de efetuar ajustes em relação aos saldos de contas a pagar, assim como nos elementos componentes das demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e notas explicativas. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Ênfase - Reemissão das demonstrações financeiras:** Conforme mencionado na Nota 2.1 às demonstrações financeiras, visando uma melhor apresentação, a administração da Companhia procedeu à correção de divulgações em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2022, adequando-as aos requisitos das normas contábeis. Desta forma, as demonstrações financeiras acima mencionadas estão sendo reemitidas e, portanto, este relatório de auditoria substitui o anteriormente emitido em 31/03/2023. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativa de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos identificados durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 26/04/2023. **Mazars Auditores Independentes -** CRC 2SP023701/O-8 - **Gustavo Adolfo G. Rosseto da Silva -** Contador CRC RJ-117828/O-5.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 43FE-A0BE-8222-7785.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 29/04/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 43FE-A0BE-8222-7785.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/43FE-A0BE-8222-7785 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 43FE-A0BE-8222-7785

Hash do Documento

5B01F432B7D380BF7AB3038442B38DC11DDB5404B409807E5604F3F239DFFC3C

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/04/2023 é(são) :

☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 29/04/2023 01:25 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

SPE GL events Centro de Convenções Imigrantes S.A.

CNPJ nº 18.942.023/0001-80

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2022 e 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Relatório da Diretoria: Srs. Acionistas, em cumprimento as disposições legais e estatutárias, vimos submeter a apreciação de V. Sas. As Demonstrações Financeiras referentes ao Exercícios Sociais findos em 31/12/2022 e 31/12/2021. Estamos a inteira disposição de V. Sas., para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. São Paulo, 27/04/2023. **A Diretoria**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

Ativo	2022	2021
Circulante	**97.278**	**22.269**
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	84.868	16.485
Contas a receber de clientes (Nota 5)	3.593	1.201
Adiantamentos a fornecedores	1.217	388
Impostos a recuperar (Nota 6)	5.603	3.231
Outras contas a receber	1.736	64
Despesas antecipadas	261	900
Não circulante	**21.942**	**14.221**
Contas a receber clientes - Partes relacionadas (Nota 12)	14.024	10.860
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (Nota 18(b))	7.918	3.361
Imobilizado (Nota 7)	328.287	345.740
Direito de uso (Nota 7.1)	109.031	104.578
Intangível (Nota 8)	14.894	15.615
	452.212	**465.933**
Total do ativo	**571.432**	**502.423**

Passivo	2022	2021
Circulante	**80.170**	**97.043**
Fornecedores	1.412	431
Fornecedores - Partes relacionadas (Nota 12)	9.550	13.112
Adiantamentos de clientes (Nota 9)	36.260	66.376
Impostos a recolher	326	1.125
Salários e encargos sociais	1.414	829
Dividendos a pagar (Nota 13)	11.526	2.108
Arrendamento (Nota 11)	5.807	5.096
Outras contas a pagar (Nota 10)	13.116	7.207
Provisão para contingências (Nota 19 a)	759	759
Não circulante	**137.094**	**121.188**
Adiantamentos de clientes (Nota 9)	22.897	15.864
Arrendamento (Nota 11)	114.197	105.324
Patrimônio líquido (14)	**354.168**	**284.192**
Capital social	317.597	317.597
Reservas de lucros	36.571	6.336
Prejuízos acumulados	-	(39.741)
Total do passivo e patrimônio líquido	**571.432**	**502.423**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2022	2021
Receitas líquidas (Nota 15)	**137.520**	**19.531**
Custos (Nota 16)	(43.171)	(23.777)
Prejuízo bruto	**94.349**	**(4.246)**
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas (Nota 16)	(14.064)	(12.850)
Outras despesas operacionais (Nota 16)	(2.114)	(3.204)
	(16.178)	**(16.054)**
Prejuízo operacional	**78.171**	**(20.300)**
Resultado financeiro líquido (Nota 17)	(3.334)	(1.481)
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**74.837**	**(21.781)**
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente (nota 18)	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos (nota 18)	4.557	633
Prejuízo do exercício	**79.394**	**(21.148)**
Quantidade de ações ordinárias ao final do exercício	**317.596.529**	**317.596.529**
Lucro (Prejuízo) por ação do capital social em R$	**0,25**	**(0,07)**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

	2022	2021
Lucro (Prejuízo) do exercício	79.394	(21.148)
Total do resultado abrangente do exercício	**79.394**	**(21.148)**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva especial de dividendos não distribuídos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 01/12/2021	**347.597**	**5.492**	**844**	**(18.593)**	**335.340**
Redução de capital	(30.000)	-	-	-	(30.000)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(21.148)	(21.148)
Em 31/12/2021	**317.597**	**5.492**	**844**	**(39.741)**	**284.192**
Lucro do exercício	-	-	-	79.394	79.394
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(9.418)	(9.418)
Constituição de reserva	-	1.983	28.252	(30.235)	-
Em 31/12/2022	**317.597**	**7.475**	**29.096**	**-**	**354.168**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

Fluxos de caixa de atividades operacionais	2022	2021
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**74.837**	**(21.781)**
Ajustes de: Amortização do intangível	721	721
Amortização do direito de uso (IFRS 16)	5.353	1.251
Depreciação do imobilizado	17.453	17.469
Resultado do exercício ajustado	**98.364**	**(2.340)**
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes - Terceiros	(2.392)	(718)
Contas a receber de clientes - Partes relacionadas	(3.164)	(728)
Adiantamento a fornecedores	(829)	(63)
Impostos a recuperar	(2.372)	(1.303)
Outras contas a receber	(1.672)	(22)
Despesas antecipadas	639	(793)
Fornecedores - Terceiros	981	(43)
Fornecedores - Partes relacionadas	(3.652)	(564)
Adiantamento de clientes	(23.083)	9.487
Impostos a recolher	(799)	1.044
Salários e encargos sociais	585	(151)
Outras contas a pagar	5.909	1.469
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**68.605**	**5.275**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aumento do direito de uso (IFRS 16)	(9.806)	(6.516)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(9.806)**	**(6.516)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Redução de capital	-	(30.000)
Aumento de arrendamentos - Terceiros	9.584	9.229
Caixa líquido gerados nas atividades de financiamento	**9.584**	**(20.771)**
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**68.383**	**(22.012)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	16.485	38.497
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	84.868	16.485
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**68.383**	**(22.012)**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais: A SPE GL events Centro de Convenções Imigrantes S.A. ("Companhia") foi constituída em 02/09/2013, com o propósito específico de realizar o planejamento, a implantação e a operação do uso do recinto de exposições Sálvio Pacheco de Almeida Prado ("São Paulo Expo") e das áreas adjacentes por trinta anos, visando a realização de feiras, exposições e eventos e à instalação de equipamentos de apoio, com o objetivo de observar, cumprir e fazer cumprir o disposto no Contrato de Concessão de Direito e Uso e Exploração de Bem Público nº 031/2013. A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede no município de São Paulo - SP. A SPE GL events Centro de Convenções Imigrantes S.A. pagará ao Poder Concedente, Prefeitura Municipal de São Paulo, o valor de R$201.513 (duzentos e um milhões, quinhentos e treze mil reais) durante o prazo de 30 anos, como Outorga fixa, corrigida anualmente pelo Indice Nacional de preços ao Consumidor Amplo INPCA/IBGE, ou por outro Indice que vier a substituí-lo. A Companhia inicialmente efetuou o pagamento de R$21.621 (Vinte e um milhões, seiscentos e vinte e um mil reais) como parte da Outorga Fixa. E pagará, a Título de Outorga Variável, trimestralmente no valor de 1% do Faturamento Bruto, pelo Prazo da Concessão. A Amortização da Outorga Fixa, será linear pelo Prazo da Concessão. A Companhia realizou durante os exercícios de 2014 a 2016, o Projeto de Expansão e Ampliação do São Paulo Expo, tornando o mais novo centro de Exposições, Congressos e Convenções da capital paulista, com uma área de 100 mil m², o complexo arquitetônico é multifuncional, capaz de sediar feiras de negócios e de público, congressos e eventos corporativos nacionais e internacionais, além de eventos culturais, sociais, esportivos e de entretenimento, cuja entrega definitiva e funcionamento ocorreu em julho de 2016. No exercício de 2019, os seguintes investimentos foram realizados: i) cumprimento da compensação ambiental junto às autoridades do município de São Paulo, decorrente do projeto citado acima, que resultou no Plantio de 6.686 mudas no Parque Aterro Sapopemba e a entrega de 2001 mudas no Viveiro Manequinho Lopes; e ii) implantação da passarela de pedestres visando gerar melhoria a fluidez no tráfego da região e permitir maior segurança aos visitantes dos eventos. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 26/04/2023. **1.1 Impactos - COVID 19:** Em 31/01/2020, a Organização Mundial da Saúde ("OMS") anunciou que o Coronavírus ("COVID-19") é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras. A direção da Companhia aplicou algumas ações para mitigar os efeitos do Coronavirus cancelando ou postergando diversos contratos de prestadores de serviços reduzindo dessa forma custos e despesas fixas. De concreto tivemos o cancelamento de dois eventos com redução da margem e receita líquida como segue: Salão do Automóvel (redução da margem em R$6.300 e receita líquida em R$9.500) e Festival do Japão (redução da margem em R$2.200 e receita líquida em R$2.400). Não obstante, a Companhia seguiu monitorando de forma diligente toda e qualquer informação a respeito do tema, e avaliou, de acordo com a evolução do mesmo, a necessidade de divulgação de fato relevante e/ou alteração das projeções e estimativas relacionados aos riscos reportados no seu formulário de referência, de forma a deixar seus acionistas e o mercado informados acerca de mudanças de avaliação que tragam efeitos relevantes. Em 2021, a Companhia teve sua receita líquida de R$19.531 (dezenove milhões, quinhentos e trinta e um mil reais) ainda impactada pelo surto da COVID-19, apesar de seus esforços para a contratação de novos eventos para a continuidade dos negócios. No Exercício de 2022, com a declaração do fim da pandemia pelos órgãos públicos responsáveis em medir e avaliar essa questão a Companhia realizou novos eventos (Abimad 31', Feicom Batmat, Hospitalar, São Paulo Boat Show, Salão do Automóvel, entre outras), com geração de receita de aproximadamente R$150.000 (cento e cinquenta milhões de reais), voltando assim aos patamares de faturamento de seu potencial máximo de operação em 2022. A Receita Líquida foi de R$137.520 (Cento e trinta e sete milhões, quinhentos e vinte mil reais), operando dentro do Projetado para o exercício de 2022, Pós Pandemia da COVID-19. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. **2.1 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.3. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **2.3 Estimativas contábeis críticas:** Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, cálculo do ativo de direito de uso e passive de arrendamento e determinações de provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. **2.4 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante. **2.5 Ativos financeiros: a) Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Em 31/12/2022, a Companhia não possui ativos financeiros que se enquadrem na categoria de mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). **(b) *Impairment* de ativos financeiros:** A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* poderiam incluir, dentre outros: • Dificuldade financeira relevante do emissor ou contraparte; • Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; • O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; • Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos. O *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento, quando aplicável, tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. **2.6 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela locação de espaço ou venda de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*, se necessária. As contas a receber no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data de encerramento do balanço. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. **2.7 Ativos imobilizados: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui todos os gastos diretamente atribuíveis à aquisição do ativo, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, das perdas de redução ao valor recuperável acumulada *(impairment).* Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **Depreciação:** A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear e em função da vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado. Esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. O valor de um ativo é reduzido imediatamente para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. **2.8 Intangível:** O intangível da Companhia é constituído do direito de exploração do espaço de exposições Sálvio Pacheco de Almeida Prado e das áreas adjacentes por trinta anos, tempo de concessão de uso. O ativo está sendo amortizado linearmente no período de 30 anos que corresponde ao tempo de vigência do contrato de concessão. Cabe ressaltar que o contrato de concessão em vigor na companhia não se enquadra na interpretação da norma IFRIC 12, as condições relativas à definição dos serviços prestados e determinação dos preços não sendo cumpridas. Neste caso, o contrato de concessão corresponde a um contrato de locação operacional registrando apenas os pagamentos do aluguel. **2.9 Contas a pagar a fornecedores:** Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, os fornecedores são apresentados como passivo não circulante. Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.10 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: (a) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.11 Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **2.12 Imposto de Renda e Contribuição Social:** A Companhia adota o regime de Lucro Real para a apuração e registro do Imposto de Renda e Contribuição Social. Cabe ressaltar que a provisão para o Imposto de Renda é calculada quando se apura base tributável, aplicando-se a alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% e a Contribuição Social à alíquota de 9% sobre o lucro líquido antes do cálculo do Imposto de Renda, nos termos da legislação vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferido (impostos diferidos) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. No exercício de 2022, a Companhia aderiu ao PERSE. Os detalhes podem ser encontrados na nota 18 (a). **2.13 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de locação de espaço e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando, simultaneamente: (a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança, (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. **(a) Receita com locação de centro de convenções:** As receitas são reconhecidas, pelo regime de competência, quando do primeiro dia de realização da feira e evento. **(b) Receita com locação de área para exploração de estacionamento:** As receitas são reconhecidas, pelo regime de competência, quando da utilização da área de estacionamento dos veículos destinados às feiras e eventos. **(c) Receita com serviços:** As receitas pela prestação de serviços de apoio aos eventos, como equipamentos elétricos, telefonia e internet, estruturas suspensas, serviços gráficos e comissionamento de receita com alimentos e bebidas, são reconhecidas pelo regime de competência, quando da prestação dos serviços contratados. **3. Novas normas e pronunciamentos:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações financeiras": emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um *waiver* ou quebra de *covenant*). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 01/01/2023. • Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 01/01/2023. • Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 01/01/2023. • Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 01/01/2023.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2022	2021
Recursos em caixa e depósitos bancários a vista	524	197
Aplicações financeiras	84.344	16.288
	84.868	**16.485**

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de variação de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário, com liquidez imediata e rentabilidade de 100% da variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

5. Contas a receber de clientes:

	2022	2021
Contas a receber de clientes - Terceiros	4.393	2.001
(-) Provisão para expectativa de créditos de liquidação duvidosa	(800)	(800)
Contas a receber de clientes, líquidas	**3.593**	**1.201**

Em 31/12/2022, o montante de contas a receber de clientes com terceiros no total de R$4.393 (2021 - R$2.001) estava provisionado conforme demonstrado abaixo:

	2022	2021
Contas a receber de clientes a vencer	**2.488**	**960**
Contas a receber de clientes vencidos		
De um a três meses	-	-
De três a seis meses	939	-
De seis a doze meses	-	75
Acima de doze meses	966	966
Contas a receber de clientes, líquidas	**4.393**	**2.001**

As movimentações na provisão para expectativa de créditos de liquidação duvidosa são as seguintes:

	2022	2021
Em 1º. de janeiro	**800**	**800**
Complemento de provisão	-	-
(-) Reversão da provisão	-	-
Em 31 de dezembro	**800**	**800**

6. Impostos a recuperar:

	2022	2021
Créditos de COFINS	3.380	1.902
Créditos de PIS	744	413
IRRF sobre aplicação financeira	755	391
Antecipação de IRPJ	336	336
Antecipação de CSLL	188	188
PCC-IRRF-INSS sobre faturamento	200	1
	5.603	**3.231**

7. Imobilizado:

Imobilizado de uso	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Computadores e periféricos	Softwares	Obras em andamento	Total
Taxa de depreciação - % a.a.	**4%**	**10%**	**10%**	**10%**	**20%**	**20%**	**-**	**-**
Custo	435.918	270	188	122	68	2.585	1.200	440.351
Depreciação acumulada	(93.292)	(123)	(73)	(101)	(22)	(1.000)	-	(94.611)
Saldo em 31/12/2021	**342.626**	**147**	**115**	**21**	**46**	**1.585**	**1.200**	**345.740**
Adição	-	-	-	-	-	-	-	
Depreciação	(17.054)	(22)	(18)	(14)	(7)	(338)	-	(17.453)
Saldo em 31/12/2022	**325.572**	**125**	**97**	**7**	**39**	**1.247**	**1.200**	**328.287**
Custo	435.918	270	188	122	68	2.585	1.200	440.351
Depreciação acumulada	(110.346)	(145)	(91)	(115)	(29)	(1.338)	-	(112.064)
Saldo em 31/12/2022	**325.572**	**125**	**97**	**7**	**39**	**1.247**	**1.200**	**328.287**

(a) Outras informações: O montante de depreciação e amortização foram apresentados na rubrica de custos dos serviços prestados no montante de R$22.468 (2021 - R$18.832) e na rubrica de despesas operacionais no valor de R$338 (2021 - R$338). O valor contábil bruto de itens do ativo imobilizado totalmente depreciados que ainda estão em uso era de R$282 (2021 - R$111).

7.1 Direito de uso:

	2022	2021
Direito de uso	120.718	110.911
Amortização acumulada	(11.687)	(6.333)
	109.031	**104.578**

Saldo referente às parcelas fixas estabelecidas no contrato de concessão. Os detalhes sobre o contrato estão apresentados na nota 1.

8. Intangível:

	2022	2021
Outorga do direito de uso e exploração do bem público	21.621	21.621
Amortização acumulada	(6.727)	(6.006)
	14.894	**15.615**

O intangível é constituído do direito de exploração do recinto de exposições Sálvio Pacheco de Almeida Prado e das áreas adjacentes por trinta anos, tempo de concessão de uso e exploração do Centro de Convenções, adquirido inicialmente pela Controladora GL Events Centro de Convenções S.A. e transferido formalmente em dezembro de 2014 para a SPE GL events Centro de Convenções Imigrantes S.A. O ativo está sendo amortizado linearmente no período de 30 anos que corresponde ao tempo de vigência do contrato de concessão.

9. Adiantamento de clientes:

	2022	2021
Contratos de Locação de Espaço	57.869	80.960
Caução	1.188	1.180
Outros	100	100
	59.157	**82.240**
Circulante	36.260	66.376
Não circulante	22.897	15.864

Os adiantamentos de clientes referem-se ao fluxo de pagamentos contratuais que antecedem a realização dos eventos e feiras a serem realizados no exercício de 2022 a 2024. **10. Outras contas a pagar:** Composto substancialmente pelas Provisões de Despesas em Eventos Realizados onde a Documentação Fiscal, não foi Entregue para Contabilização dentro do mês de Realização do Evento.

	2022	2021
Provisões de despesas em eventos - Terceiros	13.116	7.207
	13.116	**7.207**

11. Arrendamento: (i) Atendendo ao IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil, e interpretações relacionadas, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores).

	2022	2021
Direito de uso do Centro de Convenções São Paulo Expo (aluguel fixo)	120.004	110.420
	120.004	**110.420**
Circulante	5.807	5.096
Não circulante	114.197	105.324

12. Partes relacionadas:

2022	Contas a receber	Fornecedores	Receitas	Custos e despesas
GL Events Exhibitions S.A.	8.895	85	3.635	22
GL Events Live S.A.	1.867	3.828	653	63
GL Events Brasil Participações	820	1.747	35	18
GL Events Centro de Convenções S.A.	1.035	1.172	-	183
GL Events Imobiliária	50	40	-	-
C.J. Executive	4	-	1	-
SPE GL Events C.C. Salvador	489	-	-	-
SPE GL Events C.C. Anhembi	864	5	-	-
Top Gourmet Catering Serviços	-	3	-	3
GL Events - France	-	2.670	-	2.606
	14.024	**9.550**	**4.324**	**2.895**

2021	Contas a receber	Fornecedores	Receitas	Custos e despesas
GL Events Exhibitions S.A.	7.100	111	6.275	36
GL Events Live S.A.	1.587	800	723	97
GL Events Brasil Participações	820	3.576	35	1.277
GL Events Centro de Convenções S.A.	549	1.528	-	589
GL Events Imobiliária	46	40	-	-
C.J. Executive	4	-	1	-
SPE GL Events C.C. Salvador	425	5	-	4
SPE GL Events C.C. Santos	329	47	-	46
Top Gourmet Catering Serviços	-	3	-	3
GL Events - France	-	7.002	-	7.001
	10.860	**13.112**	**7.034**	**9.053**

Custos e Despesas/Reembolso Ativo - Trata-se de repasse de gastos compartilhados. Os reembolsos não são tratados como receitas operacionais, mas sim redutoras de custos ou despesas. Receitas - Relacionadas a locação de espaço para eventos (Exhibitions) locação de Equipamentos (Live). **(i) Remuneração do pessoal-chave da Administração:** Em 31/12/2022, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a direção e a presidência da Companhia, totalizou R$ 1.320 (2021 - R$898) e inclui salários, honorários e benefícios variáveis.

13. Dividendos a pagar:

	2022
Lucro Líquido do Exercício	**79.394**
Compensação de prejuízos acumulados	(39.741)
Constituição de reserva legal 5%	1.983
Base de cálculo dos dividendos	**37.670**
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	9.418
Total de Dividendos Exercício 2022	**9.418**
Total de Dividendos Acumulados até 2021	**2.108**
Total de Dividendos a Pagar	**11.526**

14. Patrimônio líquido: (a) Capital social: Em 2020, não ocorreram alterações de capital social, permanecendo R$347.597, representado por 347.596.528 ações nominativas. Em 2021, ocorreu redução de capital no valor de R$30.000 (trinta milhões de reais) por encontrar-se excessivo em relação ao seu objeto social, nos termos do artigo 173 da Lei 6.404/76, com cancelamento de 30.000.000 (trinta milhões) de ações de emissão da Companhia, passando o capital social à R$ 317.597, representado por 317.596.528 ações nominativas. Em 2022, não ocorreram alterações de capital social, permanecendo R$317.587, representado por 317.596.528 ações nominativas.

Acionista	Quantidade de ações	Valor das ações	Valor total das ações	Participação no capital social
GL EVENTS Brasil Participações Ltda.	317.596.528	R$1,00	R$317.596.528	100%

(b) Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente, quando ocorre Lucro no exercício, com destinação de 5% do lucro líquido ajustado e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim proteger a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **(c) Distribuição dos lucros:** A Companhia apurou lucro no exercício em 31/12/2022, no montante de R$79.394 (Setenta e nove milhões, trezentos e noventa e quatro mil reais) que absorveu o prejuízo acumulado de R$39.741 (Trinta e nove milhões, setecentos e quarenta e um mil reais) gerando um lucro acumulado de R$39.653 (Trinta e nove milhões, seiscentos e cinquenta e três mil reais) sendo que após a constituição de reserva mínima obrigatória de R$1.983 (Um milhão, novecentos e oitenta e três mil reais) ficou a disposição para distribuição o valor de R$37.670 (Trinta e sete milhões, seiscentos e setenta mil reais). As ações ordinárias têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei n° 6.404/76, ressalvadas as hipóteses previstas nos §§3º e 4º do Artigo 202 da referida lei. A memória de cálculo se encontra na nota 13. **15. Receita líquida:** A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2022	2021
Receita bruta sobre locação de espaços e serviços	152.596	21.585
Impostos sobre serviços	(15.076)	(2.054)
	137.520	**19.531**

16. Custos e despesas por natureza:

	2022	2021
Depreciação e amortização	(22.807)	(18.720)
Serviços de terceiros contratados diretamente relacionado a eventos	(12.574)	(429)
Energia elétrica, água e gás natural	(8.196)	(2.058)
Salários e encargos sociais	(7.145)	(7.712)
Contrato de concessão - Ônus variável	(1.526)	(216)
Contrato de concessão - Outorga fixa	(721)	(721)
Serviços de terceiros	(641)	(5.347)
Adequação de espaços para atender aos eventos	(147)	(807)
Contingências	(133)	(1)
Recrutamento e seleção	(29)	(10)
Contribuições a entidades	(1)	(6)
Outros	(5.429)	(3.804)
Custo total das vendas e despesas operacionais	**(59.349)**	**(39.831)**
Custo	(43.171)	(23.777)
Despesas gerais e administrativas	(14.064)	(12.850)
Outras despesas operacionais	(2.114)	(3.204)

17. Resultado financeiro líquido:

	2022	2021
Rendimento de aplicação financeira	5.066	616
Juros e multas	4	173
Variação cambial	328	1
Outras	15	-
Total de receitas financeiras	**5.413**	**790**
Juros e multas	(7.822)	(1.881)
Despesas bancárias	(172)	(353)
Variação Cambial	(517)	-
PIS e COFINS sobre receita financeira	(236)	(37)
Total de despesas financeiras	**(8.747)**	**(2.271)**
Resultado financeiro líquido	**(3.334)**	**(1.481)**

18. Imposto de Renda e Contribuição Social:

	2022	2021
Imposto de Renda e Contribuição Social	(21.009)	-
Benefício fiscal - Perse	21.009	-
	-	-

Em 31/12/2022, a Companhia através da sua escrituração fiscal LALUR realizou o cálculo do IRPJ e CSLL, contudo como suas atividades estão enquadradas no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) não houve impacto no resultado do exercício em razão deste benefício fiscal que concede alíquota zero durante os próximos cinco anos, a findar em fevereiro de 2027. **(a) Benefício fiscal Perse:** A Coordenação-Geral de Tributação da Receita Federal do Brasil publicou duas soluções de consulta, em 06/03/2022, explicitando o entendimento do órgão sobre o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos "Perse", especialmente no que se refere ao benefício de alíquota zero, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS previsto no artigo 4º da Lei nº 14.148/2021. A RFB apreciou a questão temporal quanto à vigência da alíquota zero de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, dispondo que a redução deve ser aplicada às receitas e resultados referentes aos meses de março de 2022 a fevereiro de 2027, justamente o quanto já previsto no artigo 7º da IN RFB nº 2.114/2022. Tratou, ainda, de procedimentos relacionados com a indicação do benefício nas respectivas obrigações fiscais acessórias. Em síntese, a RFB consigna que: (i) A alíquota zero é aplicada tão somente sobre as receitas e os resultados auferidos pelas pessoas jurídicas pertencentes ao setor de eventos nas atividades relacionadas em ato do Ministério da Economia, devendo o contribuinte, portanto, realizar a segregação das receitas sobre atividades que contemplam o benefício fiscal; (ii) O benefício de alíquota zero não se aplica às empresas optantes pelo Simples Nacional; entretanto, estas empresas podem fruir da alíquota zero caso sejam desenquadradas (a requerimento ou de ofício) do regime simplificado; (iii) Não é necessário que o contribuinte realize a renegociação de dívidas (transação tributária) para fazer jus à alíquota zero; (iv)Tomar atenção em informar aos nossos clientes através dos respectivos documentos fiscais, que nossa prestação de serviços obteve o benefício da redução de alíquotas a zero, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizessem, sujeitarem-se à retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total da referida nota ou documento fiscal; há previsão específica de dispensa de retenção de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, quando o pagamento se referir a receitas desoneradas. Em 31/12/2022, a Companhia obteve o benefício fiscal da Lei 14.148/2022, assim passou a aplicar a redução de alíquotas a zero; com o advento da aplicação deste benefício, obteve um aumento em sua geração de caixa, além de um ganho em seu resultado operacional de 26,5%. **(b) Composição Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos:** Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos têm a seguinte natureza:

Diferenças temporárias	2022	2021
Saldo entre provisões de receitas e despesas em eventos	15.378	6.869
Taxa de administração	815	1.457
Provisões para perdas trabalhistas	759	759
Provisão para expectativa de crédito de liquidação duvidosa	800	800
Prejuízo fiscal acumulado em 31/12/2022	5.536	-
	23.288	**9.885**
Alíquota combinada de Imposto de Renda e Contribuição Social -%	34	34
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativo	**7.918**	**3.361**

19. Provisão para contingências: A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhistas decorrentes do curso normal de suas atividades. A avaliação do risco de perda de cada processo é efetuada com base na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, que levam em conta a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais. As provisões para contingências foram constituídas para aqueles processos cuja avaliação de risco é considerada como provável de perda. **(a) Contingências - Prováveis:**

Causas	2022	2021
Trabalhistas	759	759
Total	**759**	**759**

As ações movidas contra a Companhia com probabilidade de risco de perda classificada pelos nossos consultores jurídicos internos e externos como possível totalizam R$91 de natureza cível (2021 - R$13.841) e R$350 de natureza trabalhista (2021 - R$1.819). **20. Instrumentos financeiros:** A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A gestão desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia, representados por aplicações financeiras, utilizam taxas compatíveis com as de mercado. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado. As informações abaixo apresentam dados sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento do patrimônio social. **Estrutura do gerenciamento de risco:** A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento dessas políticas**.** As políticas de gerenciamento de risco foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderências aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro em função da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais, basicamente proveniente dos créditos recebíveis de clientes da Companhia e dos outros instrumentos financeiros. **Exposição a riscos de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições e riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno. Até o encerramento do exercício de 2022, a Administração da Companhia manteve posições somente em contas correntes bancárias e financiamentos, e não operou com instrumentos financeiros derivativos. A exposição ao risco cambial é representada pelo saldo de contas a pagar com fornecedores partes relacionadas em moeda estrangeira no montante de R$468 (Euro mil). **21. Eventos subsequentes:** Em 08/02/2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recurso Extraordinário n° 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário n° 955.227. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma Companhia conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido. A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicas, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações financeiras de 31/12/2022. **22. Cobertura com Seguros:** A Empresa e as demais vinculadas ao Grupo Econômico, adotam uma política de seguros que considera principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros em 31/12/2022:

Seguradora	Valor segurado	Ramo	Vigência	Unidade
Pottencial	**R$35.836**	Seguro garantia	31.08.2022 a 27.02.2024	São Paulo Expo
AIG - Seguradora	**R$600.000**	Seguro patrimonial	01/01/2022 a 31/12/2022	São Paulo Expo
Generali	**R$19.049**	Responsabilidade civil	01/01/2022 a 31/12/2022	São Paulo Expo

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

SPE GL Events Centro de Convenções Imigrantes S.A.
Milena Hoette Palumbo - Diretora Presidente
Rodrigo Otavio de Almeida - Contador - CRC - 72.950/O-8 - RJ

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas **SPE GL events Centro de Convenções Imigrantes S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da SPE GL events Centro de Convenções Imigrantes S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPE GL events Centro de Convenções Imigrantes S.A. em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalvas. **Ênfase - Partes relacionadas:** Conforme mencionado na Nota 12, a Companhia realiza transações em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Consequentemente, os resultados de suas operações, bem como sua posição patrimonial e financeira, podem ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativa de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos identificados durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 27/04/2023. **Mazars Auditores Independentes -** CRC 2SP023701/O-8 - **Gustavo Adolfo Guimarães Rosseto da Silva -** Contador CRC RJ-117828/O-5.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F05D-45B1-E054-B4C8.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 29/04/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código F05D-45B1-E054-B4C8.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/F05D-45B1-E054-B4C8 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: F05D-45B1-E054-B4C8

Hash do Documento

DAD0D4912822CC7EEE0F04D966383D5F84EA69D2287543B909F6920CC4F0C3FE

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/04/2023 é(são) :

☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 29/04/2023 01:25 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

TOTVS TECHFIN S.A.

CNPJ Nº 37.896.148/0001-66

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais, a TOTVS Techfin S.A., submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório de auditoria emitido pelos auditores independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A TOTVS Techfin é uma empresa do grupo TOTVS focada nos negócios de disponibilização de serviços financeiros, como produtos de tecnologia voltados para serviços financeiros, parcerias, produtos que possuem algum grau de risco de crédito e/ou a definição e/ou a aplicação das políticas de crédito. Na TOTVS Techfin também estão consolidados os rendimentos da cota subordinada do FIDC, para o qual a Supplier cede os créditos originados. A TOTVS Techfin está inserida na dimensão de Techfin do grupo TOTVS que visa simplificar, ampliar e democratizar o acesso dos clientes SMB da TOTVS a serviços financeiros B2B, contemplando negócios da Supplier e dos novos produtos.

BALANÇO PATRIMONIAL- Em 31 de Dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	Controladora 2022	Consolidado 2022
CIRCULANTE		**109.967**	**2.519.863**
Caixa e equivalentes de caixa	6	7.384	164.755
Aplicações financeiras	7	-	461.895
Outros Investimentos	8	98.595	-
Contas a receber de clientes	9	1.783	1.836.965
Tributos a recuperar		1.190	4.078
Outros ativos	12	1.015	52.170
NÃO CIRCULANTE		**358.805**	**304.115**
Crédito com empresas ligadas	11	968	32
Ativo fiscal diferido	10	4.106	165.599
Depósito judicial		-	465
Investimentos	13	340.361	-
Imobilizado	14	1.120	6.406
Intangível	15	12.250	131.613
Total do Ativo		**468.772**	**2.823.978**

PASSIVO	Nota	Controladora 2022	Consolidado 2022
CIRCULANTE		**10.086**	**2.361.753**
Obrigações sociais e trabalhistas	16	5.836	23.088
Fornecedores		269	9.478
Obrigações fiscais		431	2.636
Comissões a pagar		86	1.873
Dividendos a pagar		3.024	3.024
Empréstimos e arrendamentos		-	1.159
Repasse para parceiros	17	-	678.215
Cotas sênior e mezanino	19	-	1.638.887
Outros passivos		440	3.393
NÃO CIRCULANTE		**1.331**	**4.870**
Empréstimos e arrendamentos		-	1.749
Provisão para contingências	18	-	1.166
Outros passivos		1.331	1.955
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20	**457.355**	**457.355**
Capital social		614.000	614.000
Reserva de capital		(166.352)	(166.352)
Reserva de lucros		9.707	9.707
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**468.772**	**2.823.978**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora 2022	Consolidado 2022
Softwares	22	5.459	5.459
Produtos de crédito	22	-	199.186
Receita Líquida		**5.459**	**204.645**
Custo de software	23	(1.959)	(1.959)
Custo de produtos de crédito	23	-	(84.495)
Lucro Bruto		**3.500**	**118.191**
Receitas (Despesas) Operacionais			
Pesquisa e desenvolvimento	23	(13.857)	(20.468)
Despesas comerciais e marketing	23	(5.035)	(41.201)
Despesas gerais e administrativas	23	(638)	(38.200)
Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas	23	49	(581)
(Prejuízo) Lucro antes dos efeitos financeiros e da equivalência patrimonial		**(15.981)**	**17.741**
Receitas financeiras	24	4.692	658
Despesas financeiras	24	(1)	(110)
Resultado da equivalência patrimonial	13	19.915	-
Lucro antes tributação do imposto de renda e contribuição social		**8.625**	**18.289**
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	(3.411)
Imposto de renda e contribuição social diferido		4.106	(2.147)
Total do imposto de renda e contribuição social	10	**4.106**	**(5.558)**
Lucro líquido do exercício		**12.731**	**12.731**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social Integralizado	Reserva de Capital	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva de Lucros: Retenção de Lucros	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido	Patrimônio Líquido Consolidado
Saldo em 1 de janeiro de 2022		-	-	-	-	-	-	-
Transação de capital com sócios		**614.000**	**(166.352)**	-	-	**(3.024)**	**444.624**	**444.624**
Aumento de capital	20	614.000	-	-	-	-	614.000	614.000
Plano de outorga de ações		-	3.897	-	-	-	3.897	3.897
Dividendos	20	-	-	-	-	(3.024)	(3.024)	(3.024)
Reserva especial de ágio (incorporação)	20	-	(170.249)	-	-	-	(170.249)	(170.249)
Resultado abrangente total		-	-	-	-	**12.731**	**12.731**	**12.731**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	12.731	12.731	12.731
Constituição de reservas	**20**	-	-	**637**	**9.070**	**(9.707)**	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**614.000**	**(166.352)**	**637**	**9.070**	-	**457.355**	**457.355**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

	Controladora 2022	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	**12.731**	**12.731**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**12.731**	**12.731**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora 2022	Consolidado 2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes da tributação do imposto de renda e contribuição social		**8.625**	**18.289**
Ajustes por:			
Depreciação e amortização		3.131	17.328
Pagamento baseado em ações		3.897	3.897
Perda (ganho) na baixa de ativo permanente		971	1.202
Provisão para perda esperada	9	12	20.787
Equivalência patrimonial	13	(19.915)	-
Provisão para contingências		-	352
Remuneração dos cotistas sênior e mezanino do Supplier FIDC		-	77.329
Juros e variações cambiais e monetárias, líquidos		(2.472)	64
		(5.751)	**139.248**
Variação em ativos e passivos operacionais			
Contas a receber de clientes		(1.795)	(13.767)
Impostos a recuperar		(1.190)	9.812
Outros ativos		(385)	(23.615)
Obrigações sociais e trabalhistas		2.212	8.741
Fornecedores		269	1.363
Impostos a pagar		431	(7.523)
Outras contas a pagar		1.328	(1.773)
Caixa gerado nas operações		**(4.881)**	**112.486**
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(1.783)
Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais		**(4.881)**	**110.703**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Pagamento pela aquisição de ativo imobilizado	14	(696)	(1.078)
Pagamento pela aquisição de intangível	15	(2.349)	(3.196)
Aplicações financeiras		-	(138.634)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(3.045)**	**(142.908)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aporte de capital	4	16.278	188.112
Pagamento das parcelas de arrendamento mercantil		-	(498)
Aplicações (resgate) de cotas sênior e mezanino		-	9.378
Crédito com empresas ligadas		(968)	(32)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		**15.310**	**196.960**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		**7.384**	**164.755**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		7.384	164.755

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A TOTVS Techfin S.A., (“TOTVS Techfin” ou “Companhia”), antes denominada Katrina Participações S.A., sediada na Avenida Braz Leme, 1.000 na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, teve sua operação iniciada em 21 de fevereiro de 2022 e tem por objetivo operar uma plataforma digital de serviços financeiros para pequenas e médias empresas, através da integração de uma gama completa de serviços financeiros. Em 12 de abril de 2022 foi assinado o Acordo de Investimento entre TOTVS S.A. e Itaú Unibanco S.A. para a criação da *Joint Venture* TOTVS Techfin (JV), onde nesta transação a TOTVS, controladora da TOTVS Techfin, e o Itaú, cada um, deterão 50% na participação da JV. O fechamento da operação depende da aprovação do Banco Central do Brasil (BACEN), bem como da verificação de outras condições usuais para esse tipo de operação, compreendendo uma reorganização societária com a contribuição de determinados bens e direitos para o capital da JV, pela TOTVS. Até a data da divulgação dessas demonstrações financeiras, estas condições ainda não tinham sido atingidas.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia e suas controladas. **2.2. Base de preparação e apresentação:** A divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas que são apresentadas neste documento foram aprovadas na Reunião da Diretoria realizada em 28 de abril de 2023. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outro modo. **2.3. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2022. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor). A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que deixar de exercer o controle sobre ela. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre a Companhia e suas controladas, são totalmente eliminados na consolidação. Perda de controle - Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia e suas controladas deixam de reconhecer os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia e suas controladas retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Investidas	Sede	Participação	Atividade principal	% de Participação 2022
Supplier Administradora de Cartão de Crédito S.A. (“Supplier Administradora”)	BRA	Direta	Serviços financeiros e operações de crédito	100,00%
Cartão de compra Supplier Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“Supplier FIDC”) (i)	BRA	Direta	Serviços financeiros e operações de crédito	100,00%
Supplier Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Supplier SCD”)	BRA	Direta	Serviços financeiros e operações de crédito	100,00%

(i) A Supplier FIDC está sendo consolidada em função da Companhia deter cotas subordinadas, as quais detém a maioria dos riscos e benefícios do Fundo.

2.4. Resumo das principais práticas contábeis: A seguir, apresentaremos um resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas, deixando em evidência somente as informações consideradas relevantes pela Administração. **a) Mensuração do valor justo -** A Companhia e suas controladas mensuram instrumentos financeiros a valor justo em cada data de fechamento do balanço patrimonial. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; ou (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 — Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Nível 2 — *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3 — *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). **b) Instrumentos financeiros -** A Companhia e suas controladas reconhecem seus ativos e passivos financeiros pelo valor justo no reconhecimento inicial, com exceção do contas a receber que mensura ao preço de transação, e subsequentemente mensura ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado com base no modelo de negócio para gestão de seus ativos e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. **Classificação -** A Companhia e suas controladas classifica seus ativos financeiros de acordo com modelo de negócio para gestão dos seus ativos financeiros, conforme alterações introduzidas pelo CPC 48, sendo mensurados ao custo amortizado, representados por ativos e passivos financeiros cujo modelo de negócio da Companhia e suas controladas é manter os ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e que, constituam exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Nesta categoria a Companhia e suas controladas classificam, principalmente, “Contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “Aplicações Financeiras”, além de “Fornecedores e outros passivos”. **c) Contas a receber de clientes -** O contas a receber de clientes estão apresentados a valores de realização vigentes na data das demonstrações financeiras. Os valores de contas a receber com vencimento posterior a um ano são descontados a valor presente. As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor nominal e deduzidas da provisão para perda esperada, a qual é constituída utilizando o histórico de perdas por faixa de vencimento, sendo considerada suficiente pela Companhia e suas controladas para cobrir eventuais perdas. **d) Investimentos -** Os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo e são consolidadas nas demonstrações financeiras do grupo. O controle sobre a investida é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida. **e) Intangíveis e Ágio -** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **f) Receitas e despesas -** As receitas são reconhecidas quando existe um contrato com o cliente, as obrigações de desempenho são identificadas, o preço da transação é mensurável e alocado de forma confiável e quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente. As receitas são apresentadas líquidas de impostos, devoluções, abatimentos e descontos, quando aplicável. A Companhia e suas controladas segregam as receitas em receitas recorrentes e receitas não recorrentes da seguinte forma: **Receita de produto de crédito -** As receitas de produto de crédito compreendem principalmente: (i) antecipação de recebíveis que derivam principalmente de taxas de desconto cobradas pela antecipação de contas a receber dos parceiros de negócios. O desconto é medido pela diferença entre o valor original a pagar ao parceiro de negócios, líquido de comissões e taxas cobradas, e o valor antecipado. A receita é reconhecida no momento da antecipação, em que os riscos e benefícios são transferidos para a controlada Supplier Administradora; e (ii) taxas de administração, são reconhecidas pelo valor da contraprestação recebida ou a receber e reconhecida no momento da prestação de serviço. O preço da transação é definido individualmente para cada parceiro conforme contrato firmado entre as partes. **Receita de software recorrente -** A receita de software recorrente compreende: (i) assinatura de software, na qual os clientes têm acesso ao software em vários dispositivos simultaneamente em sua versão mais recente; (ii) manutenção, incluindo suporte técnico e evolução tecnológica; e (iii) serviços, incluindo computação em nuvem e atendimento ao cliente. Todos esses serviços são vendidos separadamente. A receita de software recorrente é reconhecida no resultado mensalmente ao longo do tempo, à medida que os serviços são prestados, a partir da data em que os serviços e software são disponibilizados ao cliente e todos os demais critérios de reconhecimento de receita são atendidos. **g) Custos e despesas -** Os custos de softwares são compostos principalmente por salários do pessoal de consultoria e suporte e inclui custos de aquisição de banco de dados e o preço das licenças pagas a terceiros, no caso de softwares revendidos, bem como depreciação e amortização dos ativos relacionados aos custos de softwares. As despesas com pesquisa e desenvolvimento incorridas pela área de desenvolvimento de software relacionadas aos novos produtos ou às inovações tecnológicas dos softwares existentes, que não atingirem os critérios de capitalização, são registradas como despesas do exercício em que incorrem e são demonstradas separadamente das despesas comerciais e de marketing, despesas administrativas e outras despesas dentro do grupo de despesas operacionais. Além disso, a Companhia e suas controladas capitalizam gastos com desenvolvimento, desde que atendidos os critérios do CPC 04 (R1). **h) Tributação - Impostos sobre vendas -** As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) 0,65% e 1,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,0% e 7,6%; • Imposto sobre Serviços (ISS) de 2% a 5%; • Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta (CPRB) de 4,5%. Esses encargos são contabilizados como deduções de vendas na demonstração do resultado. **Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos -** A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda e a Contribuição Social, aos quais está computada a alíquota nominal de 34% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, exceto para a controlada Supplier cuja alíquota é de 41%. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os tributos diferidos ativos e/ou passivos são reconhecidos somente na proporção da expectativa de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. **i) Normas revisadas com adoção a partir de 01 de janeiro de 2022 -** A seguir apresentamos revisões e alterações em certas normas, para períodos anuais iniciados a partir de 01 de janeiro de 2022, que não tiveram impacto significativo nas Demonstrações Financeiras da Companhia e suas controladas: • CPC 06 (R2): Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento após 30 de junho de 2021; • CPC 25: Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato; • Melhorias anuais para normas IFRS - 2018-2020; • CPC 27: Imobilizado - receitas antes do uso pretendido; • CPC 15: Referência à estrutura conceitual; • IFRS 10 e IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto. A Companhia e suas controladas decidiram não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **j) Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas mas não vigentes -** As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas não vigentes até a data da emissão destas demonstrações financeiras, as quais a Companhia e suas controladas não esperam impactos significativos na aplicação destas alterações ou não se aplicam, estão abaixo apresentadas: • CPC 26 e CPC 23: Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes; • CPC 26: Divulgação de políticas contábeis; • CPC 23/ IAS 8: Definição de estimativa contábil; • CPC 32: Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação. Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS: A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas, requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo e que necessitam de um maior nível de julgamento e complexidade para as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas são: (i) Provisão para perdas esperadas do contas a receber – divulgadas na nota 9; (ii) Valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis – detalhadas na nota 15.1; (iii) Impostos diferidos – divulgados na nota 10; e detalhes ver nota 10.2; (iv) Provisão para contingências - divulgada na nota 18. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas pelo menos anualmente. Maiores informações sobre estimativas e premissas aplicadas nos itens comentados acima estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

4. REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA: As condições precedentes resultaram nas seguintes reorganizações societárias: (i) Em 19 de agosto de 2022 houve o aumento de capital na TOTVS Techfin para R$614.000 realizado pela controladora, sendo R$16.278, R$10.904 integralizado pelo acervo líquido de bens e direitos relacionados ao negócio Techfin e R$586.818 integralizado mediante as ações da Supplier Administradora, detidas pela controladora. (ii) Em 31 de outubro de 2022 foi deliberada em Assembleia Geral Extraordinária a cisão parcial da Supplier Administradora, em que o investimento na Supplier Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Supplier SCD”) no total de R$2.997 e as cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Supplier (“Supplier FIDC”) no total de R$95.342 foram incorporados pela Companhia. A seguir, apresentamos a composição do acervo líquido contábil aportado:

Balanço Patrimonial — *Data Base: 31/07/2022*	Aporte de capital: TOTVS S.A.	Supplier Administradora	FIDC	Total aportado
Ativo Circulante	**16.908**	**825.457**	**1.624.049**	**2.466.414**
Caixa e equivalente de caixa (i)	16.278	171.832	2	188.112
Aplicações financeiras	-	92.378	302.487	394.865
Contas a receber	-	527.431	1.316.555	1.843.986
Outros ativos	630	33.816	5.005	39.451
Ativo não circulante	**601.244**	**479.102**	-	**1.080.346**
Investimentos	586.818	-	-	586.818
Imobilizado	651	5.632	-	6.283
Intangível	13.775	420.574	-	434.349
Outros ativos	-	52.896	-	52.896
Total do ativo	**618.152**	**1.304.559**	**1.624.049**	**3.546.760**
Passivo circulante e não circulante	4.152	717.742	264	722.158
Acervo líquido contábil aportado	**614.000**	**586.817**	**1.623.785**	**2.824.602**

(i) Aporte de capital conforme demonstrado no fluxo de caixa.

Após a reorganização societária descrita acima, a TOTVS Techfin, tornou-se a *holding* das operações de crédito do grupo, o qual é objeto da transação envolvendo o Itaú para criação da JV.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS: 5.1. Análise dos instrumentos financeiros: É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Nota	Classificação por categoria	2022
Caixa e equivalentes de caixa	6	Valor justo por meio do resultado	102.309
Caixa e equivalentes de caixa	6	Custo amortizado	62.446
Aplicações financeiras	7	Valor justo por meio do resultado	461.895
Contas a receber de clientes	9	Custo amortizado	1.836.965
Instrumentos Financeiros Ativos			**2.463.615**
Contas a pagar e fornecedores		Custo amortizado	14.375
Repasse aos parceiros	17	Custo amortizado	678.215
Cotas sênior e mezanino	19	Custo amortizado	1.638.887
Outros passivos		Custo amortizado	5.864
Passivos Financeiros			**2.337.341**

Os ativos e passivos apresentados acima não diferem significativamente de seus valores justos.

5.2. Gestão de riscos financeiros: Os principais riscos financeiros que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são: **a) Risco de Liquidez -** O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas são monitorados diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas. **b) Risco de Crédito -** Risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria a um prejuízo financeiro. A estrutura de avaliação de risco da carteira dos produtos de crédito da controlada Supplier está baseada em metodologias estatísticas de *Application* e *Behavior Scoring*, além de utilização de instrumentos mitigadores de risco, como seguro de crédito e interveniência. Além disso, a controlada Supplier Administradora busca prevenir eventuais riscos da carteira de crédito por meio da disponibilização de relatórios de acompanhamentos, comitê de risco, ações de readequação de limites de crédito, monitoramento de carteira e melhorias no sistema de cadastro. As perdas potenciais de crédito são mitigadas, quando necessário, através de: seguros, garantidas pelo emissor, desde que aprovada pelo comitê de cartão de crédito. A avaliação da eficiência destes instrumentos é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas significativas. Cabe destacar que o giro da carteira é rápido com prazo médio de 71 dias, ou quando são vendidos no curto prazo. **c) Risco de Mercado -** O risco de mercado está relacionado à exposição dos riscos principalmente atrelado a variação do CDI. Os direitos creditórios gerados pelos Produtos de Créditos – Supplier são de curto prazo e, portanto, não estão sujeitos a variações de taxas de juros. A Companhia e suas controladas atuam para que sua exposição líquida seja mantida em nível aceitável de acordo com as políticas e limites definidos pela Administração. **5.3. Gestão de capital:** O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia e suas controladas controlam sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequações às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia e suas controladas podem efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures e emissão de notas promissórias.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia e suas controladas, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações e sujeito a um risco mínimo na mudança de seu valor.

	Controladora 2022	Consolidado 2022
Disponibilidades	8	6.740
Equivalentes de Caixa	**7.376**	**158.015**
Fundo de investimento	7.376	102.309
CDB	-	55.706
	7.384	**164.755**

A Companhia e suas controladas têm políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha. A Companhia e suas controladas concentram seus investimentos em um fundo exclusivo de investimento. O fundo é composto por cotas de fundos de investimentos cuja carteira é formada por ativos de renda fixa e liquidez imediata. Os ativos elegíveis na estrutura da composição da carteira são principalmente títulos da dívida pública, que apresentam baixo risco de crédito e volatilidade. Os investimentos da Companhia e suas controladas são substancialmente remunerados com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que tiveram uma remuneração média mensal e efetiva de 106,91% do CDI em 31 de dezembro de 2022.

A seguir apresentamos a abertura da carteira do fundo de investimento exclusivo:

	2022
Juros pós	
Caixa e CPR (i)	41,37%
Crédito privado	33,73%
Títulos públicos	20,62%
FIDC	2,42%
Derivativos	2,01%
Juros pré	
Títulos públicos	1,60%
Crédito privado	0,26%
Derivativos	-2,01%
Total	**100,00%**

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS: Os valores relativos a aplicações financeiras em cotas de fundos de investimentos e títulos do tesouro são de uso exclusivo do Supplier FIDC, cujos saldos estão demonstrados a seguir:

	Controladora 2022	Consolidado 2022
Títulos do tesouro (i)	-	29.077
Cotas de fundos de investimentos (ii)	-	432.818
Total	-	**461.895**

(i) São utilizados os preços unitários divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) para a data de avaliação. No caso de aproximação de vencimento do papel em que não há divulgação de taxas, é utilizada a taxa indicativa do papel de vencimento mais próximo para a data de avaliação, ou agentes de mercado, quando necessário.

(ii) São atualizadas, diariamente, com base no valor da cota divulgado pelas Instituições Financeiras custodiantes dos fundos onde os recursos são aplicados. Na hipótese de não divulgação das cotas, serão utilizadas as cotas do dia imediatamente anterior.

8. OUTROS INVESTIMENTOS: Refere-se à quota do fundo Cartão de Compra Supplier Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, atualizadas, diariamente, pelo respectivo valor da quota divulgada pelos administradores do fundo, além dos investimentos em cotas seniores do fundo Cartão de Compra Supplier. O saldo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é de R$98.595.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES: A seguir apresentamos os montantes a receber:

	Controladora 2022	Consolidado 2022
Mercado interno	1.795	1.795
Contas a receber bruto	**1.795**	**1.795**
Direitos creditórios (i)	-	1.948.284
Total do contas a receber e direitos creditórios	**1.795**	**1.950.079**
(-) Provisão para perda esperada	(12)	(113.114)
Contas a receber líquido	**1.783**	**1.836.965**
Ativo circulante	1.783	1.836.965

(i) Os direitos creditórios estão alocados no Supplier FIDC e são referentes aos títulos cedidos advindos das compras de crédito da Supplier nos estabelecimentos conveniados.

A seguir apresentamos os montantes a receber por idade de vencimento (*aging list*) em 31 de dezembro de 2022:

	Controladora e Consolidado 2022
A vencer	785
A faturar	985
Títulos Vencidos	
de 1 a 90 dias	25
Contas a receber bruto	**1.795**
(-) Provisão para perda esperada	(12)
Contas a receber líquido	**1.783**

A Companhia e suas controladas utilizam uma matriz de provisão baseada nas taxas de perda histórica observadas pelo Grupo para calcular a perda de crédito esperada.

	Controladora 2022	Consolidado 2022
Saldo no início do exercício		
Complemento de provisão no período	12	20.787
Baixa de provisão por perdas	-	(3.126)
Aquisição de controladas	-	95.453
Saldo no final do exercício	**12**	**113.114**

A seguir apresentamos os saldos dos direitos creditórios oriundos da operação de crédito:

	Consolidado 2022
Direitos creditórios a receber	1.948.284
(-) Provisão para perda esperada	(113.102)
Direitos creditórios líquidos	**1.835.182**

A seguir apresentamos os montantes de direitos creditórios por idade de vencimento (*aging list*) em 31 de dezembro de 2022 são como seguem:

	Consolidado 2022
A vencer	1.817.109
Títulos Vencidos	
de 1 a 30 dias	20.709
de 31 a 60 dias	5.371
de 61 a 90 dias	6.524
de 91 a 180 dias	9.754
de 181 a 360 dias	18.179
mais de 360 dias	70.638
Contas a receber bruto	**1.948.284**
(-) Provisão para perda esperada	(113.102)
Total	**1.835.182**

Em 31 de dezembro de 2022, aproximadamente 94% da carteira estão segurados por apólices que cobrem em média 90% do saldo devedor das operações. O valor da provisão foi calculado com base na análise das perdas por safras de crédito que seguem as premissas do Regulamento do Supplier FIDC. Foi utilizado como principal indicativo de redução de valor recuperável, o atraso das operações.

10. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO: O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, foram computados de acordo com as alíquotas vigentes. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízo fiscal e base negativa acumulados, respectivamente, bem como diferenças temporárias. **10.1. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social:** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada a seguir:

	Controladora 2022	Consolidado 2022
Lucro antes da tributação	**8.625**	**18.289**
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal combinada de 34%	(2.933)	(6.218)
Ajustes para a demonstração da taxa efetiva:		
Equivalência patrimonial	6.771	-
Juros sobre capital próprio	-	1.049
Efeito de controladas com alíquotas diferenciadas	-	(6.323)
Outros	268	5.934
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**4.106**	**(5.558)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(3.411)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.106	(2.147)
Taxa efetiva	**-47,6%**	**30,4%**

10.2. Composição do imposto de renda e contribuição social

	Controladora 2022	Consolidado 2022
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	**2.227**	**3.219**
Decorrentes de diferenças temporárias:		
Diferença entre base fiscal e contábil do ágio (i)	-	118.309
Benefício fiscal pela amortização de ágio	-	29.388
Provisão para comissões	29	744
Provisão para perda esperada	4	4.314
Provisão para contingências e outras obrigações	-	466
Provisão de fornecedores	63	1.067
Provisão para remuneração baseado em ações	1.582	2.075
Participação nos lucros e resultados	340	4.474
Outras	(139)	1.543
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	**4.106**	**165.599**
Ativo fiscal diferido	4.106	165.599

(i) O valor de R$118.309 trata-se do benefício fiscal do ágio cindido da TOTVS Tecnologia.

A Companhia e suas controladas estão apresentando o imposto de renda e contribuição social diferidos de forma líquida no ativo não circulante ou passivo não circulante por entidade jurídica.

(Continua)

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4DD2-D789-08AB-80CB.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 29/04/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4DD2-D789-08AB-80CB.

(Continuação)

TOTVS TECHFIN S.A. - CNPJ nº 37.896.148/0001-66

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferido:

	Controladora 2022	Consolidado 2022
Início do exercício	-	-
Despesa da demonstração de resultado	4.106	(2.147)
Aquisição de controladas	-	9.086
Reorganização societária	-	158.660
Final do exercício	**4.106**	**165.599**

11. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS: As transações com partes relacionadas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes, dos quais os saldos entre Controladora e Controladas são eliminados para fins de consolidação. Os principais saldos de ativos, passivos, receitas e custos em 31 de dezembro de 2022 são assim demonstrados:

	2022				
Empresa	**Outros Ativos**	**Contas a pagar**	**Outros passivos (i)**	**Receitas**	**Custos**
TOTVS S.A.	-	14	-	-	608
Supplier	968	15	937	296	97
Total	**968**	**29**	**937**	**296**	**705**

(i) Referem-se a valores dos planos de remuneração baseado em ações.
Não há honorários da Administração a pagar pela Companhia.

12. OUTROS ATIVOS: A seguir apresentamos a composição de outros ativos em 31 de dezembro de 2022:

	Controladora 2022	Consolidado 2022
Despesas antecipadas	166	5.308
Adiantamento a funcionários	55	245
Adiantamento a fornecedores	3	3
Negociação e intermediação – Supplier FIDC	-	38.840
Outros ativos	791	7.774
Total	**1.015**	**52.170**
Ativo circulante	1.015	52.170

13. INVESTIMENTOS: Os investimentos da Companhia e suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial. A movimentação da conta de investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

	Informações Contábeis resumidas das controladas em 31 de dezembro de 2022					Equivalência patrimonial (controladora) do exercício findo em:	Saldo de Investimentos em:
	Ativo	**Passivo**	**Patrimônio líquido**	**Receita líquida**	**Resultado do exercício**	**2022**	**2022**
Supplier SCD	2.988	27	2.961	-	(39)	(25)	2.961
Supplier Administradora	1.065.205	727.805	337.400	405.484	40.142	19.940	337.400
						19.915	**340.361**

A seguir apresentamos as movimentações da conta de investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	2021	**Equivalência Patrimonial**	**Reorganização societária**	**2022**
Supplier SCD	-	(25)	2.986	2.961
Supplier Administradora	-	19.940	317.460	337.400
Total	**-**	**19.915**	**320.446**	**340.361**

14. IMOBILIZADO: O imobilizado da Companhia e suas controladas é registrado ao custo de aquisição e a depreciação dos bens é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil econômica estimada dos bens. Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados nos quadros abaixo:

	Controladora			
	Computadores e equipamentos eletrônicos	**Veículos**	**Outros**	**Total**
Custo				
Saldos em 2021	**-**	**-**	**-**	**-**
Adições	-	696	-	696
Reorganização societária	222	415	15	652
Baixas	(9)	(4)	-	(13)
Saldos em 2022	**213**	**1.107**	**15**	**1.335**
Depreciação				
Saldos em 2021	**-**	**-**	**-**	**-**
Depreciação no exercício	(33)	(178)	(9)	(220)
Baixas	1	4	-	5
Saldos em 2022	**(32)**	**(174)**	**(9)**	**(215)**
Valor residual				
Saldos em 2022	**181**	**933**	**6**	**1.120**
Saldos em 2021	**-**	**-**	**-**	**-**
Taxa média de depreciação anual	20% a 25%	33%	20%	

	Consolidado						
Custo	**Computadores e equipamentos eletrônicos**	**Veículos**	**Móveis e utensílios**	**Instalações, máquinas e equipamentos**	**Direito de uso**	**Outros**	**Total**
Saldos em 2021	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Adições	382	696	-	-	199	-	1.277
Reorganização societária	6.343	415	640	794	5.041	329	13.562
Baixas	(336)	(4)	-	-	-	(2)	(342)
Saldos em 2022	**6.389**	**1.107**	**640**	**794**	**5.240**	**327**	**14.497**
Depreciação							
Saldos em 2021	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Depreciação no exercício (i)	(402)	(178)	(20)	(59)	(448)	(20)	(1.127)
Reorganização societária	(3.956)	-	(396)	(587)	(2.104)	(234)	(7.277)
Baixas	309	4	-	-	-	-	313
Saldos em 2022	**(4.049)**	**(174)**	**(416)**	**(646)**	**(2.552)**	**(254)**	**(8.091)**
Valor residual							
Saldos em 2022	**2.340**	**933**	**224**	**148**	**2.688**	**73**	**6.406**
Saldos em 2021	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Taxa média de depreciação anual	20% a 25%	33%	10% a 25%	6,7% a 25%	10% a 33%	20%	

(i) Depreciação referente ao período de 01 de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022.
Anualmente, a Companhia avalia indicadores que possam impactar a estimativa de vida útil de seus ativos, sendo que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve nada que indicasse alguma mudança.

15. INTANGÍVEL: Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial, enquanto que o custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Os detalhes dos intangíveis e da movimentação dos saldos desse grupo estão apresentados a seguir:

	Controladora	
	Ativos de desenvolvimento	**Total**
Custo		
Saldos em 2021	**-**	**-**
Adições	2.349	2.349
Reorganização societária	13.775	13.775
Baixas	(1.363)	(1.363)
Saldos em 2022	**14.761**	**14.761**
Amortização		
Saldos em 2021	**-**	**-**
Amortização do exercício	(2.911)	(2.911)
Baixas	400	400
Saldos em 2022	**(2.511)**	**(2.511)**
Valor residual		
Saldos em 2022	**12.250**	**12.250**
Saldos em 2021	**-**	**-**
Taxa média de amortização anual	20% a 50%	

	Consolidado					
Custo	**Software**	**Marcas e Patentes**	**Carteira de Clientes**	**Ativos de desenvolvimento**	**Outros**	**Total**
Saldos em 2021	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	
Adições	847	-	-	2.349	-	3.196
Reorganização societária	117.993	36.821	83.080	13.775	20.151	271.820
Baixas	(164)	-	-	(1.363)	(165)	(1.692)
Saldos em 2022	**118.676**	**36.821**	**83.080**	**14.761**	**19.986**	**273.324**
Amortização						
Saldos em 2021	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Amortização do exercício (i)	(10.050)	-	(2.733)	(2.911)	(507)	(16.201)
Reorganização societária	(58.981)	(36.821)	(14.758)	-	(15.470)	(126.030)
Baixas	119	-	-	401	-	520
Saldos em 2022	**(68.912)**	**(36.821)**	**(17.491)**	**(2.510)**	**(15.977)**	**(141.711)**
Valor residual						
Saldos em 2022	**49.764**	**-**	**65.589**	**12.251**	**4.009**	**131.613**
Saldos em 2021	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Taxa média de amortização anual	10% a 20%	6,7% a 8%	10% a 12,5%	20% a 50%	10% a 50%	

(i) Amortização referente ao período de 01 de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022.
A amortização dos ativos intangíveis está baseada em suas vidas úteis estimadas. Os ativos intangíveis identificados, os valores reconhecidos e as vidas úteis dos ativos gerados em combinação de negócios são fundamentadas em estudo técnico de empresa especializada independente.

15.1. Análise do valor recuperável de ativos: Conforme comentado na nota 1, a TOTVS Techfin é objeto da transação envolvendo a TOTVS S.A. e o Itaú para criação de uma JV de produtos de crédito. Dessa forma, a avaliação levou em consideração que o valor envolvido na transação é maior que o valor contábil dos ativos líquidos relacionados, e consequentemente, não havendo necessidade de provisão para perda em 31 de dezembro de 2022.

16. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS: Em 31 de dezembro de 2022 os saldos de salários e encargos a pagar são assim compostos:

	Controladora 2022	Consolidado 2022
Obrigações trabalhistas		
Salários a pagar	1.858	3.678
Férias a pagar	2.537	6.586
Participação nos resultados e bônus	999	11.336
Outros	58	58
	5.452	**21.658**
Obrigações sociais	384	1.430
Total	**5.836**	**23.088**

17. REPASSE AOS PARCEIROS: O valor de repasse aos parceiros refere-se aos créditos adquiridos a vencer dos estabelecimentos conveniados com a Supplier Administradora para atuarem como meio de pagamento entre o estabelecimento e seus clientes. As taxas são definidas para cada parceiro considerando a análise de risco do perfil do cliente e os pagamentos a esses parceiros de negócios relativos aos direitos de crédito adquiridos possuem vencimentos inferiores a 30 dias. O valor de repasse de parceiros em 31 de dezembro de 2022 é de R$678.215.

18. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS: 18.1. Processos em andamento com provisão para contingências e obrigações legais vinculados a processos judiciais - A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em determinadas ações judiciais sobre questões tributárias, previdenciárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais em curso, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis estimadas no desfecho das ações em curso. O valor provisionado reflete a melhor estimativa corrente da Administração da Companhia. O valor das provisões constituídas e suas movimentações em 31 de dezembro de 2022 são como segue:

	Consolidado			
	Tributárias	**Trabalhistas**	**Cíveis**	**Total**
Saldos em 2021	**-**	**-**	**-**	**-**
(+) Complemento de provisões	7	11	349	367
(+) Atualização monetária	-	21	-	21
(+) Reorganização societária	-	739	284	1.023
(-) Reversão de provisão não utilizada	-	7	(22)	(15)
(-) Baixa por pagamento	-	(11)	(219)	(230)
Saldos em 2022	**7**	**767**	**392**	**1.166**

18.2. Contingências possíveis - Adicionalmente, a Companhia é parte de ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a Administração da Companhia, é possível. Para tais, nenhuma provisão foi reconhecida, como segue:

Natureza	Consolidado 2022
Tributárias	5.043
Trabalhistas	2.239
Cíveis	730
	8.012

Os processos classificados como perda possível apresentados no quadro acima não contemplam processos individualmente relevantes em 31 de dezembro de 2022.

19. COTAS SÊNIOR E MEZANINO: O passivo referente às cotas sênior e mezaninos representa a obrigação do Supplier FIDC com os cotistas sênior e mezanino que não são eliminados na consolidação do Grupo. O saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R$1.638.887. O indexador utilizado para rentabilidade das cotas Suppliercard FIDC Senior é CDI + 2% a.a., para as cotas Suppliercard FIDC Mezanino CDI + 3% a.a. e para cotas Suppliercard FIDC Mezanino II CDI + 4% a.a. e a remuneração da valorização das cotas em benefício aos titulares das cotas sênior e mezanino é registrada como custo da operação. Abaixo, demonstramos a movimentação das cotas sênior e mezanino em 31 de dezembro de 2022:

	Consolidado
Saldo em 2021	**-**
Aplicações	77.719
Reorganização societária	1.531.406
Resgates	(68.341)
Juros incorridos (i)	98.103
Saldo em 2022	**1.638.887**

(i) Juros incorridos referente ao período de 01 de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Capital social - O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R$614.000, representado por 614.000.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **b) Reserva de capital -** Conforme resolução CVM 78/2022, foi constituída provisão para o ágio da Supplier, mantendo o benefício fiscal dessa operação em decorrência da reorganização societária dos negócios de Techfin no montante de R$170.249. **c) Destinação do Lucro -** A Companhia constituiu R$637 de reserva legal, R$3.024 de dividendos mínimos obrigatórios e R$9.070 de reserva de lucros.

21. PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES: A Companhia e suas controladas possuem plano de remuneração baseado em ações e mensuram o custo de transações liquidadas com ações de sua controladora TOTVS S.A. a seus empregados, baseada no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. O valor justo das ações restritas é o valor de mercado na data da concessão de cada plano. Nos programas vigentes, os elegíveis terão direito de receber as ações restritas ao final do período de carência, sendo que durante o período de carência, os participantes não farão jus ao recebimento de dividendos, nem Juros sobre Capital Próprio, relativos às Ações Restritas. Os planos em vigência são: (i) Programa ILP Destaques; (ii) Programa ILP Master; e (iii) Programa ILP Performance. A definição de cada programa está disponível no site de RI da TOTVS: (https://ri.totvs.com/esg/estatuto-politicas-e-regimento/). O valor registrado em reserva de capital referente ao plano de remuneração baseado em ações em 31 de dezembro de 2022 foi de R$3.897.

22. RECEITA BRUTA: A receita bruta e as respectivas deduções para apuração da receita líquida apresentada na Demonstração de Resultados da Companhia e suas controladas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi como segue:

	Controladora 2022	Consolidado 2022
Software recorrente	**6.370**	**6.370**
Software não recorrente	**12**	**12**
Serviços não recorrentes	12	12
Serviços de produto de crédito	**-**	**210.023**
Receita bruta	**6.382**	**216.405**
Cancelamentos	(25)	(46)
Impostos incidentes sobre vendas	(898)	(11.714)
Deduções	**(923)**	**(11.760)**
Receita Líquida	**5.459**	**204.645**

23. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA: A Companhia e suas controladas apresentam as informações sobre os custos e as despesas operacionais por natureza para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Natureza	Controladora 2022	Consolidado 2022
Salário, benefícios e encargos	17.412	43.088
Serviços de terceiros e outros insumos	59	96.401
Comissões	247	3.937
Depreciação e amortização	3.131	17.328
Provisão para contingências	-	229
Provisão para perda esperada	12	20.787
Outras	579	5.134
Total	**21.440**	**186.904**

Função	Controladora 2022	Consolidado 2022
Custo de softwares	1.959	1.959
Custos de produtos de crédito	-	84.495
Pesquisa e desenvolvimento	13.857	20.468
Despesas comerciais e de marketing	5.035	41.201
Despesas gerais e administrativas	638	38.200
Despesas/Receitas operacionais	(49)	581
Total	**21.440**	**186.904**

24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS: As receitas e despesas financeiras incorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi como segue:

	Controladora 2022	Consolidado 2022
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras (i)	4.878	578
Variação monetária ativa	-	274
Outras receitas financeiras (ii)	(186)	(194)
	4.692	**658**
Despesas financeiras		
Juros incorridos	-	(72)
Variação monetária passiva	(1)	(38)
	(1)	**(110)**
Receitas (despesas) financeiras líquidas	**4.691**	**548**

(i) Inclui o rendimento da cota subordinada do FIDC. (ii) Inclui os montantes de PIS e COFINS sobre receitas financeiras.

25. EVENTO SUBSEQUENTE: Em 11 de abril de 2023, foi autorizada em Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos da controlada Supplier Administradora à controladora TOTVS Techfin, no valor de R$36.611, correspondendo à R$0,10891 por ação à ser pago integralmente até 12 de abril de 2023.

DIRETORIA

GILSOMAR MAIA SEBASTIÃO
Diretor

HUDSON BASILIO MAGRI
Contador CRC 1SP304325/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Diretores e Acionistas da TOTVS Techfin S.A. - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da TOTVS Techfin S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da TOTVS Techfin S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de abril de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Petelin
Contador CRC 1SP142133/O-7

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4DD2-D789-08AB-80CB.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 29/04/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 4DD2-D789-08AB-80CB.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/4DD2-D789-08AB-80CB ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 4DD2-D789-08AB-80CB

Hash do Documento

50BA90B31278ED7662BBDFC2DFA6E51B9D1F6B9A8994FA530D93D926ACF483AA

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/04/2023 é(são) :

☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 29/04/2023 01:25 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

TOYO SETAL

TOYO SETAL EMPREENDIMENTOS LTDA.

CNPJ Nº 15.563.826/0001-36

Balanço patrimonial - Em milhares de reais

Ativo / Circulante	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	17.405	10.981
Contas a receber (Nota 4)	107.630	16.446
Estoque (Nota 5)	12.453	–
Adiantamentos a fornecedores (Nota 6)	30.625	268
Partes relacionadas (Nota 7)	191.116	109.978
Tributos a recuperar (Nota 8)	7.277	23.428
Despesas antecipadas	10.398	1.092
Bloqueios judiciais (Nota 9)	50.003	11.046
Outros ativos	1.567	1.270
	428.474	174.509
Não circulante		
Operações consórcios (Nota 10)	80.602	35.996
Impostos diferidos	1.381	315
Contas a receber (Nota 4)	16.142	16.142
Outros ativos	272	5.751
	98.397	58.204
Investimentos		
Imobilizado (Nota 11)	11.158	2.844
Intangível (Nota 12)	1.106	1.124
	12.264	3.968
Total do ativo	539.135	236.681

Passivo e patrimônio líquido / Circulante	2022	2021
Financiamentos (Nota 13)	42.500	–
Fornecedores (Nota 14)	36.816	3.322
Obrigações sociais e trabalhistas (Nota 15)	18.027	13.953
Tributos a recolher (Nota 16)	11.724	13.766
Adiantamento de clientes (Nota 17)	160.673	16.130
Partes relacionadas (Nota 7)	1.791	11.140
Outras provisões (Nota 18)	26.417	–
Arrendamentos (Nota 19)	861	556
	298.809	58.867
Não circulante		
Financiamentos (Nota 13)	4.563	–
Adiantamento de clientes (Nota 17)	16.147	16.147
Tributos a recolher (Nota 16)	902	–
Arrendamentos (Nota 19)	–	416
Operações consórcios (Nota 10)	76.091	33.268
Outras provisões (Nota 18)	10.414	6.512
	108.117	56.343
Patrimônio líquido		
Capital social (Nota 20)	38.905	38.905
Reserva de lucros	93.304	82.566
Total do patrimônio líquido	132.209	121.471
Total do passivo e patrimônio líquido	539.135	236.681

Demonstrado resultado do exercício e dos resultados abrangentes - Em milhares de reais

Operações continuadas	2022	2021
Receita líquida (Nota 21)	357.779	123.586
Custos dos serviços prestados (Nota 22)	(301.534)	(78.763)
Lucro bruto	56.245	44.823
Despesas gerais e administrativas (Nota 23)	(40.586)	(31.699)
Lucro operacional	15.659	13.124
Despesas financeiras (Nota 24)	(7.735)	(1.324)
Receitas financeiras (Nota 24)	6.260	530
Resultado financeiro, líquido (Nota 24)	(1.475)	(794)
Outras receitas (despesas) operacionais	60	(197)
Lucro antes do IR e da CS	14.244	12.133
IR e CS corrente (Nota 25)	(4.572)	(6.901)
IR e CS diferido (Nota 25)	1.066	4.176
Lucro líquido do período	10.738	9.408

Demonstração da mutação do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de lucro	Lucros acumulados	patrimônio líquido
Em 01/01/2021	38.905	73.158	–	112.063
Lucro do exercício	–	–	9.408	9.408
Constituição de reserva	–	9.408	(9.408)	–
Em 31/12/2021	38.905	82.566	–	121.471
Lucro do exercício	–	–	10.738	10.738
Constituição de reserva	–	10.738	(10.738)	(10.738)
Em 31/12/2022	38.905	93.304	–	132.209

Demonstração do fluxo de caixa - Em milhares de reais

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2022	2021
Lucro do exercício antes do IR e contribuição	14.244	12.133
Depreciação	1.126	798
Amortização	68	282
Juros s/ empréstimos	1.734	–
Provisões para demandas judiciais	30.319	(3.558)
	33.247	(2.478)
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(91.184)	47.037
Adiantamentos a fornecedores	(30.357)	(22)
Estoque	(12.453)	–
Tributos a recuperar	16.151	27.934
Outros créditos	5.830	(1.106)
Bloqueio judicial	(48.911)	(11.046)
Fornecedores	33.494	(2.669)
Adiantamentos a clientes	144.543	(639)
Obrigações trabalhistas	4.074	260
Tributos e contribuições	(5.712)	(22.070)
Arrendamentos	(111)	(437)
Partes relacionadas	(90.487)	(64.482)
Créditos a receber - Operações com consórcios	(44.606)	(1.376)
Débitos a pagar - Operações com consórcios	42.823	(820)
	(76.906)	(29.436)
Caixa aplicado nas operações	(29.415)	(19.781)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao ativo imobilizado e ao ativo intangível	(9.490)	(899)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(9.490)	(899)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos	45.550	–
Pagamentos de juros	(221)	–
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	45.329	–
(Diminuição) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	6.424	(20.680)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10.981	31.661
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	17.405	10.981

Notas explicativa da administração às demonstrações contábeis

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A Toyo Setal Empreendimentos Ltda. (TSE) foi constituída em 26/04/2012, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Tem por objeto social as seguintes e principais atividades: a) Prestação de serviços de engenharia, arquitetura e elaboração de projetos relacionados à exploração, refino e transporte de petróleo, seus derivados, gás e biocombustíveis, construção, manutenção e operação de plataformas marítimas (offshore) de petróleo, gás e seus derivados, bem como destinados à indústria petroquímica, fertilizantes, infraestrutura e indústria da construção civil; b) Construção, manutenção e reparo de plataformas marítimas de petróleo e gás, gasodutos e de unidades industriais para as atividades relacionadas à exploração e refino de petróleo e gás; c) Prestação de serviços na área de Energia Nuclear, Termelétrica, Eólica, Solar, Pequenas Centrais Hidrelétricas, Subestações de Energia e Indústria da Construção Civil, execução de obras de construção civil, hidráulica, elétrica e de outras semelhantes, instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos, montagem eletromecânica e outros serviços relacionados à indústria da construção civil; e d) Gerenciamento, acompanhamento, fiscalização e diligenciamento da execução de obras de engenharia. A TSE é subsidiária direta da TS Participações e Investimentos S.A. (TSPI), empresa que faz parte do Grupo Toyo Setal, associação entre a SOG Óleo e Gás S.A. (Grupo Setal, do Brasil) e a Toyo Engineering Corp. (do Japão). **1.1 Projetos - Consórcio SPS - TECAB:** O Consórcio SPS foi constituído em 07/02/2012 e, em 16/03/2012, assinou o Contrato nº 0802.0073705.12.2 com a Petrobrás, tendo por objetivo a elaboração do projeto executivo, fornecimento de equipamentos e materiais, construção civil, montagem eletromecânica, comissionamento, assistência técnica à pré-operação, partida e operação assistida das unidades de On Site, Off Site e interligações do Projeto Plansal - Rota Cabiúnas - ampliação do Terminal de Cabiúnas (TECAB) da Petrobrás. O projeto foi totalmente finalizado pelo cliente em 2015. **CMBM - Consórcio Montador Belo Monte:** Em 28/01/2014, as empresas Engevix Engenharia S.A. (50%), Engevix Construções Ltda. (10%) e Toyo Setal Empreendimentos Ltda. (40%) assinaram o Instrumento de Constituição de um Consórcio, denominado "Consórcio Montador Belo Monte". O objetivo desse consórcio é a execução do contrato de Montagem Eletromecânica da UHE Belo Monte junto à Norte Energia S.A., cujo objeto é a execução dos serviços de montagem dos equipamentos eletromecânicos do empreendimento, no município de Vitória do Xingu, Estado do Pará. O Consórcio Montador Belo Monte assinou o Contrato CT-DFM-S-001/2014 com a Norte Energia S.A. em 13/02/2014, com finalização desse projeto prevista para julho de 2019, data estimada, possuindo, dessa forma, 65 meses de duração. Em dezembro de 2016, a data de finalização foi postergada para abril de 2020. Em 31/07/2017, a Norte Energia S.A. e o Consórcio Montador Belo Monte celebraram o Memorando de Entendimento, suportado por Escritura Pública de Acordo, datado em 15/08/2017, o distrato do contrato para a prestação de serviços de montagem eletromecânica dos equipamentos e sistemas eletromecânicos e apoio ao comissionamento da Usina Hidrelétrica Belo Monte por preço global e prazo determinado. **COMPERJ:** Em 09/09/2019, a TSE celebrou junto à Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás, o Contrato 5900.0112187.19.2 para fornecimento de bens e prestação de serviços relativos a análise de consistência do projeto e conclusão do projeto executivo, construção civil, montagem eletromecânica e comissionamento (preservação, condicionamento, testes, apoio a pré-operação, partida e operação assistida) das unidades da ETA, ETDI, UTE, e suas respectivas adequações visando atender ao projeto UPGN do rota 3, denominado "COMPERJ", a ser executado em Itaboraí/RJ. **Parnaíba VI:** Em 12/11/2021, a TSE celebrou junto à Paranaíba II Geração de Energia S.A., o Contrato para fornecimento de bens e prestação de serviços relativos à execução, em regime de empreitada total a preço fixo na modalidade *turn-key*, de todas as atividades necessárias para que a Contratante disponha da Planta integrada à UTE de Ciclo Fechado, ser executado em Santo Antônio dos Lopes, MA. **CCLV - Consórcio Construtor Linha Verde:** Em 08/11/2021, as empresas Toyo Setal Empreendimentos Ltda. (Líder 51%) e Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A. (49%), assinaram Instrumento de Constituição de Consórcio, denominado "Consórcio Construtor Linha Verde". Em 8/12/2021, tal consórcio assinou um Contrato de Empreitada Global, com preço e prazo determinados, com a SPE Transmissora de Energia Linha Verde I S/A, para a construção de uma linha de transmissão de 500KV entre as subestações de Governador Valadares 6 e Mutum, e as baias de entradas correspondentes. **Barcarena:** Em 22/09/2022, com efeitos retroativos a 12/04/2022, as empresas Toyo Setal Empreendimentos Ltda. e Mitsubishi Power Americas, Inc., assinaram Instrumento de Constituição de Consórcio vertical. Em 22/07/2022, tal consórcio assinou um Contrato de Empreitada Global, com preço e prazo determinados e escopos de execução distintos e individuais, com a Celba 2 - Centrais Elétricas Barcarena S.A. para desenvolvimento de uma usina de ciclo combinado compostas por geradores, associados de sistema de plantas incluindo captação de água e descarga de efluentes, gasodutos, equipamentos auxiliares e de controle, bem como subestão de alta tensão, sistemas auxiliares e sistemas de proteção e controle e todos os seus acessórios relacionados. **Consórcio Toyo Setal HDT Paulínia:** Em 17/03/2022, as empresas Toyo Setal Empreendimentos Ltda. (Líder 81,09%) e Toyo Engineering Corporation (18,91%), assinaram Instrumento de Constituição de Consórcio, denominado "Consórcio Toyo Setal HDT Paulínia". Em 09/05/2022, tal consórcio assinou um Contrato de Empreitada Global, com preço e prazo determinados com a Petrobrás Basileiro S.A. para fornecimento de bens e a prestação de serviços relativos à elaboração de projeto executivo, construção, montagem e desmontagens, Revamps, comissionamento, suporte à pré-operação e partida, operação assistida e fornecimento de bens do projeto do HDT 4 de médios da Replan. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis: a) Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil):** As demonstrações contábeis da TSE referentes ao exercício findo em 31/12/2022, foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal de seus negócios, observando (i) as práticas contábeis adotadas no Brasil; (ii) as disposições da legislação societária, previstas na Lei 6.404/76, com alterações da Lei 11.638/07 e da Lei 11.941/09 e (iii) os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração aprovou as demonstrações contábeis em 06/04/2023. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas e divulgadas de acordo com o CPC 26R1 (apresentação das demonstrações contábeis). **b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de ativos e passivos, como instrumentos financeiros os quais são mensurados pelo valor justo. **c) Uso de estimativas e julgamentos:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com a utilização de diversas bases de avaliação e estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação dessas demonstrações são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado e avaliação de sua recuperabilidade nas operações, assim como a análise de riscos para determinação de provisões, inclusive para riscos de demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores divergentes do registrado nas demonstrações contábeis, em função das incertezas inerentes ao próprio processo de estimativa. A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente estas estimativas e suas premissas. **d) Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da TSE é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação de suas demonstrações contábeis e estão apresentadas em milhares de reais. **2.1 Principais práticas contábeis adotadas: a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista, expressos em reais, sem restrição de uso e que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. A TSE considera como equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **b) Reconhecimento da receita e dos custos:** A receita de prestação de serviços é apurada e reconhecida em virtude da evolução física do projeto. A receita compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja praticamente certo que resultem em receita e possam ser mensurados de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado do exercício na medida do estágio de conclusão do contrato de acordo com o percentual de conclusão de cada um dos projetos. Os custos de cada contrato são reconhecidos como resultado no período em que são incorridos, a menos que criem um ativo relacionado à atividade de contrato futuro. Quando o resultado de um contrato de prestação de serviços não puder ser estimado com confiabilidade, sua receita é reconhecida até o montante dos custos incorridos desde que sua recuperação seja provável. Se for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato, a perda estimada é reconhecida imediatamente no resultado do exercício na rubrica "Custo dos serviços prestados" e um passivo é registrado na rubrica "Provisões". Os montantes faturados ou a faturar registrados com base no trabalho executado, mas ainda não pagos pelo cliente, são registrados no balanço patrimonial como ativo, na rubrica "Contas a receber de clientes". **c) Reconhecimento de arrendamentos:** A TSE identifica os ativos de seus contratos de arrendamentos e, quando aplicável, reconhece os direitos de uso relativos aos arrendamentos no ativo imobilizado - Direitos de Uso - em contrapartida aos Arrendamentos no passivo circulante e não circulante de acordo com o pronunciamento contábil CPC 06(R2) - Arrendamentos. **d) Transações e saldos em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data dos balanços e todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. **e) Instrumentos financeiros e derivativos:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a TSE se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão (quando aplicável). Sua mensuração subsequente ocorre na data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. O principal instrumento financeiro da TSE é o caixa e equivalentes de caixa. São classificados como caixa e equivalentes numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez em instituições financeiras de primeira linha, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a insignificantes mudanças de valor. **f) Tributação:** *Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Corrente.* O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R$ 240.000,00 por ano e 9% de CSLL e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.–**g) Impostos sobre vendas:** As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições pelas alíquotas básicas:

	Alíquotas
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	3,00% a 7,60%
Programa de Integração Social (PIS)	0,65% a 1,65%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	De acordo com cada município
Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB)	4,50%

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados reduzindo o custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado. **h) Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e eventuais perdas acumuladas de redução ao valor recuperável *(impairment)*, quando aplicável. Não foram identificados, nas demonstrações contábeis de 2022, ajustes a serem contabilizados, referentes a redução ao valor recuperável de bens do seu ativo imobilizado. Os bens do ativo imobilizado, adquiridos com recursos próprios ou através arrendamentos, são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil dos bens. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento do período e eventuais ajustes, quando necessários, são reconhecidos como mudança de estimativa contábil. **i) Intangível:** Licenças adquiridas de programas de computador (softwares) são capitalizadas e amortizadas com base no método linear ao longo da sua vida útil. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos ao encerramento de cada exercício e eventuais ajustes, quando necessários, são reconhecidos como mudança de estimativa contábil. **j) Provisões:** A TSE é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais, para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas quando consideradas as alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **k) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **l) Operações em conjunto (Consórcios)** A TSE possui participação em consórcios (Tecab-SPS, Consórcio Montador Belo Monte, Consórcio Construtor Linha Verde e Consórcio Toyo Setal HDT Paulínia), cujos acordos contratuais estabelecem o controle conjunto das operações. As operações controladas em conjunto envolvem a utilização de recursos da empresa, assim como dos outros participantes de cada consórcio, em contrapartida à constituição de uma entidade jurídica. A TSE registra em suas demonstrações contábeis parcela proporcional ao percentual de sua participação em cada Consórcio, nos ativos, passivos, receitas de prestação de serviços, custos e despesas incorridas no exercício. **m) Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC: Alterações e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente:** Em 2022, a Companhia avaliou as emendas e novas interpretações aos CPCs e às IFRSs emitidos pelo CPC e IASB, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 01/01/2022. As principais alterações são: • Alterações no CPC 27 / IAS 16: Imobilizado - Recursos antes do Uso Pretendido: As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado. • Melhorias no CPC 48 / IFRS 9: Instrumentos Financeiros: As alterações esclarecem as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro. • Melhorias no CPC 06 (R2) / IFRS 16: Arrendamentos: As alterações excluem o conceito de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros. A adoção dessas normas não resultou em impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais da Companhia. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não vigentes. A Companhia não adotou antecipadamente as novas normas do CPCs e IFRSs. A seguir as principais revisões já emitidas e ainda não vigentes: • Alterações ao CPC 26 /IAS 1 Classificação de passivos como circulante ou não circulante e conceito de materialidade. Início 01/01/2023; • Alterações ao CPC 23 / IAS 8 Definição de estimativas contábeis. Início 01/01/2023; • Alterações ao CPC 32 / IAS 12 Tributos sobre o lucro - CPC 32. Imposto diferido relacionado a Ativos e Passivos resultante de uma única transação. Início 01/01/2023, e • Alterações ao CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (CPC 18 (R2) Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture. A data de vigência ainda não foi definida pelo IASB. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em virtude dessas alterações.

3. Caixa e equivalentes de caixa:	2022	2021
Caixa	70	24
Bancos	667	1.165
Aplicações financeiras	16.668	9.792
	17.405	10.981
	2022	2021
Toyo Setal Empreendimentos	13.610	10.853
Consórcio SPS	38	117
Consórcio Montador Belo Monte	14	11
Consórcio Construtor Linha Verde	2.599	–
Consórcio Toyo Setal HDT Paulínia	1.144	–
	17.405	10.981

Em 2022 as aplicações financeiras da TSE estão efetuadas em CDB, Operações Compromissadas, Fundos de Investimentos e Aplicações Automáticas atreladas em Fundos de Investimento nos bancos Santander, Daycoval, ABC, Safra e Banco do Brasil, com remuneração variando entre 65% a 100% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 2021, as aplicações financeiras da TSE estavam efetuadas em Operações Compromissadas e CDB's nos Bancos Santander e Daycoval, com remuneração que varia entre 65% a 104,00% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

4. Contas a receber: Circulante	2022	2021
Valores faturados		
Petrobrás - Consórcio SPS - TECAB (i)	287	287
NESA - Consórcio Montador Belo Monte - UHE Belo Monte	1.685	1.685
PCPL Deepak	42	42
Petrobrás - Utilidades do COMPERJ	458	6.157
Eneva - Parnaíba VI	5.211	–
Terna - Consórcio Construtor Linha Verde	1.394	226
Petrobrás - Consórcio Toyo Setal HDT	1.882	–
	10.959	8.397
Valores a faturar		
Petrobrás - Consórcio SPS - TECAB (i)	4.521	4.521
Petrobrás - Utilidades do COMPERJ	6.137	2.664
Eneva - Parnaíba VI	30.152	864
Terna - Consórcio Construtor Linha Verde	5.813	–
Petrobrás - Consórcio Toyo Setal HDT	50.048	–
	96.671	8.049
Total circulante	107.630	16.446
Não circulante		
Consórcio Montador Belo Monte - UHE Belo Monte (ii)	16.142	16.142
	16.142	16.142
	123.772	32.588

(i) Conforme ata referente a 51ª Reunião de Negociação - Petrobrás e CSPS - Negociação de Valores das SMPs - Contrato nº. 0802.0073705.12.2, os valores em questão encontram-se aprovados pela Comissão designada pelo cliente. (ii) Foi celebrado em Escritura Pública de Acordo que eventuais valores, reconhecidos ou não, na data-base de 31/12/2017, em consequência do distrato do contrato entre a Norte Energia S.A. e o Consórcio Montador Belo Monte estão sendo discutidos e tratados no Tribunal Arbitral da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional. **5. Estoques:** Em 31/12/2022 o saldo em estoques da TSE era de R$ 12.453 relativos a materiais em fase de industrialização em terceiros e cuja destinação será a revenda aos seus clientes em sua totalidade. Os valores de estoque da TSE são avaliados pelo valor justo. A TSE não possui estoque físico em suas dependências e os estoques adquiridos são sempre específicos e integralmente consumidos nos projetos.

6. Adiantamentos a fornecedores:	2022	2021
Toyo Setal Empreendimentos	26.977	241
Consórcio SPS	27	–
Consórcio Construtor Linha Verde	466	–
Consórcio Toyo Setal HDT Paulínia	3.156	27
	30.625	268

7. Partes relacionadas:

Ativo Circulante	2022	2021
Estaleiros do Brasil Ltda	191.116	109.978
	191.116	109.978
Passivo Circulante		
SOG Óleo e Gás S.A.	67	67
Estaleiros do Brasil Ltda	–	9.693
Toyo Engineering Corporation	1.724	1.380
	1.791	11.140

A TSE possui duas linhas distintas de mútuo com a coligada Estaleiros do Brasil Ltda. ("EBR"), que compreendem: a) contrato de mútuo celebrado com o TSE em março de 2014 para atender diversas operações ligadas ao objeto social do EBR. O saldo em 31/12/2022 montou a R$ 183.713 (2021 - R$ 108.495). b) despesas operacionais compartilhadas entre o EBR e a TSE. Em saldo em 31/12/2022 era de R$7.403 (2021 - R$ 1.483).

Receitas de serviços	2022	2021
Toyo Engineering Corporation	34.563	223
	34.563	223
Outras (Despesas) / Receitas		
Outras despesas - Toyo Engineering Corporation	(441)	–
Ajuste de juros mútuo TSE e EBR	248	–
Despesas operacionais compartilhadas EBR - Adm	13.945	8.863
Custos compartilhados EBR - P74	–	8
Custos compartilhados EBR - MV31	8	6
Custos compartilhados EBR - Mero 2	203	527
Custos compartilhados EBR - MV32	87	724
Custos compartilhados EBR - NOV AT WT	609	76
Custos compartilhados EBR - NOV AT TEG	108	–
Custos compartilhados EBR - SBM Mero 4	145	–
Custos compartilhados EBR - P79	800	–
Custos compartilhados EBR - NOV AG SW	11	–
Custos compartilhados EBR - NOV AG TEG	4	–
Custos compartilhados EBR - MODEC BMC 33	191	–
	15.918	10.204

8. Tributos a recuperar:	2022	2021
PIS e COFINS	3.847	5.622
Imposto de Renda Retido da Fonte (IRRF)	585	830
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	1.519	344
IR e CSLL	1.068	7.755
Imposto sobre Serviços (ISS)	225	5.278
INSS a recuperar	9	3.598
Outros impostos	22	1
	7.277	23.428

9. Bloqueios judiciais e contingências: Banco Santos: Em dezembro de 2020 foi instaurado na 31ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital - SP, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - TJSP, processo cuja natureza visava a desconsideração da Personalidade Jurídica, direta e inversa, para que seja reconhecido grupo econômico entre PEM, SETEC, SOG e reconhecimento de confusão patrimonial entre estas e a TSE. Além do reconhecimento de desvio de finalidade de empresas e confusão patrimonial entre seus patrimônios e de seus respectivos sócios, tal ação visa buscar a responsabilização de todos os 32 Requeridos (dentre eles a TSE, sua coligada EBR e controladora TSPI) pelo débito originalmente contraído pela SETEC, avalizado por PEM e Roberto Ribeiro de Mendonça. Neste cenário, foram deferidos diversos pedidos de bloqueio de bens e valores de todos os réus, entre eles a TSE, bem como decisões favoráveis para levantamentos de valores bloqueados, cuja monta em 31/12/2021 era de R$ 10.815. Ao longo de 2022, todos os bloqueios foram levantados em troca de seguros garantidas emitidos por seguradoras de mercado, de forma que no exercício findo de 31/12/2022 inexistem saldos bloqueados referentes a esta ação. O valor total do processo - atualizado até fevereiro de 2022 - é de R$ 231.950.906,70 (duzentos e trinta e um milhões, novecentos e cinquenta mil, novecentos e seis reais e setenta centavos), segundo o cálculo apresentado pela autora (Massa Falida do Banco Santos), cálculo esse impugnado fundamentadamente pelos réus, levando a crer que, caso haja alguma condenação às partes, o valor será substancialmente mais baixo. Para referência, o valor histórico do montante cobrado é de R$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) em 2004. Na avaliação dos advogados a probabilidade de perda deste processo é possível. Entretanto, a chance de haver condenação no valor integral pleiteado é remota, sobretudo em razão de incongruências apontadas em impugnações específicas realizadas pelos Requeridos (apoiadas em laudos técnicos), pendentes de análise em primeiro grau. Assim, há alta probabilidade de ser determinada perícia contábil para apuração do valor de eventual condenação, com substancial minoração. Soma-se a isso o fato de este incidente tramitar contra 32 pessoas (físicas e jurídicas), de forma que uma eventual condenação para pagamento poderá, a depender da decisão judicial, ser dividida solidariamente entre aqueles que forem efetivamente condenados. **Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica - IDPJ:** O IDPJ foi proposto pela União Federal em face da TSE, e de sua coligada EBR, em busca do reconhecimento da responsabilidade das empresas por débitos tributários de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ"), Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), e Contribuição Social sobre Lucro Líquido ("CSLL"), exigidos da empresa SOG Óleo e Gás ("SOG") nos autos da Execução Fiscal. Em razão de pedido de tutela formulado pela Fazenda Nacional, foram determinados bloqueios judiciais que montam em 31/12/2022 o valor de R$ 50.003. Foi apresentada Impugnação ao IDPJ demonstrando a impossibilidade de atribuição de responsabilidade pelos débitos tributários de IRPJ, IRRF e CSLL à TSE e ao EBR em razão da inexistência de confusão patrimonial e desvio de finalidade, na medida em que as referidas empresas foram criadas no âmbito de uma joint venture formada pela Toyo Japão e pela SOG. Ademais, foram apresentadas petições indicando a impossibilidade de exigência da multa qualificada prevista no artigo 44 da Lei nº 9.430/1996, na medida em que a SOG já efetuou o pagamento de multa punitiva no acordo de delação premiada firmado com o Ministério Público Federal, homologado pela 13ª Vara Federal de Curitiba e pedindo a extinção do IDPJ em razão da nulidade das certidões de dívida ativa, conforme entendimento do STJ em recursos repetitivos firmado no julgamento do REsp nº 1.045.472, em razão de erro na fundamentação legal das certidões em dívida ativa. O Agravo de Instrumento foi interposto por TSE e EBR em busca da reforma da decisão proferida no IDPJ que determinou o bloqueio de ativos financeiros da TSE e do EBR. Da mesma forma, no Agravo de Instrumento foi demonstrada a inexistência de confusão patrimonial e desvio de finalidade, na medida em que as referidas empresas foram criadas no âmbito de uma joint venture (TSPI) formada pela Toyo Engineering e pela SOG. Aguarda-se a análise do pedido de tutela pela Desembargadora Relatora. O valor em discussão atualizado até 21/12/2022 é de R$ 281.276.514,19 e na avaliação dos advogados a probabilidade de perda deste processo é possível. Cumpre ressaltar que o valor acima estabelecido apresenta evidente falta de liquidez e incerteza em decorrência da determinação judicial da 13ª Vara Federal de Curitiba, além do entendimento do STJ firmado pela Primeira Seção, sob o rito dos recursos repetitivos, no julgamento do Recurso Especial nº 1.045.472, no sentido de que a necessidade de alteração de fundamento legal da autuação requer a revisão do lançamento e, portanto, a nulidade da certidão em dívida ativa.

10. Operações com consórcios:

Créditos a receber	2022	2021
Consórcio SPS	44.653	39.042
Consórcio Montador Belo Monte	(2.465)	(3.046)
Consórcio Linha Verde	1.962	–
Consórcio HDT	36.452	–
	80.602	35.996
Débitos a pagar		
Consórcio SPS	(38.860)	(38.702)
Consórcio Montador Belo Monte	1.212	5.434
Consórcio Linha Verde	(1.954)	–
Consórcio HDT	(36.489)	–
	(76.091)	(33.268)
Resultado das operações		
Receita operacional líquida	91.974	–
Custo dos serviços prestados e revenda	(97.896)	(543)
Prejuízo bruto	(5.922)	(543)
Despesas financeiras	(2.337)	(36)
Receitas financeiras	152	5
Prejuízo operacional	(8.107)	(574)

11. Imobilizado:

Custo	2021	Adições	2022
Veículos	110	1.138	1.248
Máquinas e Equipamentos	2.525	1.349	3.874
Móveis e Utensílios	837	391	1.228
Equipamentos de Informática	4.205	3.075	7.277
Outras Instalações de Campo	184	1.887	2.071
Benfeitorias em prédios de terceiros	–	1.600	1.600
Ativo Direito de Uso	1.888	–	1.888
Total do Custo	9.749	9.440	19.186
Depreciação	**2021**	**Depreciação**	**2022**
Veículos	(58)	(110)	(166)
Máquinas e Equipamentos	(2.195)	(53)	(2.248)
Móveis e Utensílios	(678)	(43)	(720)
Equipamentos de Informática	(2.874)	(658)	(3.533)
Outras Instalações de Campo	(183)	(63)	(245)
Benfeitorias em prédios de terceiros	–	(89)	(89)
Ativo Direito de Uso	(917)	(110)	(1.027)
Total da Depreciação	(6.905)	(1.126)	(8.028)
Saldo líquido	2.844	8.314	11.158

As taxas médias anuais de depreciação para os ativos imobilizados são as mesmas para 2022 e 2021, como seguem: veículos: 20%; móveis e utensílios: 10%; equipamentos de informática: 20%; máquinas e ferramentas: 10%; outras instalações de campo: 10%. Na avaliação de recuperabilidade de seus ativos imobilizados, conforme descrito na Nota 2.2 - h, o Grupo prioriza o emprego do valor em uso dos ativos a partir de projeções que consideram: (i) a vida útil estimada do ativo e (ii) premissas e orçamentos aprovados pela Administração, em razão das características dos negócios

12. Intangível:

Custo	2021	Adições	2022
Software e licença de Uso	6.963	50	7.013
Software e licença de Uso - Em andamento	669	–	669
	7.632	50	7.682
Amortização	**2021**	**Amortização**	**2022**
Software e licença de Uso	(6.508)	(68)	(6.576)
Saldo líquido	1.124	(18)	1.106

A taxa média anual de amortização para softwares e licença de uso de software é a mesma para 2022 e 2021: 20%.

13. Financiamentos:

Banco	Tipo	Prazo	Taxa	Principal	Juros	2022	2021
Banco do Brasil S.A.	ACC	16/06/23	6,55% a.a.	31.050	1.349	32.399	–
Banco ABC S.A.	Capital de Giro	03/11/23	3,00% a.a. + CDI	10.000	101	10.101	–
Banco do Brasil S.A.	Projeto HDT	25/07/25	4,81% a.a. + CDI	4.500	63	4.563	–
						47.063	–
					Circulante	42.500	–
					Não Circulante	4.563	–
						47.063	–

14. Fornecedores

Circulante	2022	2021
Toyo Setal Empreendimentos	27.084	2.560
Consórcio SPS	562	565
Consórcio Construtor Linha Verde	4.807	138
Consórcio Montador Belo Monte	294	59
Consórcio HDT	4.070	–
	36.816	3.322

15. Obrigações trabalhistas:	2022	2021
Salários e Pró-labore a pagar	4.208	1.508
FGTS	912	345
INSS	1.517	414
Provisão de Férias e Encargos Sociais	8.571	5.080
Provisão para desmobilizações	242	5.245
Outros	2.577	1.361
	18.027	13.953
Toyo Setal Empreendimentos	13.959	13.645
Consórcio SPS	2	14
Consórcio Construtor Linha Verde	2.202	5
Consórcio Montador Belo Monte	287	289
Consórcio HDT	1.577	–
	18.027	13.953

16. Tributos a recolher:

Circulante	2022	2021
PIS e COFINS	2.292	381
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	220	13
Retenções na Fonte	799	71
Imposto s/ Operações Financeiras (IOF)	277	178
Imposto sobre Serviços (ISS)	659	4.056
IRPJ e CSLL	4.554	6.901
Prov. ICMS Transf Crédito Decreto 42543/2010	617	302
CPRB	2.072	1.855
Outros impostos e contribuições a recolher	–	9
Parcelamento de impostos (CCLV)	236	–
	11.724	13.766
Não Circulante	**2022**	**2021**
Parcelamento de impostos (CCLV)	902	–
	902	–
	12.626	13.766
Toyo Setal Empreendimentos	3.237	13.424
Consórcio SPS	32	(11)
Consórcio Montador Belo Monte	9	353
Consórcio Construtor Linha Verde	4.668	–
CTSHDT	4.680	–
	12.626	13.766

17. Adiantamento de clientes:

Circulante	2022	2021
Toyo Setal Empreendimentos	150.017	16.130
Consórcio Construtor Linha Verde	3.827	–
Consórcio HDT	902	–
	160.673	16.130
Não circulante	**2022**	**2021**
Clientes Consórcio Montador Belo Monte	16.147	16.147

18. Provisões:

Circulante	2022	2021
Provisão de custos incorridos	23.863	–
Provisão para desmobilizações	2.553	–
	26.417	–
Não circulante	**2022**	**2021**
Provisões para desmobilizações	7.745	
Provisões para contingências tributárias	1.300	5.567
Provisões para contingências trabalhistas	1.370	945
	10.414	6.512
Toyo Setal Empreendimentos	26.759	5.655
Consórcio SPS	413	301
Consórcio Belo Monte	556	556
Consórcio HDT	1.883	–
Consórcio Construtor Linha Verde	7.221	–
	36.831	6.512

19. Arrendamentos: A TSE identifica os ativos de seus contratos de arrendamentos e, quando aplicável, reconhece os direitos de uso relativos aos arrendamentos no ativo imobilizado - Direitos de Uso - em contrapartida aos Arrendamentos no passivo circulante e não circulante de acordo com o pronunciamento contábil CPC 06(R2) - Arrendamentos. Em 31/12/2022, os contratos de arrendamentos são todos de curto prazo, e o saldo reconhecido no passivo circulante é de R$ 861 (2021- R$ 972). **20. Capital social:** O capital social em 31/12/2022 é de R$ 38.904.966,00 (R$ 38.904.966,00 em 2021), representado por 38.904.966,00 quotas no valor nominal unitário de R$1 (um real) cada uma, distribuídas conforme segue:

	Quotas	%
TS Participações e Investimentos S.A.	38.904.965	99,99
Estaleiros do Brasil Ltda.	1	0,01
	38.904.966	100,00

21. Receita operacional líquida:

Receita Bruta	2022	2021
Receita de Prestação de Serviços	336.355	130.012
Receita de Revenda	5.909	6.253
Receita de Exportação de Serviços	36.379	329
Receita de Exportação de Materiais	9.508	639
	388.151	137.233
Deduções de receita - Impostos		
ISS	(12.772)	(1.997)
PIS	(828)	(983)
COFINS	(3.817)	(4.535)
CPRB	(12.955)	(6.132)
	(30.371)	(13.647)
Receita Líquida	357.779	123.586
Obra UGH	–	2.206
Consórcio SPS	–	251
PCPL Deepak	44.007	639
Utilidades do COMPERJ	41.423	119.337
Toyo Japão / MV32	–	223
Parnaíba VI	107.325	826
Consorcio HDT Paulínia	49.524	–
Barcarena	72.987	–
Consorcio CCLV Linha	42.450	–
Outros Projetos	63	104
	357.779	123.586

22. Custos:	2022	2021
Custos com material	(39.986)	(6.775)
Custo dos produtos revendidos	(23.128)	(3.270)
Custos com pessoal, encargos e benefícios	(94.348)	(44.432)
Custos com serviços de terceiros	(119.438)	(23.104)
Custos com alugueis	(10.631)	(1.725)
Depreciação e amortização	(375)	(101)
Custos recuperados - EBR	2.166	1.698
Outros custos	(15.794)	(1.054)
	(301.534)	(78.763)
Obra UGH	–	1
Consórcio SPS	(376)	(167)
Consórcio Belo Monte	(595)	(301)
PCPL Deepak	(562)	(315)
Toyo Japão	–	(286)
Utilidades do COMPERJ	(39.362)	(76.800)
Parnaíba VI	(95.255)	(752)
CCLV	(50.495)	(143)
Consórcio HDT Paulínia	(44.618)	–
Barcarena	(66.701)	–
Outros Projetos	(3.570)	–
	(301.534)	(78.763)

23. Despesas Administrativas:	2022	2021
Despesas com pessoal, encargos e benefícios	(33.098)	(24.889)
Despesas com serviços de terceiros	(16.720)	(13.496)
Despesas com alugueis e utilidades	(52)	(144)
Despesas com viagem e locomoção	(1.426)	(312)
Despesas de depreciação e amortização	(733)	(543)
Recuperação de despesas - EBR	13.945	8.761
Outras despesas e receitas comerciais e administrativas	(2.502)	(1.076)
	(40.586)	(31.699)

24. Resultado Financeiro:

Receitas financeiras	2022	2021
Juros s/ empréstimos mútuos	(248)	–
Descontos obtidos	30	3
Rendas pré-fixadas s/ aplicações	3.016	457
Rendimentos financeiros	3.120	–
Receitas financeiras - Consórcio SPS	6	3
Receitas financeiras - Consórcio Belo Monte	8	3
Receitas financeiras - Consórcio Linha Verde	50	–
Receitas financeiras - Consórcio HDT	104	–
PIS e COFINS s/ Receitas Financeiras	(151)	15
	5.933	481
Variação cambial ativa	327	49
	6.260	530
Despesas financeiras	**2022**	**2021**
Juros s/ empréstimos obtidos	(1.385)	(549)
Multa s/ atraso pagamento	(1.361)	(93)
Descontos obtidos	–	(151)
Tarifas bancárias - IOF	(237)	(182)
Instrumentos derivativos - Hedge	563	–
Comissões e fianças bancárias	(4.067)	–
Despesas financeiras - CCLV	(369)	–
Despesas financeiras - Consórcio Belo Monte	(248)	(36)
Despesas financeiras - Consórcio HDT Paulínia	(24)	–
	(7.128)	(1.011)
Variação cambial passiva	(607)	(313)
	(7.735)	(1.324)
Resultado financeiro, líquido	(1.475)	(794)

25. Imposto de renda e contribuição social: A reconciliação ao resultado efetivo da alíquota nominal para os exercícios findos em 31/12/2022 é conforme segue:

	2022
Lucro (Prejuízo) contábil antes do IRPJ e CSLL	14.244
(+) Adições definitivas	46
(+) Adições temporárias	6.548
(-) Exclusões definitivas	(3.120)
(-) Exclusões temporárias	(3.339)
Lucro ajustado pela legislação fiscal	14.379
Compensação Prejuízo Fiscal	(674)
Lucro base para tributação	13.705
Tributação corrente	
IRPJ - 15%	2.056
IRPJ - 10%	1.347
CSLL - 9%	1.233
	4.636
(B) PAT - Programa Alimentação trabalhador	(82)
IRPJ e CSLL corrente	4.554
Impostos diferidos (s/ adições e exclusões temporárias)	
IRPJ	(1.009)
CSLL	(372)
	(1.381)

26. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela TSE restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo e operações de hedge, em condições normais de mercado, estando reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos critérios descritos na nota 3. Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, à rentabilidade e à minimização de riscos. Os principais instrumentos financeiros ativos em 31/12/2022 e 2021 são Caixa, bancos, aplicações financeiras e operações de hedge (NDFs - *Non Deliverable Forward* ou contratos a termo de moedas). Risco de crédito: A TSE somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de classificação, de forma a se resguardar do risco de crédito associado com as aplicações financeiras. A política de gerenciamento de riscos implica manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a TSE possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata. Gestão de risco de capital: Os objetivos da TSE ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital. Operações com instrumentos derivativos: As operações com instrumentos derivativos contratadas pela TSE em 2022 são exclusivas de NDFs *Non Deliverable Forward* - contrato a termo de moedas, visando a proteção cambial de linhas de endividamento do Consórcio Toyo Setal HDT Paulínia em 2022. Em 31/12/2022 a TSE não possui qualquer operação de instrumentos derivativos de caráter especulativo. **27. Remuneração do pessoal - chave da administração:** O pessoal-chave da administração é composto pelos diretores. Em 31/12/2022 a remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração por serviços empregados montar R$ 4.682 (R$ 2.255 - 2021) e está apresentada na demonstração do resultado na rubrica "Despesas gerais e administrativas". **28. Seguros (Não auditado):** O Grupo possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31/12/2022, a TSE apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos Cobertos	Montante da cobertura
Responsabilidade Civil Geral	Operação	R$ 3.000
Responsabilidade Civil Ambiental	Poluição Ambiental, Transporte de Cargas, Descarte de Resíduos e Gerenciamento de Crise	R$ 5.000
Responsabilidade Civil Profissional (TSE)	Bloqueio e indisponibilidade de bens/danos morais e outros	R$ 5.000

29. Eventos subsequentes: Não existiram eventos subsequentes que afetam as operações.

Diretoria

Willians L. Franklin da Rocha

Contador - CRC/RJ 092631/O-3

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Srs. Diretores e Quotistas da **TOYO SETAL EMPREENDIMENTOS LTDA.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Toyo Setal Empreendimentos Ltda.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Toyo Setal Empreendimentos Ltda.**, em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião sem ressalva sobre as demonstrações contábeis. **Parágrafos de Ênfase: Adiantamento de Clientes - Consórcio Montador Belo Monte:** Durante o exercício de 2017, a Norte Energia depositou ao Consórcio a título de adiantamento o montante de R$ 40.355. Desse montante R$ 14.737 refere-se à transferência de controle do ativo imobilizado devidamente relacionados pelo Consórcio e conferido pela Norte Energia, e R$ 25.618 foi considerado como ressarcimento (recuperação de custos) de diversos gastos que não haviam sido imobilizados, dentre eles: alojamentos, refeitório, escritório administrativo, ambulatório, almoxarifado entre outros. No entanto, da baixa de ativos imobilizados registrados, o Consórcio não emitiu a nota mercantil, e dos demais gastos registrados como custo do projeto não foi emitido a nota de débito. Dessa forma, o valor total de R$ 40.355, está registrado no passivo como "adiantamento de clientes" e no ativo como "outras contas a receber" nas demonstrações contábeis do Consórcio Montador Belo Monte. A Toyo Setal tem registrado sua participação nas mesmas contas com saldos de R$ 16.147 e R$ 16.142 em 31/12/2022. O desfecho deste assunto, também, está sendo discutido no processo arbitral da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional. **Distrato Contratual - Continuidade Operacional Consórcio : Montador Belo Monte:** Foi celebrado o Memorando de Entendimentos, datado em 31/07/2017, entre o Consórcio Montador Belo Monte e a Norte Energia S.A. e suportado pela Escritura Pública de Acordo, datado em 15/08/2017, o distrato do contrato para a prestação de serviços de montagem eletromecânica dos equipamentos e sistemas eletromecânicos e apoio ao comissionamento da Usina Hidrelétrica Belo Monte por preço global e prazo determinado. No cronograma do referido contrato, previa a montagem de 18 turbinas durante o período de fevereiro de 2014 a fevereiro de 2019. No entanto, foram concluídas 9 turbinas até o momento do distrato contratual. Eventuais valores, previstos ou não, contratualmente, podem não estar reconhecidos contabilmente em 31/12/2022. Uma vez que, as consequências financeiras proporcionadas pelo distrato estão sendo discutidas no Tribunal Arbitral da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional, conforme Escritura Pública de Acordo. Apesar do distrato contratual descrito acima, as demonstrações contábeis apresentadas estão fundamentadas no pressuposto de continuidade (*going concern assumption*) conforme Pronunciamento Conceitual Básico (R1): Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Outros Assuntos:** Auditoria do período atual: **Consórcio Montador Belo Monte:** As demonstrações contábeis do Consórcio Montador Belo Monte para o exercício findo em 31/12/2022 foram examinadas por outros auditores independentes com emissão de relatório sem modificação em 28/03/2023 contendo as ênfases referentes à adiantamento de clientes e distrato contratual. Auditoria do período atual: **Consórcio Construtor Linha Verde:** As demonstrações contábeis do Consórcio Construtor Linha Verde para o exercício findo em 31/12/2022 foram examinadas por outros auditores independentes com emissão de relatório sem modificação em 24/03/2023. Auditoria do período atual: **Consórcio Toyo Setal HDT Paulínia:** As demonstrações contábeis do Consórcio Toyo Setal HDT Paulínia para o exercício findo em 31/12/2022 foram examinadas por outros auditores independentes com emissão de relatório sem modificação em 31/03/2023. **Outras Informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor:** A Administração é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a empresa não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 05 de abril de 2023.

Irmãoscampos & Cerboncini Auditores Associados

CRC 2SP 013.900/O-8

Fábio Cerboncini - Sócio Contador

CRC 1 SP 079.347/O-3

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B684-8C34-2F8E-A665.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 29/04/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código B684-8C34-2F8E-A665.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/B684-8C34-2F8E-A665 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: B684-8C34-2F8E-A665

Hash do Documento

042A3A32C3C21A79466826A3824C2DD954B47088669A98C46810A24F74D7A6DB

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/04/2023 é(são) :

☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 29/04/2023 01:25 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00

TOYO SETAL · EBR

TS Participações e Investimentos S.A.

CNPJ nº 15.284.980/0001-79

Demonstrações Financeiras em 31/12/2022 e 2021 (Em Milhares de Reais, Exceto quando indicado de outra forma)

Balanço Patrimonial - Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	46	24	46.566	43.605
Contas a receber (nota 4)	-	-	554.769	112.576
Adiantamentos a fornecedores (nota 5)	1	1	94.653	36.857
Estoques (nota 6)	-	-	335.059	6.623
(-) Alocações	-	-	(82.022)	(5.113)
Tributos a recuperar (nota 7)	1	-	15.620	33.269
Bloqueios judiciais (nota 8)	-	-	65.447	11.046
Despesas antecipadas	-	-	10.692	-
Outros ativos	125	61	9.395	7.309
	173	**86**	**1.050.179**	**246.253**
Não circulante				
Contas a receber (nota 4)	-	-	16.142	16.142
IR e CS diferidos	-	-	1.381	315
Operações com consórcios (nota 9)	-	-	80.602	35.996
Outros ativos	-	-	2.292	5.768
	-	**-**	**100.417**	**58.221**
Investimentos (nota 10)	132.208	121.470	-	-
Imobilizado (nota 11)	-	-	343.472	316.308
Intangível (nota 12)	-	-	1.115	1.139
	132.208	**121.470**	**344.587**	**317.447**
Total do ativo	**132.381**	**121.556**	**1.495.183**	**621.921**

	Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Circulante				
Financiamentos (notas 14)	-	-	52.952	8.500
Partes relacionadas (nota 13)	-	-	5.765	5.449
Fornecedores (notas 15)	99	-	83.724	10.108
Adiantamento de clientes (nota 16)	-	-	624.423	57.065
Obrigações sociais e trabalhistas (nota 17)	-	-	41.046	18.813
Tributos a recolher (nota 18)	-	-	13.722	18.192
Provisões (nota 19)	-	-	95.686	42.954
Arrendamentos	-	-	861	556
Estoque terceiros em nosso poder (nota 6)	-	-	136.014	-
	99	**-**	**1.054.193**	**161.637**
Não circulante				
Financiamentos (notas 14)	-	-	4.563	-
Partes relacionadas (nota 13)	-	-	1.268.236	1.569.259
Arrendamentos	-	-	-	416
Adiantamento de clientes (nota 16)	-	-	16.147	16.147
Tributos a recolher (nota 18)	-	-	1.926	-
Provisões (nota 19)	-	-	17.981	17.633
Operações com Consórcios (nota 9)	-	-	76.091	33.267
Provisão passivo a descoberto (nota 10)	1.076.236	1.297.994	-	-
	10.076.236	**1.297.994**	**1.384.944**	**1.636.722**
Patrimônio líquido (nota 20)				
Capital social	53.681	53.681	53.681	53.681
Reserva de capital	37.160	37.160	37.160	37.160
Prejuízos acumulados	(1.034.795)	(1.267.279)	(1.034.795)	(1.267.279)
Total do patrimônio líquido	**(943.954)**	**(1.176.438)**	**(943.954)**	**(1.176.438)**
Total do passivo e patrimônio líquido	**132.381**	**121.556**	**1.495.183**	**621.921**

Demonstração do Resultado do Exercício e dos Resultados Abrangentes - Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
Operações continuadas	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Receita líquida (nota 21)	-	-	713.092	609.987
Custo dos serviços prestados (nota 22)	-	-	(647.148)	(561.493)
Lucro bruto	**-**	**-**	**65.944**	**48.494**
Gerais e administrativas (nota 23)	(12)	(2)	(88.978)	(64.050)
Outras (despesas) e receitas operacionais	-	-	1.898	706
Prejuízo operacional	**(12)**	**(2)**	**(21.136)**	**(14.850)**
Despesas financeiras	(1)	-	(189.028)	(222.234)
Receitas financeiras	3	-	446.155	277.078
	2	-	-	-
Resultado financeiro, líquido (nota 24)	-	-	257.127	54.844
Participação resultado controladas (nota 10)	232.495	37.272	-	-
Lucro antes do IR e da CS	**232.485**	**37.270**	**235.991**	**39.994**
IR e CS corrente (nota 25)	(1)	-	(4.573)	(6.901)
IR e CS diferido (nota 25)	-	-	1.066	4.177
Lucro líquido do período	**232.484**	**37.270**	**232.484**	**37.270**
Lucro básico por ação atribuível aos acionistas da Companhia por lote de mil ações em R$(Nota 26)	4.330,86	694,28		
Demonstração dos Resultados Abrangentes				
Lucro do exercício	232.484	37.270	232.484	37.270
Resultado abrangente do exercício	**232.484**	**37.270**	**232.484**	**37.270**

Demonstração da mutação do patrimônio líquido - Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 01/01/2021	**53.681**	**37.160**	**(1.304.549)**	**(1.213.708)**
Lucro líquido do exercício	-	-	37.270	37.270
Em 31/12/2021	**53.681**	**37.160**	**(1.267.279)**	**(1.176.438)**
Pr Lucro líquido do exercício	-	-	232.484	232.484
Em 31/12/2022	**53.681**	**37.160**	**(1.034.795)**	**(943.954)**

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Lucro do exercício antes do IR e CS	**232.485**	**37.270**	**235.991**	**39.996**
Depreciação	-	-	14.443	12.993
Amortização	-	-	75	297
Variação cambial sobre mútuo com partes relacionadas	-	-	(252.209)	(57.695)
Perdão de dívida sobre mútuo com partes relacionadas	-	-	-	(22.431)
Juros sobre mútuo com partes relacionadas	-	-	(8.814)	27.389
Juros sobre financiamentos	-	-	1.531	-
Provisões	-	-	53.081	2.430
Participação nos lucros de controladas	(232.495)	(37.272)	-	-
	(232.495)	**(37.272)**	**(191.893)**	**(37.017)**
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	-	-	(442.194)	142.669
Estoques	-	-	(115.737)	28.321
Adiantamento a fornecedores	-	-	(57.796)	(7.490)
Tributos a recuperar	(1)	-	18.672	58.130
Outros créditos	(64)	15	(867)	(11.448)
Fornecedores	99	-	73.617	(22.405)
Adiantamento de clientes	-	-	567.358	(163.685)
Obrigações trabalhistas	-	-	22.231	(15.776)
Tributos a recolher	(2)	-	(8.142)	(22.492)
Arrendamentos	-	-	(112)	(437)
Créditos a receber - Operações com consórcios	-	-	(44.606)	(1.376)
Débitos a pagar - Operações com consórcios	-	-	42.823	(820)
Bloqueio judiciais	-	-	(62.530)	-
	32	**15**	**(7.283)**	**(16.809)**
Caixa gerado (aplicado) nas operações	**22**	**13**	**36.815**	**(13.830)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições ao ativo imobilizado e ao ativo intangível	-	-	(41.654)	(3.800)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**-**	**-**	**(41.654)**	**(3.800)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos bancários	-	-	47.483	8.500
Partes relacionadas	-	-	(39.683)	(31.919)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	**-**	**-**	**7.800**	**(23.419)**
Fluxo de caixa do exercício	**22**	**13**	**2.961**	**(41.049)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**24**	**11**	**43.605**	**84.654**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**46**	**24**	**46.566**	**43.605**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individual e consolidada em 31/12/2022 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A TS Participações e Investimentos S.A. (“Companhia”) foi constituída em 19/01/2012, com sede na cidade de São Paulo/SP. Tem por principal objeto social a participação em outras empresas como sócia cotista ou acionista. A Companhia e suas controladas (conjuntamente, “Grupo”) atuam na Prestação de serviços de engenharia, arquitetura e elaboração de projetos relacionados à exploração, refino e transporte de petróleo, seus derivados, gás e biocombustíveis, construção, manutenção e operação de plataformas marítimas (“offshore”) de petróleo, gás e seus derivados, bem como destinados à indústria petroquímica, fertilizantes, infraestrutura e indústria da construção civil, entre outros, além da construção e reparo de navios, embarcações, diques flutuantes e plataformas para exploração e produção de petróleo entre outros. Em 31/12/2022, a Companhia possuía participação nas seguintes empresas operacionais: (i) Toyo Setal Empreendimentos Ltda. (ii) Estaleiros do Brasil Ltda. A (i) Toyo Setal Empreendimentos Ltda. (TSE) foi constituída em 26/04/2012, com sede Cidade de São Paulo/SP e atua nos seguintes projetos: **Consórcio SPS - TECAB:** O Consórcio SPS foi constituído em 07/02/2012 e, em 16/03/2012, assinou o Contrato nº 0802.0073705.12.2 com a Petrobrás, tendo por objetivo a elaboração do projeto executivo, fornecimento de equipamentos e materiais, construção civil, montagem eletromecânica, comissionamento, assistência técnica à pré-operação, partida e operação assistida das unidades de On Site, Off Site e interligações do Projeto Plansal - Rota Cabiúnas - ampliação do Terminal de Cabiúnas (TECAB) da Petrobrás. O projeto foi totalmente finalizado pelo cliente em 2015. **CMBM - Consórcio Montador Belo Monte:** Em 28/01/2014, as empresas Engevix Engenharia S.A. (50%), Engevix Construções Ltda. (10%) e Toyo Setal Empreendimentos Ltda. (40%) assinaram o Instrumento de Constituição de um Consórcio, denominado “Consórcio Montador Belo Monte”. O objetivo desse consórcio é a execução do contrato de Montagem Eletromecânica da UHE Belo Monte junto à Norte Energia S.A., cujo objeto é a execução dos serviços de montagem dos equipamentos eletromecânicos do empreendimento, no município de Vitória do Xingu/PA. O Consórcio Montador Belo Monte assinou o Contrato CT-DFM-S-001/2014 com a Norte Energia S.A. em 13/02/2014, com finalização desse projeto prevista para julho de 2019, data estimada, possuindo, dessa forma, 65 meses de duração. Em 31/07/2017, a Norte Energia S.A. e o Consórcio Montador Belo Monte celebraram o Memorando de Entendimento, suportado por Escritura Pública de Acordo, datado em 15/08/2017, o distrato do contrato para a prestação de serviços de montagem eletromecânica dos equipamentos e sistemas eletromecânicos e apoio ao comissionamento da Usina Hidrelétrica Belo Monte por preço global e prazo determinado. **COMPERJ:** Em 09/09/2019, a TSE celebrou junto à Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás, o Contrato 5900.0112187.19.2 para fornecimento de bens e prestação de serviços relativos a análise de consistência do projeto e conclusão do projeto executivo, construção civil, montagem eletromecânica e comissionamento (preservação, condicionamento, testes, apoio a pré-operação, partida e operação assistida) das unidades da ETA, ETDI, UTE, e suas respectivas adequações visando atender ao projeto UPGN do rota 3, denominado “COMPERJ”, a ser executado em Itaboraí/RJ. **Parnaíba VI:** Em 12/11/2022, a TSE celebrou junto à Paranaíba II Geração de Energia S.A., o Contrato para fornecimento de bens e prestação de serviços relativos à execução, em regime de empreitada total a preço fixo na modalidade *turn-key*, de todas as atividades necessárias para que a Contratante disponha da Planta integrada à UTE de Ciclo Fechado, ser executado em Santo Antônio dos Lopes/MA. **CCLV - Consórcio Construtor Linha Verde:** Em 8/11/2022, as empresas Toyo Setal Empreendimentos Ltda. (Líder 51%) e Nova Engevix Engenharia e Projetos S.A. (49%), assinaram Instrumento de Constituição de Consórcio, denominado “Consórcio Construtor Linha Verde”. Em 8/12/2022, tal consórcio assinou um Contrato de Empreitada Global, com preço e prazo determinados, com a SPE Transmissora de Energia Linha Verde I S/A, para a construção de uma linha de transmissão de 500KV entre as subestações de Governador Valadares 6 e Mutum, e as baias de entradas correspondentes. **Consórcio Toyo Setal Hdt Paulínia:** Em 17/03/2022, as empresas Toyo Setal Empreendimentos Ltda. (Líder 81,09%) e Toyo Engineering Corporation (18,91%), assinaram Instrumento de Constituição de Consórcio, denominado “Consórcio Toyo Setal HDT Paulínia”. Em 9/05/2022, tal consórcio assinou um Contrato de Empreitada Global, com preço e prazo determinados com a Petrobrás Basileiro S.A. para fornecimento de bens e a prestação de serviços relativos à elaboração de projeto executivo, construção, montagem e desmontagens, Revamps, comissionamento, suporte à pré-operação e partida, operação assistida e fornecimento de bens do projeto do HDT 4 de médios da Replan. A (ii) Estaleiros do Brasil Ltda. (“EBR”) foi constituída em 06/06/2008, com sede social em São José do Norte/RS, e atua nos seguintes projetos: **NOV:** Em 27/07/2022, a EBR assinou contrato com a Nov Intervention And Stimulation Equipment - Aftermarket Comércio de Equipamentos e Serviços Ltda., no valor original de R$133.078 para a fabricação do módulo TS-061 e de um Teg da FPSO (Floating, Production, Storage and Offloading Platform”), denominada FPSO Almirante Tamandaré Búzios 6. A entrega dos módulos está prevista para outubro de 2022. Em 18/01/2022, a EBR assinou contrato com a NOV Intervention And Stimulation Equipment - Aftermarket Comércio de Equipamentos e Serviços Ltda., no valor original de R$161.029 para a fabricação do módulo TS-061 e de um Teg da FPSO (Floating, Production, Storage and Offloading Platform”), denominada FPSO Alexandre de Gusmão Mero 4. A entrega dos módulos está prevista para maio de 2023. **SBM:** Em 06/10/2022, a EBR assinou contrato com a Single Buoy Moorings Inc, no valor original de R$133.257 para a fabricação dos módulos topside TS-002 e TS-045, TS-051 e TS-170 da FPSO (Floating, Production, Storage and Offloading Platform”), denominada FPSO Mero 4. A entrega dos módulos está prevista para setembro de 2023. **SAIPEM:** Em 27/12/2022, a EBR assinou contrato com a SAIPEM S.A., no valor original de R$676.926 para a fabricação dos módulos M01, M04, M08, M10, M11, M14 e M15 da FPSO (Floating, Production, Storage and Offloading Platform”), denominada FPSO P79. A entrega dos módulos está prevista para agosto de 2023. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis: a) Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil):** As demonstrações contábeis do Grupo referentes ao exercício findo em 31/12/2022, foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal de seus negócios, observando (i) as práticas contábeis adotadas no Brasil; (ii) as disposições da legislação societária, previstas na Lei 6.404/76, com alterações da Lei 11.638/07 e da Lei 11.941/09 e (iii) os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração aprovou as demonstrações contábeis em 06/04/2023. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas e divulgadas de acordo com o CPC 26R1 (apresentação das demonstrações contábeis). **b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de ativos e passivos, como instrumentos financeiros os quais são mensurados pelo valor justo. **c) Uso de estimativas e julgamentos:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com a utilização de diversas bases de avaliação e estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação dessas demonstrações são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado e avaliação de sua recuperabilidade nas operações, assim como a análise de riscos para determinação de provisões, inclusive para riscos de demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores divergentes do registrado nas demonstrações contábeis, em função das incertezas inerentes ao próprio processo de estimativa. A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente estas estimativas e suas premissas. **d) Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional do Grupo é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação de suas demonstrações contábeis e estão apresentadas em milhares de reais. **2.1 Principais práticas contábeis adotadas: a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista, expressos em reais, sem restrição de uso e que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. O Grupo considera como equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **b) Reconhecimento da receita e dos custos:** A receita de prestação de serviços é apurada e reconhecida em virtude da evolução física do projeto. A receita compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja praticamente certo que resultem em receita e possam ser mensurados de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado do exercício na medida do estágio de conclusão do contrato de acordo com o percentual de conclusão de cada um dos projetos. Os custos de cada contrato são reconhecidos como resultado no período em que são incorridos, a menos que criem um ativo relacionado à atividade de contrato futuro. Quando o resultado de um contrato de prestação de serviços não puder ser estimado com confiabilidade, sua receita é reconhecida até o montante dos custos incorridos desde que sua recuperação seja provável. Se for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato, a perda estimada é reconhecida imediatamente no resultado do exercício na rubrica “Custo dos serviços prestados” e um passivo é registrado na rubrica “Provisões”. Os montantes faturados ou a faturar registrados com base no trabalho executado, mas ainda não pagos pelo cliente, são registrados no balanço patrimonial como ativo, na rubrica “Contas a receber de clientes”. **c) Reconhecimento de arrendamentos:** O Grupo identifica os ativos de seus contratos de arrendamentos e, quando aplicável, reconhece os direitos de uso relativos aos arrendamentos no ativo imobilizado - Direitos de Uso - em contrapartida aos Arrendamentos no passivo circulante e não circulante de acordo com o pronunciamento contábil CPC 06(R2) - Arrendamentos. **d) Transações e saldos em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data dos balanços e todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. **e) Instrumentos financeiros e derivativos:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que o Grupo se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão (quando aplicável). Sua mensuração subsequente ocorre na data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. O principal instrumento financeiro do Grupo é o caixa e equivalentes de caixa. São classificados como caixa e equivalentes numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez em instituições financeiras de primeira linha, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a insignificantes mudanças de valor. **f) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido (preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas). O custo dos estoques inclui o custo histórico de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem, impostos não recuperáveis e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. **g) Tributação:** IRPJ e CSLL - Corrente. O IRPJ e a CSLL são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R$240.000,00 por ano e 9% de CSLL e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. As controladas TSE e EBR tributam o IRPJ e a CSLL com base na apuração do lucro real, enquanto a Controladora tributa com base no lucro presumido. **h) Impostos sobre vendas:** As receitas de vendas e serviços das controladas estão sujeitas à tributação específica de cada nicho de negócio e estão discriminadas detalhadamente nas demonstrações contábeis financeiras individuais. **i) Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e eventuais perdas acumuladas de redução ao valor recuperável *(impairment)*, quando aplicável. Não foram identificados, nas demonstrações contábeis de 2022, ajustes a serem contabilizados, referentes a redução ao valor recuperável de bens do seu ativo imobilizado. Os bens do ativo imobilizado, adquiridos com recursos próprios ou através de arrendamentos, são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil dos bens. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento do período e eventuais ajustes, quando necessários, são reconhecidos como mudança de estimativa contábil. **j) Intangível:** Licenças adquiridas de programas de computador (softwares) são capitalizadas e amortizadas com base no método linear ao longo da sua vida útil. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos ao encerramento de cada exercício e eventuais ajustes, quando necessários, são reconhecidos como mudança de estimativa contábil. **k) Provisões:** O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais, para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas quando consideradas as alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **l) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **m) Operações em conjunto (Consórcios):** A controlada TSE possui participação em consórcios (Consórcio SPS, Consórcio Montador Belo Monte, Consórcio Construtor Linha Verde e Consórcio Toyo Setal HDT Paulínia), cujos acordos contratuais estabelecem o controle conjunto das operações. As operações controladas em conjunto envolvem a utilização de recursos da empresa, assim como dos outros participantes de cada consórcio, em contrapartida à constituição de uma entidade jurídica. A TSE registra em suas demonstrações contábeis parcela proporcional ao percentual de sua participação em cada Consórcio, nos ativos, passivos, receitas de prestação de serviços, custos e despesas incorridas no exercício. **n) Investimentos:** Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações contábeis da controladora. Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos nas controladas são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionados das mudanças após a aquisição das participações societárias nas controladas. As participações societárias nas controladas são apresentadas na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas das controladas. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações contábeis da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre os investimentos em suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidências objetivas de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável, como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil, e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora. No exercício de 2021 não houve a necessidade de ajuste por perda ou redução ao valor recuperável. **o) Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC: Alterações e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente:** Em 2022, a Companhia avaliou as emendas e novas interpretações aos CPCs e às IFRSs emitidos pelo CPC e IASB, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1°/01/2022. As principais alterações são: • Alterações no CPC 27 / IAS 16: Imobilizado - Recursos antes do Uso Pretendido: As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado. • Melhorias no CPC 48 / IFRS 9: Instrumentos Financeiros: As alterações esclarecem as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro. • Melhorias no CPC 06 (R2) / IFRS 16: Arrendamentos: As alterações excluem o conceito de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros. A adoção dessas normas não resultou em impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais da Companhia. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não vigentes. A Companhia não adotou antecipadamente as novas normas do CPCs e IFRSs. A seguir as principais revisões já emitidas e ainda não vigentes: • Alterações ao CPC 26 /IAS 1 Classificação de passivos como circulante ou não circulante e conceito de materialidade. Início 01/01/2023; • Alterações ao CPC 23 / IAS 8 Definição de estimativas contábeis. Início 01/01/2023; • Alterações ao CPC 32 / IAS 12 Tributos sobre o lucro - CPC 32. Imposto diferido relacionado a Ativos e Passivos resultante de uma única transação. Início 01/01/2023, e • Alterações ao CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (CPC 18 (R2) Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture. A data de vigência ainda não foi definida pelo IASB. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em virtude dessas alterações.

3. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa	-	-	77	32
Bancos	-	-	23.582	2.662
Aplicações financeiras	46	24	22.907	40.911
	46	**24**	**46.566**	**43.605**

Em 2022 as aplicações financeiras da TSE estão efetuadas em CDB, Operações Compromissadas, Fundos de Investimentos e Aplicações Automáticas atreladas em Fundos de Investimento nos bancos Santander, Daycoval, ABC, Safra e Banco do Brasil, com remuneração variando entre 65% a 100% a.a. do CDI. As aplicações financeiras da EBR estão efetuadas em CDB, Operações Compromissadas e Aplicações Automáticas atreladas em Fundos de Investimento nos bancos Santander, Daycoval, Banco do Brasil e ABC com remuneração variando entre 65% a 100% a.a. do CDI. Em 2021, as aplicações financeiras da TSE estão efetuadas em Operações Compromissadas e CDB’s nos Bancos Santander e Daycoval, com remuneração que varia entre 65% a 104,00% a.a. do CDI. As aplicações financeiras do EBR estão efetuadas em Operações Compromissada e CDB’s nos Bancos Santander e ABC, com remuneração que varia entre 65% a 89% a.a. do CDI e também com taxas pré fixadas de 4,8% e 10,75% também do CDI pelo período de contratação das aplicações.

4. Contas a receber:

	Consolidado	
Circulante	**2022**	**2021**
Valores Faturados: Consórcio SPS - TECAB	287	287
Consórcio Montador Belo Monte - UHE Belo Monte	1.685	1.685
Deepak	42	42
Petrobrás - Utilidades do COMPERJ	458	6.157
Eneva - Parnaíba VI	5.211	-
Terna - Consórcio Construtor Linha Verde	1.394	226
Consórcio Toyo Setal HDT	1.882	-
Brunel	688	-
Saipem P79	19.423	-
Petrobrás COMPERJ	18	156
Cameron Sepetiba	32.956	37.578
Modec MV32	-	6.375
ODS	-	960
Sea Fastening	-	3.757
Outros	184	-
FPSO P74	2.606	15.163
Valores a Faturar: Consórcio SPS - TECAB (i)	4.521	4.521
Petrobrás - Utilidades do COMPERJ	6.137	2.664
Eneva - Parnaíba VI	30.152	865
Terna - Consórcio Construtor Linha Verde	5.813	-
Consórcio Toyo Setal HDT	50.048	-
NOV Almirante Tamandaré B6	143.695	28.613
SBM FPSO Mero 4	67.788	1.965
NOV Alexandre de Gusmão M4	48.453	260
SAIPEM P-79	131.328	1.302
	554.769	**112.576**
Não circulante		
Consórcio Montador Belo Monte - UHE Belo Monte (ii)	16.142	16.142
Total	**570.911**	**128.718**

(i) Conforme ata referente a 51ª Reunião de Negociação - Petrobrás e CSPS - Negociação de Valores das SMPs - Contrato nº 0802.0073705.12.2, os valores em questão encontram-se aprovados pela Comissão designada pelo cliente. (ii) Foi celebrado em Escritura Pública de Acordo que eventuais valores, reconhecidos ou não, na data-base de 31/12/2017, em consequência do distrato do contrato entre a Norte Energia S.A. e o Consórcio Montador Belo Monte estão sendo discutidos e tratados no Tribunal Arbitral da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional.

5. Adiantamentos a fornecedores:

	Consolidado	
	2022	2021
Adiantamento a fornecedores nacionais	73.006	10.489
Adiantamento a fornecedores estrangeiros	21.647	26.368
	94.653	**36.857**

6. Estoques:

	Consolidado	
Ativo circulante	**2022**	**2021**
Produção em andamento	72.235	2.879
Estoque de matéria-prima	101.994	3.519
Remessa para industrialização em terceiros	3.925	-
Produto acabado	130	-
Produto semi-acabado	8.307	-
Estoque de terceiros em nosso poder	136.014	-
Alocação de estoque para o resultado (nota 2.1 b)	(82.022)	(5.113)
Estoque para revenda	12.454	225
	253.037	**1.510**
Passivo circulante	**2022**	**2021**
Estoque de terceiros em nosso poder	(136.014)	-
	(136.014)	**-**

7. Tributos a recuperar:

	Consolidado	
	2022	2021
PIS e COFINS	6.010	6.726
IRRF	756	1.182
IRPJ e CSLL	1.457	10.213
ISS	225	5.278
REINTEGRA	-	108
ICMS	6.966	5.915
INSS a recuperar	9	3.598
Outros impostos	195	249
	15.620	**33.269**

8. Bloqueios judiciais: Banco Santos: Em dezembro de 2020 foi instaurado na 31ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital - SP, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - TJSP, processo cuja natureza visava a desconsideração da Personalidade Jurídica, direta e inversa, para que seja reconhecido grupo econômico entre PEM, SETEC, SOG e reconhecimento de confusão patrimonial entre estas e a TSPI e suas controladas TSE e EBR. Além do reconhecimento de desvio de finalidade de empresas e confusão patrimonial entre seus patrimônios e de seus respectivos sócios, tal ação visa buscar a responsabilização de todos os 32 Requeridos pelo débito originalmente contraído pela SETEC, avalizado por PEM e Roberto Ribeiro de Mendonça. Neste cenário, foram deferidos diversos pedidos de bloqueio de bens e valores de todos os réus, entre eles da TSPI e sujas controladas, bem como decisões favoráveis para levantamentos de valores bloqueados, cuja monta em 31/12/2021 era de R$11.046. Ao longo de 2022, todos os bloqueios foram levantados em troca de seguros garantidas emitidos por seguradoras de mercado, de forma que no exercício findo de 31/12/2022 inexistem saldos bloqueados referentes a esta ação. O valor total do processo - atualizado até fevereiro de 2022 - é de R$231.950.906,70 (duzentos e trinta e um milhões, novecentos e cinquenta mil, novecentos e seis reais e setenta centavos), segundo o cálculo apresentado pela autora (Massa Falida do Banco Santos), cálculo esse impugnado fundamentadamente pelos réus, levando a crer que, caso haja alguma condenação às partes, o valor será substancialmente mais baixo. Para referência, o valor histórico do montante cobrado é de R$8.000.000,00 (oito milhões de reais) em 2004. Na avaliação dos advogados a probabilidade de perda deste processo é possível. Entretanto, a chance de haver condenação no valor integral pleiteado é remota, sobretudo em razão de incongruências apontadas em impugnações específicas realizadas pelos Requeridos (apoiadas em laudos técnicos), pendentes de análise em primeiro grau. Assim, há alta probabilidade de ser determinada perícia contábil para apuração do valor de eventual condenação, com substancial minoração. Soma-se a isso o fato de este incidente tramitar contra 32 pessoas (físicas e jurídicas), de forma que uma eventual condenação para pagamento poderá, a depender da decisão judicial, ser dividida solidariamente entre aqueles que forem efetivamente condenados. **Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica - IDPJ:** O IDPJ foi proposto pela União Federal em face das controladas TSE e EBR, em busca do reconhecimento da responsabilidade das empresas por débitos tributários de IRPJ, IRRF, e CSLL, exigidos da empresa SOG Óleo e Gás (“SOG”) nos autos da Execução Fiscal. Em razão de pedido de tutela formulado pela Fazenda Nacional, foram determinados bloqueios judiciais que montam em 31/12/2022 o valor de R$65.447. Foi apresentada Impugnação ao IDPJ demonstrando a impossibilidade de atribuição de responsabilidade pelos débitos tributários de IRPJ, IRRF e CSLL à TSE e ao EBR em razão da inexistência de confusão patrimonial e desvio de finalidade, na medida em que as referidas empresas foram criadas no âmbito de uma joint venture formada pela Toyo Japão e pela SOG. Ademais, foram apresentadas petições indicando a impossibilidade de exigência da multa qualificada prevista no artigo 44 da Lei nº 9.430/1996, na medida em que a SOG já efetuou o pagamento de multa punitiva no acordo de delação premiada firmado com o Ministério Público Federal, homologado pela 13ª Vara Federal de Curitiba e pedindo a extinção do IDPJ em razão da nulidade das certidões de dívida ativa, conforme entendimento do STJ em recursos repetitivos firmado no julgamento do REsp nº 1.045.472, em razão de erro na fundamentação legal das certidões em dívida ativa. O Agravo de Instrumento foi interposto por TSE e EBR em busca da reforma da decisão proferida no IDPJ que determinou o bloqueio de ativos financeiros da TSE e do EBR. Da mesma forma, no Agravo de Instrumento foi demonstrada a inexistência de confusão patrimonial e desvio de finalidade, na medida em que as referidas empresas foram criadas no âmbito de uma joint venture (TSPI) formada pela Toyo Engineering e pela SOG. Aguarda-se a análise do pedido de tutela pela Desembargadora Relatora. O valor em discussão atualizado até 21/12/2022 é de R$281.276.514,19 e na avaliação dos advogados a probabilidade de perda deste processo é possível. Cumpre ressaltar que o valor acima estabelecido apresenta evidente falta de liquidez e incerteza em decorrência da determinação judicial da 13ª Vara Federal de Curitiba, além do entendimento do STJ firmado pela Primeira Seção, sob o rito dos recursos repetitivos, no julgamento do Recurso Especial nº 1.045.472, no sentido de que a necessidade de alteração de fundamento legal da autuação requer a revisão do lançamento e, portanto, a nulidade da Certidão em Divida Ativa.

9. Partes relacionadas com consórcios:

Créditos a receber	**2022**	**2021**
Consórcio SPS	44.653	39.042
Consórcio Montador Belo Monte	(2.465)	(3.046)
Consórcio Linha Verde	1.962	-
Consórcio HDT	36.452	-
	80.602	**35.996**
Débitos a Pagar		
Consórcio SPS	(38.860)	(38.702)
Consórcio Montador Belo Monte	1.212	5.434
Consórcio Linha Verde	(1.954)	-
Consórcio HDT	(36.489)	-
	(76.091)	**(33.268)**
Resultado das Operações		
Receita operacional líquida	91.974	-
Custo dos serviços prestados e revenda	(97.896)	(543)
Prejuízo bruto	(5.922)	(543)
Despesas financeiras	(2.337)	(36)
Receitas financeiras	152	5
Prejuízo operacional	(8.107)	(574)

10. Investimentos em controladas e provisão de passivo a descoberto: A composição da participação dos investimentos nas controladas está demonstrada a seguir:

	% de participação
Toyo Setal Empreendimentos Ltda.	99,99
Estaleiros do Brasil Ltda.	99,99

A movimentação dos investimentos e provisão do passivo a descoberto está assim demonstrada:

	Controladora	
Investimentos em subsidiárias	**2022**	**2021**
No início do exercício	121.470	112.063
Toyo Setal Empreendimentos Ltda.		
Lucro de equivalência patrimonial	10.738	9.407
No final do exercício	**132.208**	**121.470**
Provisão de passivo a descoberto	**2022**	**2021**
Estaleiros do Brasil Ltda.		
No início do exercício	(1.297.994)	(1.325.859)
Lucro de equivalência patrimonial	221.758	27.865
No final do exercício	**(1.076.236)**	**(1.297.994)**

11. Imobilizado:

Custo	2021	Adições	Baixas	2022
Veículos	4.355	2.172	-	6.527
Máquinas e Equipamentos	83.936	6.149	-	90.085
Móveis e Utensílios	2.761	619	-	3.380
Equipamentos de Informática	9.435	6.471	-	15.906
Outras Instalações de Campo	6.396	6.997	-	13.393
Terrenos	54.823	-	-	54.823
Prédios - Estaleiro	225.618	10.453	-	236.071
Cais - Estaleiro	137.675	-	-	137.675
Benfeitorias em prédios de terceiros	-	1.600	-	1.600
Imobilizado em andamento	15.711	7.143	-	22.854
Ativo de direito de uso	1.888	-	-	1.888
Total do Custo	**542.598**	**41.604**	**-**	**584.202**

Depreciação	Taxa	2021	Depreciação	Baixas	2022
Veículos	20%	(2.813)	(550)	-	(3.363)
Máquinas e Equipamentos	10% a 20%	(34.643)	(5.662)	-	(40.305)
Móveis e Utensílios	10% a 20%	(2.164)	(213)	-	(2.377)
Equipamentos de Informática	20%	(7.519)	(1.320)	-	(8.839)
Outras Instalações de Campo	15% a 20%	(4.890)	(582)	-	(5.472)
Prédios - Estaleiro	2,0% a 4,5%	(35.667)	(5.914)	-	(41.581)
Benfeitorias em prédios de terceiros		-	(89)	-	(89)
Cais - Estaleiro	20%	(137.677)	-	-	(137.677)
Ativo de direito de uso		(917)	(110)	-	(1.027)
Total da Depreciação		**(226.290)**	**(14.440)**	**-**	**(240.730)**
Saldo líquido		**316.308**			**343.472**

Na avaliação de recuperabilidade de seus ativos imobilizados, conforme descrito na Nota 2.2 - h, o Grupo prioriza o emprego do valor em uso dos ativos a partir de projeções que consideram: (i) a vida útil estimada do ativo e (ii) premissas e orçamentos aprovados pela Administração, em razão das características dos negócios. Em 31/12/2022 e 2021, a controlada EBR efetuou os testes de perda por desvalorização (impairment) para seus ativos concluindo pela manutenção do valores de registro.

12. Intangível:

	Consolidado			
Custo	**2021**	**Adições**	**Baixas**	**2022**
Software e licença de Uso	8.605	51	-	8.656
Software e licença de Uso em Andamento	669	-	-	669
	9.274	**51**	**-**	**9.325**
Amortização	**2021**	**Amortização**	**Baixas**	**2022**
Software e licença de Uso	(8.135)	(75)	-	(8.210)
Saldo líquido	**1.139**	**-**	**-**	**1.115**

13. Partes relacionadas:

Passivo		Consolidado	
Circulante		**2022**	**2021**
Toyo Engineering Corporation	(i)	5.697	5.382
Setal Óleo e Gás S.A - SOG	(ii)	67	67
		5.765	**5.449**
Não circulante			
Toyo Engineering Japan	(ii)	1.268.236	1.569.259
		1.268.236	**1.569.259**

(i) Operações de compra de equipamentos aplicados no projeto P74, serviços e/ou cobranças de garantias.
(ii) Operações de mútuo.

Receitas	**2022**	**2021**
Toyo Engineering Corporation	34.563	223
	34.563	**223**
Outras Receitas (despesas)	**2022**	**2021**
Perdão de dívida - Operações de mútuos	-	22.431
Despesas de juros - Operações de mútuos	8.814	(27.389)
Variação cambial - Operações de mútuo	252.209	57.691
Variação cambial - Invoices	(165)	-
Outras despesas	(618)	-
	260.239	**52.737**

14. Financiamentos:

Banco	Tipo	Prazo	Taxa	Principal em Reais	Principal em Dólares	Juros e encargos	2022	2021
Banco do Brasil S.A.	ACC	16/06/23	6,55% a.a.	31.050	6.000	1.349	32.399	-
Banco ABC S.A.	Capital de Giro	03/11/23	3,00% a.a. + CDI	10.000	-	101	10.101	-
Banco do Brasil S.A.	Projeto HDT	25/07/25	4,81% a.a. + CDI	4.500	-	63	4.563	-
Stowaway	Capital de Giro	05/12/23	2,15636%	10.479	2.000	(27)	10.452	-
Banco ABC	Capital de Giro	14/02/22	3,65% + CDI				-	8.500
							57.515	**8.500**
Circulante							52.952	8.500
Não Circulante							4.563	-
							57.515	**8.500**

15. Fornecedores:

	Consolidado	
Circulante	**2022**	**2021**
Nacionais	83.724	9.713
Estrangeiros	-	395
	83.724	**10.108**

16. Adiantamento de clientes:

	Consolidado	
Circulante	**2022**	**2021**
Projetos - Toyo Setal Empreendimentos	150.017	16.130
Consórcio HDT	6.829	-
Consórcio Construtor Linha Verde	3.826	-
SAIPEM S.A.	230.241	-
NOV	168.075	27.612
SBM	65.435	13.323
	624.423	**57.065**
Não circulante	**2022**	**2021**
Consórcio CMBM	16.147	16.147
	16.147	16.147
	640.570	73.212

17. Obrigações sociais e trabalhistas:

	Consolidado	
	2022	2021
Salários e pró-labore a pagar	10.211	2.256
FGTS	2.077	546
INSS	5.983	426
Provisão de férias e encargos sociais	19.925	8.979
Provisão para desmobilizações	242	5.245
Outros	2.608	1.361
	41.046	**18.813**

18. Tributos a recolher:

	Consolidado	
Circulante	**2022**	**2021**
PIS e COFINS	2.348	3.075
ICMS	220	13
Retenções na Fonte	2.741	1.788
IOF	277	178
ISS	659	4.071
IRPJ e CSLL	4.554	6.901
PROV ICMS TRANSF CREDITO DECR.42543/2010	617	-
CPRB	2.072	302
Outros impostos e contribuições a recolher	-	1.855
Parcelamento de impostos CCLV	236	9
	13.722	**18.192**
Não circulante	**2022**	**2021**
Parcelamento de impostos - CCLV	902	-
Parcelamento de PIS e COFINS - EBR	1.024	-
	1.926	**-**

19. Provisões: A provisão para demandas judiciais é estabelecida por valores atualizados, para questões trabalhistas, tributárias e cíveis em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base na avaliação da Administração e na opinião dos consultores legais da empresa, tanto para os casos em que a perda é considerada provável, quanto para aqueles em que é considerada possível, conforme demonstramos a seguir:

	Consolidado	
Circulante	**2022**	**2021**
Provisão de custos incorridos	93.132	42.954
Provisão para desmobilização	2.553	-
	95.686	**42.954**
Não circulante	**2022**	**2021**
Provisão para desmobilização	7.745	-
Provisão para contingências tributárias	1.300	5.567
Provisão para contingências trabalhistas	7.181	10.309
Custos	1.757	1.757
	17.982	**17.633**
	113.668	**60.587**

20. Patrimônio líquido: O capital social em 31/12/2022 e em 2021 é de R$53.680.814,00, representado por 53.680.814 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme segue:

	Quotas	%
SOG - Óleo e Gás S.A.	26.840.407	50,00
Toyo Engineering Corporation (Japão)	26.840.407	50,00
	53.680.814	**100,00**

21. Receita líquida:

	Consolidado	
Receita Bruta	**2022**	**2021**
Receita de Prestação de Serviços	336.549	130.063
Receita de Revenda	5.908	6.271
Receita de exportação de serviços	38.326	1.121
Receita de exportação de materiais	199.441	249.532
Receita de vendas no mercado nacional	163.276	237.603
	743.499	**624.590**
Deduções de receita - Impostos		
ISS	(12.790)	(2.030)
PIS e COFINS	(4.663)	(6.441)
CPRB	(12.955)	(6.132)
	(30.407)	**(14.603)**
Receita Líquida	**713.092**	**609.987**

22. Custos:

	Consolidado	
	2022	2021
Custos com material de consumo	(104.932)	(60.507)
Custo com material aplicado	(101.147)	(135.211)
Custos com pessoal, encargos e benefícios	(213.081)	(241.789)
Custos com serviços de terceiros	(177.244)	(109.946)
Custos com aluguéis	(15.428)	(7.475)
Depreciação e amortização	(1.097)	(431)
Outros custos	(34.219)	(12.492)
REINTEGRA	-	108
Provisão para contingências	-	6.250
	(647.148)	**(561.493)**

23. Despesas gerais e administrativas:

	Consolidado	
	2022	2021
Despesas com pessoal, encargos e benefícios	(43.832)	(28.832)
Despesas com serviços de terceiros	(23.362)	(18.902)
Despesas com alugueis e utilidades	(109)	317
Despesas com viagem e locomoção	(2.878)	(480)
Despesas com seguros e garantias	(4)	(138)
Despesas de depreciação e amortização	(11.720)	(12.450)
Despesas com materiais	(4.131)	(467)
Outras despesas comerciais e administrativas	(2.942)	(3.098)
	(88.978)	**(64.050)**

24. Resultado financeiro, líquido:

	Consolidado	
Receitas financeiras	**2022**	**2021**
Juros sobre empréstimos mútuos	(248)	-
Descontos obtidos	96	530
Rendas pré-fixadas sobre aplicações	4.356	1.316
Rendimentos financeiros	3.629	-
Receitas financeiras - Consórcio SPS	6	3
Receitas financeiras - Consórcio Belo Monte	8	3
Receitas financeiras - Consórcio Linha Verde	50	-
Receitas financeiras - Consórcio HDT	104	-
Perdão de Dívida - Mútuo partes relacionadas	-	22.431
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(217)	(1.073)
Instrumentos derivativos - Hedge	2.684	-
Rendimento debêntures	3	-
	10.470	**23.210**
Variação cambial ativa	435.686	253.868
	446.155	**277.078**
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos leasing	(203)	(275)
Juros sobre empréstimos obtidos	7.429	(27.939)
Multa sobre atraso pagamento	(2.495)	(221)
Instrumentos Derivativos - Hedge	(1.801)	-
Descontos concedidos	-	(151)
Despesas financeiras - Consórcio SPS	-	(36)
Despesas financeiras - CCLV	(369)	-
Despesas financeiras - Consórcio Belo Monte	(248)	(182)
Despesas financeiras - HDT Replan	(24)	-
Tarifas bancárias - IOF	(2.796)	(2.285)
Comissões e fianças bancarias	(4.067)	-
	(4.574)	**(31.089)**
Variação cambial passiva	(184.454)	(191.145)
	(189.028)	**(222.234)**
Resultado financeiro, líquido	**257.127**	**54.844**

25. IR e CS corrente e diferido: Nos exercícios de 2022 e 2021 a Controladora TSPI optou pela apuração do IRPJ e da CSLL pelo método do Lucro Presumido não afeurindo nos referidos exercícios resultado tributável para o reconhecimento de impostos a pagar. **26. Lucro básico por ação:** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício:

	Controladora	
	2022	2021
Prejuízo atribuível aos acionistas	232.484	37.270
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias	53.680.814	53.680.814
Prejuízo básico por lote de mil ações em R$	**4.330,86**	**694,28**

27. Remuneração do pessoal-chave da administração: O pessoal-chave da administração é composto pelos diretores. Em 31/12/2022, a remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração por serviços empregados montam R$9.825 (R$8.635 - 2021) e está apresentada na demonstração do resultado na rubrica “Despesas gerais e administrativas. **28. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pelo Grupo restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo e contas a receber, em condições normais de mercado, estando reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos critérios descritos na nota 2. Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, à rentabilidade e à minimização de riscos. Os principais instrumentos financeiros ativos em 31/12/2022 e 2021 são Caixa, bancos e aplicações financeiras. Risco de crédito: O Grupo somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de classificação, de forma a se resguardar do risco de crédito associado com as aplicações financeiras. A política de gerenciamento de riscos implica manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, o Grupo possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata. Gestão de risco de capital: Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital. Operações com instrumentos derivativos: As operações com instrumentos derivativos contratadas pela TSE em 2022 são exclusivas de NDFs *Non Deliverable Forward* - contrato a termo de moedas, visando a proteção cambial de linhas de endividamento do Consórcio Toyo Setal HDT Replan em 2022. Em 31/12/2022 a TSPI e suas controladas não possuem qualquer operação de instrumentos derivativos de caráter especulativo. **29. Seguros (Não auditado):** O Grupo possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31/12/2022, o Grupo apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos Cobertos	Montante da cobertura
Automóveis	Indenização integral	100% FIPE
	Perda parcial	100% FIPE
	Danos materiais a terceiros	1.000
	Danos corporais a terceiros	1.000
	Danos morais	30
Responsabilidade Civil Geral	Operações, guarda veículos, empregador, poluição súbita e acidental, RCFV 2º risco	28.000
Riscos operacionais	Riscos gerais operacionais	340.000
	Perda Total, assistência e salvamento	172
	Valor aumentado	393
Casco marítimo	Responsabilidade Civil	1.600
	Casco e máquinas	1.500
Responsabilidade Civil Profissional	Engenharia, arquitetura e CREA responsáveis técnicos	5.200
Responsabilidade Civil Ambiental	Poluição Ambiental, Transporte de Cargas, Descarte de Resíduos e Gerenciamento de Crise	5.000

30. Eventos subsequentes: Não existiram eventos subsequentes que afetam as operações.

A Diretoria

Willians L. Franklin da Rocha - Contador - CRC/RJ 092631/O-3

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Srs. Acionistas, Conselheiros e Administradores da **TS Participações e Investimentos S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da TS Participações e Investimentos S.A. identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TS Participações e Investimentos S.A. em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião sem ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Parágrafos de Ênfase:** A controlada Toyo Setal Empreendimentos Ltda. participa de negócios em conjunto, através do Consórcio Montador Belo Monte, cujo relatório de outros auditores independentes sobre as demonstrações contábeis em 31/12/2021 continha os seguintes parágrafos de ênfase: **Adiantamento de clientes:** Durante o exercício de 2017, a Norte Energia depositou ao Consórcio a título de adiantamento o montante de R$40.355. Desse montante total, os R$14.737 refere-se à transferência de controle do ativo imobilizado devidamente relacionados pelo Consórcio e conferido pela Norte Energia, e R$25.618 foi considerado como ressarcimento (recuperação de custos) de diversos gastos que não haviam sido imobilizados, dentre eles: alojamentos, refeitório, escritório administrativo, ambulatório, almoxarifado entre outros. No entanto, da baixa de ativos imobilizados registrados, o Consórcio não emitiu a nota mercantil, e dos demais gastos registrados como custo do projeto não foi emitido a nota de débito. Dessa forma, o valor total de R$40.355, está registrado no passivo como “adiantamento de clientes” e no ativo como “outras contas a receber”. O desfecho deste assunto, também, está sendo discutido no processo arbitral da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional. **Distrato contratual - Continuidade operacional:** Conforme nota explicativa n° 1, foi celebrado o Memorando de Entendimentos, datado em 31/07/2017, entre o Consórcio Montador Belo Monte e a Norte Energia S.A. e suportado pela Escritura Pública de Acordo, datado em 15/08/2017, o distrato do contrato para a prestação de serviços de montagem eletromecânica dos equipamentos e sistemas eletromecânicos e apoio ao comissionamento da Usina Hidrelétrica Belo Monte por preço global e prazo determinado. No cronograma do referido contrato, previa a montagem de 18 turbinas durante o período de fevereiro de 2014 a fevereiro de 2019. No entanto, foram concluídas 9 turbinas até o momento do distrato contratual. Eventuais valores, previstos ou não, contratualmente, podem não estar reconhecidos contabilmente em 31/12/2021, uma vez que, as consequências financeiras proporcionadas pelo distrato estão sendo discutidas no Tribunal Arbitral da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional, conforme Escritura Pública de Acordo, conforme descritas na nota explicativa n° 12. Apesar do distrato contratual descrito acima, as demonstrações contábeis apresentadas estão fundamentadas no pressuposto de continuidade (going concern assumption) conforme Pronunciamento Conceitual Básico (R1): Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Outros Assuntos:** Auditoria do período atual: **Consórcio Montador Belo Monte:** As demonstrações contábeis do Consórcio Montador Belo Monte para o exercício findo em 31/12/2022 foram examinadas por outros auditores independentes com emissão de relatório sem modificação em 28/03/2023 contendo as ênfases referentes à adiantamento de clientes e distrato contratual. Auditoria do período atual: **Consórcio Construtor Linha Verde:** As demonstrações contábeis do Consórcio Construtor Linha Verde para o exercício findo em 31/12/2022 foram examinadas por outros auditores independentes com emissão de relatório sem modificação em 24/03/2023. Auditoria do período atual: **Consórcio Toyo Setal HDT Paulínia:** As demonstrações contábeis do Consórcio Toyo Setal HDT Paulínia para o exercício findo em 31/12/2022 foram examinadas por outros auditores independentes com emissão de relatório sem modificação em 31/03/2023. **Outras Informações que acompanham as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas e o Relatório do Auditor:** A Administração é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a empresa e suas controladas não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 06/04/2023. **Irmãos Campos & Cerboncini - Auditores Associados** - CRC 2SP 013.900/O-8, **Fábio Cerboncini - Sócio Contador** - CRC 1SP 079.347/O-3.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0302-A9A0-FC57-9597.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP Brasil

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 29/04/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de **Publicações Legais** no portal do **Jornal O Dia SP.** Acesse também através do link: **https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal**

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 0302-A9A0-FC57-9597.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/0302-A9A0-FC57-9597 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 0302-A9A0-FC57-9597

Hash do Documento

6BA6D073A1C0F0B3976B4D3238DE60D7D1AD53B83527775DC8700D145ED72636

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/04/2023 é(são) :

☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 29/04/2023 01:25 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS, LIVROS, REVISTAS LTDA - 64.186.877/0001-00